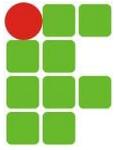


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Fevereiro/2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União. A Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, subordinada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha, foi a subunidade responsável pela composição do documento.

Santa Maria/RS, março de 2017

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADR5 - Gerência de Redes de Computadores
AUDIN - Auditoria Interna
CAI - Coordenação de Ações Inclusivas
CAIN - Coordenação de Avaliação Institucional
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CGU - Controladoria Geral da União
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação
CODIR - Conselho de Dirigentes
CONSUP - Conselho Superior
COPSIA - Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
DAD – Diretoria de Administração
DE – Diretoria de Ensino
DPDI – Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
DPEP – Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
EAC - Eficiência Acadêmica de Concluintes
EAD - Ensino à Distância
EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação
e-OUV - Ouvidorias do Poder Executivo Federal
e-SCI - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FIC - Formação Inicial Continuada
GCA - Gasto Corrente por Aluno
GCI - Gastos com Investimentos
GCP - Gastos com Pessoal
GOC - Gastos com Outros Custeios
GT - Grupo de Trabalho
IF - Instituto Federal
IFFar - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IGC - Índice Geral dos Cursos
IN - Instrução Normativa
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MRF - Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita
NUGEDIS - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PA - Plano de Ação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PGF - Procuradoria-Geral Federal
PPA - Plano Pluri Anual
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PRDI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAD - Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RAR - Relatório de Ações e Resultados
RCM - Relação de Concluintes por Matrícula Atendida
RCV - Relação Candidato Vaga
RFE - Retenção do Fluxo Escolar
RG - Relatório de Gestão
RIM - Relação Ingresso por Matrícula Atendida
RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RS - Rio Grande do Sul
SEG2 - Segurança de Redes e Sistemas
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIG - Sistema Integrado de Gestão
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TCD - Titulação do Corpo Docente
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da administração geral (Reitoria) do Instituto Federal Farroupilha	16
Figura 2 - Organograma geral dos <i>campi</i> (unidades de ensino) do Instituto Federal Farroupilha.....	18
Figura 3 - Mapa estratégico.....	23
Figura 4 - Fluxo institucional de planejamento e prestação de contas.....	24
Figura 5 - Arrecadação e execução da receita própria por fonte, referente exercício de 2015, em reais	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do orçamento total consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2016 em milhões de reais.	27
Gráfico 2 – Evolução das despesas empenhadas referente orçamento consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2016 em milhões de reais.	28
Gráfico 3 - Representatividade das ações referente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2016.....	34
Gráfico 4 - Representatividade das ações referente a folha de pagamento frente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2016.....	34
Gráfico 5 - Representatividade das ações referente ao total de restos a pagar não processados inscritos, Instituto Federal Farroupilha, exercício 2016.....	35
Gráfico 6 - Valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente exercício 2016 em mil reais.	40
Gráfico 7 – Comparativo entre os valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente aos exercícios 2014 e 2016 em mil reais.....	40
Gráfico 8 - Percentual liquidado por modalidade de contratação, período 2015 e 2016, Instituto Federal Farroupilha.	47
Gráfico 9 - Despesa empenhada e RP não processados por grupo de despesa, exercício 2016 em mil reais.	48
Gráfico 10 - Evolução das solicitações de informações no Instituto Federal Farroupilha entre 2013 e 2016.....	109
Gráfico 11 - Pedidos atendidos pelo Instituto Federal Farroupilha através do sistema e-SIC em 2016	109
Gráfico 12 - Distribuição mensal das demandas do SIC para o Instituto Federal Farroupilha em 2016.....	110
Gráfico 13 - Situação dos pedidos do Instituto Federal Farroupilha em 2016.....	110
Gráfico 14 - Distribuição mensal do registro na Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha em 2016	112
Gráfico 15 - Canais de acesso a Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha em 2016	112
Gráfico 16 - Demandas recebidas pela Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha por público em 2016.....	113
Gráfico 17 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha por categoria em 2016	113
Gráfico 18 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria por unidade do Instituto Federal Farroupilha em 2016	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	14
Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	16
Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos	19
Quadro 4 - Principais ações e resultados realizados em 2016.....	20
Quadro 5 - Dados de desempenho acadêmico: exercício 2016.....	22
Quadro 6 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 20RG	29
Quadro 7 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 20RL	30
Quadro 8 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 2994.....	30
Quadro 9 - Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 4572.....	31
Quadro 10 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 20RJ.....	32
Quadro 11 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RG	32
Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RL.....	33
Quadro 13 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	39
Quadro 14 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	41
Quadro 15 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	41
Quadro 16 - Provisão da receita orçamentária do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2016 em mil reais.	43
Quadro 17 - Despesa por modalidade de contratação	45
Quadro 18 - Despesas por grupo e elemento de despesa	46
Quadro 19 - Total de licitações por modalidade do Instituto Federal Farroupilha em 2016	50
Quadro 20 - Dados sobre os envolvidos na Gestão de Compras e Licitações	50
Quadro 21 - Mapa de risco no âmbito das compras e licitações	51
Quadro 22 - Quantitativo de licitações de 2013 a 2016	54
Quadro 23 - Indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005	56
Quadro 24 - Procedimentos administrativos realizados na COPSIA.....	64
Quadro 25 – Força de Trabalho.....	66
Quadro 26 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	67
Quadro 27 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas	67
Quadro 28 - Despesas do pessoal.....	69
Quadro 29 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	71
Quadro 30 - Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)	73
Quadro 31 - Quantidade de Contratos do Instituto Federal Farroupilha em 2016.....	76
Quadro 32 - Média de contratos por fiscal por Campi.....	77
Quadro 33 - Dados sobre os envolvidos na Gestão de Contratos	77
Quadro 34 - Média de capacitação por fiscal por Campi.....	78
Quadro 35 - Mapa de risco abrangente referente à gestão de todos os contratos	78

Quadro 36 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de todos os contratos.....	80
Quadro 37 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de contratos de motorista	81
Quadro 38 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de vigilância.....	81
Quadro 39 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial	82
Quadro 40 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial	82
Quadro 41 - Quantitativo de terceirados por Campus.....	83
Quadro 42 - Atendimento das metas de 2016	84
Quadro 43 - Metas e ações sobre Gestão e Fiscalização de Contratos para 2017.....	84
Quadro 44 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do Instituto Federal Farroupilha ano de 2016.	87
Quadro 45 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	89
Quadro 46 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	90
Quadro 47 - Cessão de espaços físicos imóveis - Instituto Federal Farroupilha.....	92
Quadro 48 - Quantidade de imóveis locados de terceiros por município e despesas realizadas no exercício de 2016	97
Quadro 49 - Obras e serviços de engenharia executados e concluídos no Instituto Federal Farroupilha até 31/12/2016	97
Quadro 50 - Obras e serviços de engenharia em execução no Instituto Federal Farroupilha até 31/12/2016.....	101
Quadro 51 - Obras planejadas para os próximos exercícios Instituto Federal Farroupilha	102
Quadro 52 - Sistemas computacionais utilizados em 2016.....	104
Quadro 53 - Gestão ambiental e sustentabilidade	105
Quadro 54 - Classificação temática dos pedidos de acesso à informação no Instituto Federal Farroupilha em 2016	110
Quadro 55 - Perfil dos solicitantes de informações ao Instituto Federal Farroupilha em 2016.....	111
Quadro 56 - Despesas pagas e a pagar, exercício 2016 em reais, saldo em 31.12.2016.....	116
Quadro 57 - Vida útil das contas contábeis no Instituto Federal Farroupilha.....	117
Quadro 58 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2016	120
Quadro 59 - Despesas com publicidade e propaganda do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2016 em mil reais.	121
Quadro 60 - Oferta de Língua Brasileira de Sinais – Libras conforme o art. 3º do Decreto 5.626/2005.....	122

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	12
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE	13
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS.....	13
2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE FUNCIONAL.....	14
2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	14
2.4 ORGANOGRAMA	15
2.4.1 Estrutura funcional	16
2.4.2 Estrutura funcional dos <i>campi</i>	18
2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	19
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	20
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	20
3.1.1 Objetivos, ações e resultados alcançados	20
3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	22
3.1.3 Vinculação do planejamento com as competências institucionais.....	22
3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO	23
3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	24
3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	26
3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade	28
3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	37
3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	38
3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores	38
3.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos	41
3.3.7 Informações sobre a execução das receitas	42
3.3.8 Informações sobre a execução das despesas	44
3.4 INDICADORES DE GESTÃO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU 2.267/2005.....	55
3.4.1 Análise dos indicadores de gestão.....	57
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	60
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	60
4.1.1 Secretaria de Governança.....	60
4.1.2 Órgãos colegiados	60
4.1.3 Auditoria Interna	62
4.1.4 Comissões.....	62
4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	63
4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	64

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	65
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	66
5.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	66
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	66
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	69
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	70
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	70
5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	85
5.2.1 Gestão da frota de veículos	85
5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis.....	88
5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	88
5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	91
5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	97
5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	97
5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	102
5.3.1 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CTI)	103
5.3.2 Principais sistemas de informações.....	104
5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	105
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	107
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	108
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	108
6.1.1 Serviço de informação ao cidadão (SIC).....	108
6.1.2 Ouvidoria.....	111
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	114
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	114
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	115
6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	115
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	116
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	116
7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	117
7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	118
7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	119
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	120

8.1 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	120
8.2 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	120
8.3 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993.....	120
8.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	121
8.5 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	121
8.6 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
ANEXOS.....	125

1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão 2016 foi elaborado de acordo com as normas de organização e apresentação estabelecidas pela Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Portaria TCU nº 321/2015, Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e demais orientações disponibilizadas no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha foi criado por meio da Lei no 11.892, de 29/12/2008, publicada no Diário Oficial da União, em 30 de dezembro de 2008, mediante a integração do CEFET São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete – EAFA. Atualmente, o Instituto Federal Farroupilha possui dez *Campi* em funcionamento: Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul e o *Campus* Avançado de Uruguaiana, que é vinculado ao *Campus* São Borja. Sediado no município de Santa Maria/RS, o órgão gestor central - a Reitoria - é composto pelo Gabinete e pelas Pró-reitorias de Administração, de Desenvolvimento Institucional, de Ensino, de Extensão e de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

No exercício de 2016, dentre as principais realizações da gestão, destacam-se:

- Parceria entre o Instituto Federal Farroupilha e o Instituto Politécnico do Porto, em Portugal, para a oferta de curso de mestrado Profissional aos servidores do Instituto Federal Farroupilha;

- Parceria entre o Instituto Federal Farroupilha, o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul para ação conjunta em pesquisa, pós-graduação e inovação;

- Criação do curso Licenciatura em Computação, no *Campus* Santo Ângelo;

- Índice Geral dos Cursos superiores do Instituto Federal Farroupilha (IGC): conceito 4 (quatro);

- Obtenção de conceito 5 na avaliação de curso Inep/MEC do Curso Bacharelado em Administração do *Campus* Júlio de Castilhos;

- Continuidade na implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), que possibilitará a integração dos dados e processos do Instituto Federal Farroupilha em um único sistema;

- Construção, reformas e ampliação da estrutura física em diversas unidades, incluindo laboratórios, salas de aula, refeitórios, ginásios poliesportivos, bibliotecas, etc;

- Realização do Concurso Público;

- Realização de Processo Eleitoral para Reitor e Diretores Gerais do Instituto Federal Farroupilha;

- Implantação do Curso a Distância de Formação de Gestores.

Entretanto, durante a execução das ações traçadas para o exercício, o Instituto Federal Farroupilha também se deparou com algumas dificuldades, dentre elas, a redução dos recursos orçamentários e o atraso no repasse financeiro, que afetaram a maior parte das unidades, além do déficit no quantitativo de servidores que limitou desenvolvimento de algumas ações em unidades que ainda estão em processo de implantação e expansão. Destacamos, ainda, os desastres ocorridos por conta das condições climáticas enfrentadas em 2016, que provocaram o destelhamento de prédios, alagamento das estruturas físicas, rompimento de cabearios elétricos, etc.

A estrutura do presente relatório está organizada da seguinte forma:

I – Apresentação;

II – Visão geral;

III – Planejamento organizacional e resultados;

IV – Governança, gestão de riscos e controles internos;

V – Áreas específicas da gestão;

VI – Relacionamento com a sociedade;

VII – Desempenho financeiro e informações contábeis;

VIII – Conformidades da gestão e demandas dos órgãos de controle.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Instituto Federal Farroupilha caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Instituição, seguindo o que rege a Lei nº 11.892/2008, tem como finalidades e competências:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha;

V - Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e

IX - Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A partir das finalidades norteadoras apresentadas, e respeitando o que tange o artigo 7º da Lei nº 11892/2008, o Instituto Federal Farroupilha tem, conforme artigo 5º do seu Estatuto, os seguintes objetivos:

I - Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - Ministrando em nível de educação superior: cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a

educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, o Instituto Federal Farroupilha, através de seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, determinou a missão, a visão e os valores institucionais:

Missão - Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

Visão - Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e em inovação e extensão tecnológica.

Valores:

- a) Ética
- b) Solidariedade
- c) Responsabilidade social e ambiental.
- d) Comprometimento.
- e) Transparência.
- f) Respeito.
- g) Gestão democrática.

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE FUNCIONAL

Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Leis/Normas/regulamentos	Descrição/finalidade do documento
Lei nº 9.394/1996	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Lei nº 11.892/2008	- Instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
Portaria nº 1.291/2013	- Estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão.
Estatuto do Instituto Federal Farroupilha	- Regulamenta a organização e o funcionamento do Instituto Federal Farroupilha.
Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha	- Disciplina a organização e as competências dos órgãos que integram a estrutura mínima organizacional do IFFar.

Fonte: Portais eletrônicos: <http://redefederal.mec.gov.br/> & <http://www.iffarroupilha.edu.br/>

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializadas na educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Dessa forma, o Instituto Federal Farroupilha pode ser caracterizado como uma instituição de ensino público, gratuito e de qualidade, atenta aos arranjos produtivos locais e atuante na oferta de cursos técnicos de nível médio e subsequente (presenciais e a distância), cursos de graduação e pós-graduação e cursos de formação profissionalizante ligados a programas governamentais como PRONATEC e Mulheres Mil.

Atualmente, o Instituto Federal Farroupilha conta com dez *campi* (citados na apresentação), um *Campus* Avançado, no município de Uruguaiana, oito centros de referência – Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Santa Cruz do Sul, Santiago, São Gabriel, Três Passos e Quaraí e trinta

e quatro polos EaD – Agudo, Alegrete, Barra do Quaraí, Cacequi, Cachoeira do Sul, Candelária, Carazinho, Cruz Alta, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Giruá, Ijuí, Jacuizinho, Não-Me-Toque, Nova Palma, Panambi, Pinhal Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São João do Polêsine, São Miguel das Missões, São Sepé, Silveira Martins, Sobradinho, Toropi, Três Passos e Uruguaiana.

A instituição destaca-se positivamente nas regiões de abrangência por oferecer aos alunos e às comunidades locais instalações adequadas para as atividades desenvolvidas, servidores docentes e técnico-administrativos qualificados e capacitados, assistência estudantil e encaminhamento para o mundo do trabalho dos alunos formandos através de parcerias e programas de estágios. A atuação pedagógica está voltada para a plena formação do cidadão-profissional, perpassando pela articulação entre ensino, pesquisa-inovação e extensão.

Em busca da excelência na formação de seus alunos e na tentativa de estreitar cada vez mais os seus laços com a sociedade, o Instituto Federal Farroupilha tem como prática buscar parcerias com a sociedade externa. Assim, a instituição mantém relações de parceria com universidades, prefeituras, conselhos regionais de classes profissionais, escolas, empresas públicas e privadas, sindicatos e associações.

Essa prática permite aos estudantes do Instituto Federal Farroupilha o primeiro contato com o mercado de trabalho, bem como o aprimoramento da teoria através da aplicação prática dos assuntos debatidos em sala de aula. Tais parcerias fortalecem as relações com a comunidade externa e possibilitam ao instituto e aos alunos a troca de conhecimento e de experiências com outros órgãos, o aprimoramento de pesquisas e estudos, o desenvolvimento dos programas de extensão e cooperação técnica.

2.4 ORGANOGRAMA

O Instituto Federal Farroupilha possui uma estrutura *multicampi*, em que o organograma definido para a Reitoria (sede administrativa), possui um formato próprio que serve como base para as demais unidades. Assim cada uma das suas 11 (onze) unidades de ensino possui uma estrutura administrativa que articula-se à da sede administrativa com vistas a melhoria da comunicação e fluxo dos processos institucionais.

A instituição apresenta basicamente, conforme o seu regimento geral, a seguinte estrutura organizacional:

I. Órgãos Superiores:

- a) Conselho Superior – CONSUP
- b) Conselho de Dirigentes – CODIR

II. Órgãos Executivos:

a) Reitoria, composta pelo Gabinete do(a) Reitor(a), Procuradoria Federal, Auditoria Interna e cinco Pró-Reitorias:

1. Pró-Reitoria de Administração;
2. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;
3. Pró-Reitoria de Ensino;
4. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
5. Pró-Reitoria de Extensão.

b) Direções Gerais dos *campi*:

1. Diretoria de Administração;
2. Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
3. Diretoria de Ensino;
4. Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção.

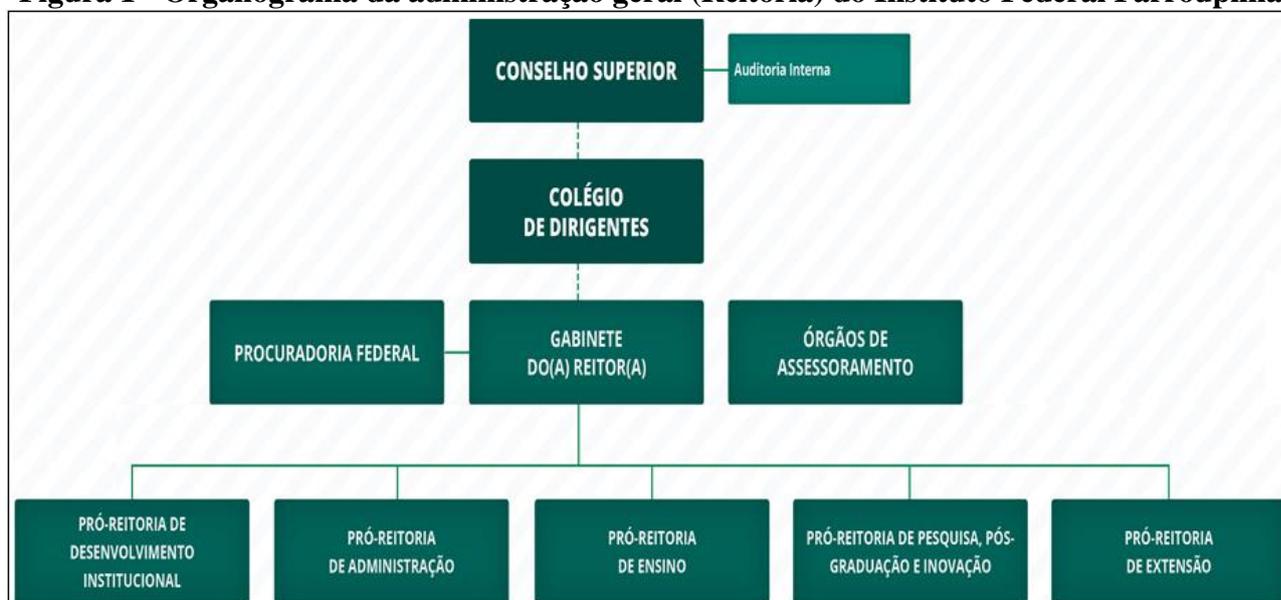
III. Órgãos de Assessoramento:

- a) Comissão de Ética;
- b) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
- c) Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- d) Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo;
- e) Comissão Própria de Avaliação;
- f) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- g) Ouvidoria;
- h) Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

2.4.1 Estrutura funcional

A administração geral do Instituto Federal Farroupilha será exercida pela Reitoria e pelas Direções Gerais dos seus *campi*, com o apoio dos órgãos colegiados e dos demais órgãos que se articulam nos diversos níveis organizacionais da instituição.

Figura 1 - Organograma da administração geral (Reitoria) do Instituto Federal Farroupilha



Fonte: Gabinete da Reitora

O Quadro 2 apresenta as principais informações referentes às competências das áreas/subunidades estratégicas que integram a sede administrativa do Instituto Federal Farroupilha:

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitora	Exercer as atribuições que emanam da Lei, do Estatuto e Regimento, representar o Instituto Federal Farroupilha, em juízo ou fora dele, cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Superior, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.	Carla Comerlato Jardim	Reitora	Desde 29 de outubro de 2012, conforme Decreto Presidencial, e reconduzida pelo decreto de 28/11/2016 (DOU 29/11/2016)
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	Promover a integração entre a Reitoria e os <i>campi</i> , promover o desenvolvimento dos servidores, coordenar os processos de	Nídia Heringer	Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional	Desde 19 de novembro de 2012, conforme

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
	planejamento estratégico e a avaliação institucional; de sistematização de dados, informações e de procedimentos institucionais, disponibilizando-os na forma de conhecimento estratégico; planejar e coordenar as atividades relacionadas à gestão de pessoas, à tecnologia da informação e da comunicação, bem como outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a).			Portaria Nº 1650, de 19 de novembro de 2012
Pró-Reitoria de Administração	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a administração orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Federal Farroupilha; os projetos de infraestrutura, as licitações, os contratos; o planejamento nos níveis tático e operacional, além da realização de outras atividades delegadas pelo(a) Reitor(a).	Vanderlei José Pettenon	Pró-Reitor de Administração	Desde 19 de novembro de 2012, conforme Portaria Nº 1639, de 19 de novembro de 2012
Pró-Reitoria de Ensino	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do(a) Reitor(a) e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Sidinei Cruz Sobrinho	Pró-Reitor de Ensino	Desde 01 de abril de 2013, conforme Portaria Nº 0587, de 01 de abril de 2013
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Propor, planejar, desenvolver, articular, controlar e avaliar a execução das políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do(a) Reitor(a), em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenar os processos de edição de publicações técnico-científicas e promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Arthur Pereira Frantz	Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Desde 30 de junho de 2014, conforme Portaria Nº 0979, de 30 de junho de 2014
Pró-Reitoria de Extensão	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da instituição com o setor produtivo e a sociedade em geral homologadas pelo Conselho Superior, bem como promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Raquel Lunardi	Pró-Reitora de Extensão	Desde 04 de fevereiro de 2015, conforme Portaria Nº 0155, de 09 de fevereiro de 2015

Fonte: Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha

Além das áreas citadas, a estrutura organizacional da Reitoria também conta com os seguintes setores:

Procuradoria Federal – À Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão vinculado à Advocacia Geral da União, compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Gabinete – Compete organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria, prestando assistência técnico-administrativa ao(à) Reitor(a).

2.4.1.1 Auditoria interna, conselho superior e colégio de dirigentes

Auditoria Interna – A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho Superior e vinculada administrativamente ao dirigente máximo, sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal Farroupilha e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

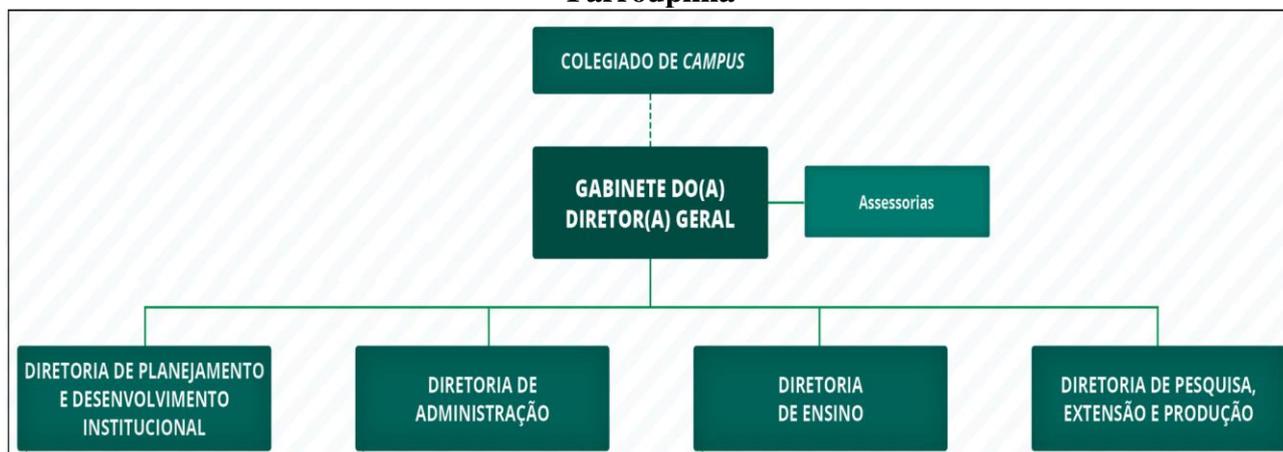
CONSUP - O Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, tendo suas atribuições dispostas no Estatuto do Instituto Federal Farroupilha, em regulamento próprio e na legislação pertinente.

CODIR - O Colégio de Dirigentes, órgão de caráter consultivo, assiste à Reitoria nas suas decisões, tendo suas atribuições dispostas no Estatuto, em regulamento próprio e na legislação pertinente.

2.4.2 Estrutura funcional dos campi

Os *campi* do Instituto Federal Farroupilha são administrados por Diretores Gerais, competindo-lhes a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e delegações do Reitor.

Figura 2 - Organograma geral dos campi (unidades de ensino) do Instituto Federal Farroupilha



Fonte: Gabinete da Reitora

Direção Geral – A Direção Geral do *campus* é um órgão executivo que administra, coordena e superintende todas as atividades do *campus*, e será exercida pelo(a) Diretor(a) Geral, assessorado(a) por diretorias, coordenações e assessorias, conforme o quadro de funções.

Colegiado de Campus – O Colegiado de *Campus* é um órgão de assessoramento à Direção Geral do *campus* que tem como principais objetivos colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha.

Diretorias subordinadas à Direção Geral de *Campus*: DPDI – Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; DAD – Diretoria de Administração; DE – Diretoria de Ensino; DPEP – Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção.

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O Instituto Federal Farroupilha possui um conjunto de processos em operação para que os seus objetivos possam ser atendidos. Esse conjunto de processos envolve diretamente as áreas finalísticas da instituição (Ensino, Pesquisa e Extensão).

Os macroprocessos finalísticos do Instituto Federal Farroupilha são considerados aqueles diretamente relacionados com a criação do “valor para a sociedade” através dos serviços que são prestados, envolvendo todos os elementos operacionais relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O Quadro 3 apresenta o conjunto dos macroprocessos finalísticos da instituição:

Quadro 3 - Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	Planeja, articula e controla a execução das políticas de ensino do Ministério da Educação, em consonância com as diretrizes educacionais brasileiras, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar cursos técnicos e de graduação superior; cursos EAD; programas educacionais, apoio pedagógico, assistência estudantil e ações inclusivas; registros acadêmicos e gerenciamento de bibliotecas.	Alunos do Instituto Federal Farroupilha	Pró-Reitoria de Ensino e as unidades de ensino do Instituto Federal Farroupilha
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Planeja, articula e controla a execução das políticas de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.	Ofertar cursos de Pós-Graduação, programas e projetos de pesquisa; realizar ações de inovação tecnológica e parcerias internacionais e fomento a produção.	Alunos dos programas de iniciação científica	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e as unidades de ensino do Instituto Federal Farroupilha
Extensão	Promover a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente no Instituto Federal Farroupilha junto à sociedade.	Ofertar programas e projetos de extensão; realizar parcerias e relações institucionais; programas de inclusão social; ações de extensão tecnológica e articulação e fomento a estágios.	Alunos dos programas de extensão e alunos em fase de estágio curricular e extracurricular	Pró-Reitoria de Extensão e as unidades de ensino do Instituto Federal Farroupilha

Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O planejamento do Instituto Federal Farroupilha é resultado do esforço conjunto entre a administração central e os demais *campi* que, através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018) e dos planos de ação anuais, têm o seu planejamento estratégico orientado para a visão, missão e valores do Instituto Federal Farroupilha.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, baseado na metodologia do *Balanced Scorecard*, contempla o planejamento estratégico de 5 (cinco) anos do Instituto Federal Farroupilha. Nele, estão definidos os objetivos estratégicos, as ações estratégicas e as metas que a instituição pretende alcançar e cumprir. Já o Plano de Ação 2016 contempla o planejamento institucional nos níveis tático e operacional, tem período anual e está alinhado com os objetivos estratégicos definidos no PDI.

3.1.1 Objetivos, ações e resultados alcançados

Para o exercício 2016, foram estabelecidas ações institucionais vinculadas aos seguintes objetivos estratégicos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018:

1. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Acesso e Permanência do Instituto Federal Farroupilha.

2. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Ensino do Instituto Federal Farroupilha.

3. Consolidar e ampliar as políticas de qualificação, capacitação e promoção continuada dos servidores do Instituto Federal Farroupilha

4. Promover políticas de qualidade de vida e bem estar do Servidor do Instituto Federal Farroupilha.

5. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação do Instituto Federal Farroupilha.

6. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Extensão do Instituto Federal Farroupilha.

7. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de T.I. do Instituto Federal Farroupilha

8. Consolidar, ampliar e promover as Políticas de Expansão do Instituto Federal Farroupilha.

9. Consolidar, ampliar e aprimorar as Políticas de Inclusão do Instituto Federal Farroupilha.

10. Assegurar a Gestão Democrática e a Transparência dos atos Administrativos.

Dessa forma, as ações planejadas pelo do Instituto Federal Farroupilha visam a promover o crescimento institucional e a atender efetivamente as demandas da sociedade e comunidade acadêmica. As principais ações referentes ao planejamento institucional e os resultados alcançados em 2016 são apresentados no Quadro 4:

Quadro 4 - Principais ações e resultados realizados em 2016

PRINCIPAIS AÇÕES 2016	RESULTADOS ALCANÇADOS
ADMINISTRAÇÃO	
Aquisição de Acervo Bibliográfico	- Ampliação e atualização do acervo bibliográfico do Instituto Federal Farroupilha para atender a totalidade dos alunos e servidores do Instituto Federal Farroupilha.
Processos licitatórios	- Atendimento das demandas de material e serviços das unidades do Instituto Federal Farroupilha conforme legislação.
Aquisição e manutenção de máquinas e equipamentos.	- Estruturação dos laboratórios, bibliotecas, refeitórios, salas de aula e oficinas do Instituto Federal Farroupilha.
Construção, ampliação, adequações, reformas e conservação de bens imóveis e infraestrutura do IFFar.	- Conservação, manutenção e ampliação dos espaços físicos para atender as demandas dos servidores e alunos do Instituto Federal Farroupilha.

Prover recursos financeiros para pagamento de bolsas, taxa de bancada e demais atividades.	- Execução de projetos de desenvolvimento Institucional, ensino, extensão, pesquisa e inovação tecnológica.
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
Criação da Coordenação de Avaliação Institucional	- Apoiar as atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA), acompanhar o desenvolvimento do PDI e produzir relatórios para subsidiar as decisões da gestão e melhoria institucional.
Programa de qualificação dos servidores PIIQP e PIIQPE.	- Qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos nos níveis de pós-graduação e graduação.
Capacitação de servidores.	- Aprendizagem e atualização profissional dos servidores do Instituto Federal Farroupilha.
Investimentos em tecnologia de informação (TI).	- Aquisição de <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> , manutenção e suporte, ampliação, melhorias e modernização da infraestrutura de TI e sistemas de internet.
Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG).	- Possibilita administrar as informações e procedimentos dos diferentes setores com eficiência e segurança.
Ações de publicidade, divulgação e promoção do Instituto Federal Farroupilha.	- Divulgação institucional.
Realização de concurso público.	- Nomeação de novos servidores para o Instituto Federal Farroupilha.
Processo seletivo.	- Garantir acesso dos candidatos aos cursos do Instituto Federal Farroupilha.
ENSINO	
Ampliação de vagas ofertadas, abertura de novos cursos, elaboração e adequações de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).	- Ampliação da oferta de cursos e vagas e reformulação dos PPCs dos cursos para adequá-los às novas diretrizes nacionais dos cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e bacharelados e aos regulamentos internos.
Realização de atividades de recepção e acolhimento de alunos.	- As ações desenvolvidas resultam em maior integração entre alunos, professores, técnico-administrativos e demais funcionários dos <i>campi</i> .
Desenvolver projetos de ensino.	- Complementação da formação acadêmica dos alunos do Instituto Federal Farroupilha.
Programas de saúde, segurança alimentar, atendimentos psicológicos e serviço social para alunos e servidores.	- Ações educativas e preventivas de saúde, atendimentos médicos, odontológicos e psicológicos, serviços de enfermagem e fornecimento de alimentação aos estudantes e servidores do Instituto Federal Farroupilha.
Ações de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas.	- Oferta de vagas para moradia estudantil, alimentação, transporte e garantia de acessibilidade à comunidade interna e externa do Instituto Federal Farroupilha e realização de atividades focadas nas diversidades étnicas, culturais e de gênero.
EXTENSÃO	
Oferta de cursos, programas e projetos de extensão.	- Formação complementar de estudantes do Instituto Federal Farroupilha e da comunidade externa em geral.
Oferta de cursos PRONATEC e FIC.	- Formação profissional em municípios onde o IFFar não possui sede própria e a alunos de educação básica, com cursos de curta e longa duração.
Visitas técnicas e encaminhamento para estágios e acompanhamento de alunos egressos.	- Apresentar aos alunos a prática profissional e a realidade do mercado de trabalho. Encaminhamento dos alunos para estágio e emprego nas suas áreas de atuação e acompanhamento do aluno egresso no mercado de trabalho.
Realização e participação de eventos culturais e esportivos, oficinas, feiras, seminários e mostras técnicas.	- Estes eventos complementam a formação de alunos e promovem a integração da comunidade externa com o <i>campus</i> .
PESQUISA E INOVAÇÃO	
Desenvolver programas, projetos e ações articuladas de ensino; extensão; pesquisa, pós-graduação e inovação e atividades internacionais.	- As ações desenvolvidas contribuem para a formação dos alunos e ampliação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.
Formação de núcleos e de pesquisa.	- Ampliação do número de alunos, técnicos e docentes envolvidos em projetos de pesquisa e inovação.
Produção científica	- Publicação de capítulos de livros, artigos, resumos e trabalhos em eventos.

Fonte: Relatórios de Ações e Resultados - exercício 2016

Com relação aos resultados de desempenho acadêmico do Instituto Federal Farroupilha, destacam-se os seguintes dados institucionais:

Quadro 5 - Dados de desempenho acadêmico: exercício 2016

Instituto Federal Farroupilha	Vagas		Inscritos		Ingressantes		Matrículas		Concluídos	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Campus Alegrete</i>	593	13,7%	2924	15,8%	628	14,5%	1887	15,7%	229	13,5%
<i>Campus Frederico Westphalen</i>	280	6,5%	1393	7,6%	279	6,4%	468	3,9%	9	0,5%
<i>Campus Jaguari</i>	260	6,0%	187	1,0%	194	4,5%	444	3,7%	12	0,7%
<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	447	10,4%	1610	8,7%	461	10,6%	1445	12,0%	149	8,8%
<i>Campus Panambi</i>	395	9,1%	1517	8,2%	410	9,5%	1025	8,5%	236	13,9%
<i>Campus Santa Rosa</i>	430	10,0%	3223	17,5%	456	10,5%	1335	11,1%	272	16,1%
<i>Campus Santo Augusto</i>	339	7,9%	1270	6,9%	324	7,5%	1032	8,6%	124	7,3%
<i>Campus Santo Ângelo</i>	315	7,3%	1229	6,7%	312	7,2%	490	4,1%	45	2,7%
<i>Campus São Borja</i>	370	8,6%	1938	10,5%	410	9,5%	1586	13,2%	267	15,8%
<i>Campus São Vicente do Sul</i>	669	15,5%	2611	14,2%	682	15,7%	2093	17,4%	325	19,2%
<i>Campus Avançado Uruguaiana</i>	220	5,1%	547	3,0%	177	4,1%	246	2,0%	25	1,5%
TOTAL - Instituto Federal Farroupilha	4318	100%	18449	100%	4333	100%	12051	100%	1693	100%

Fonte: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

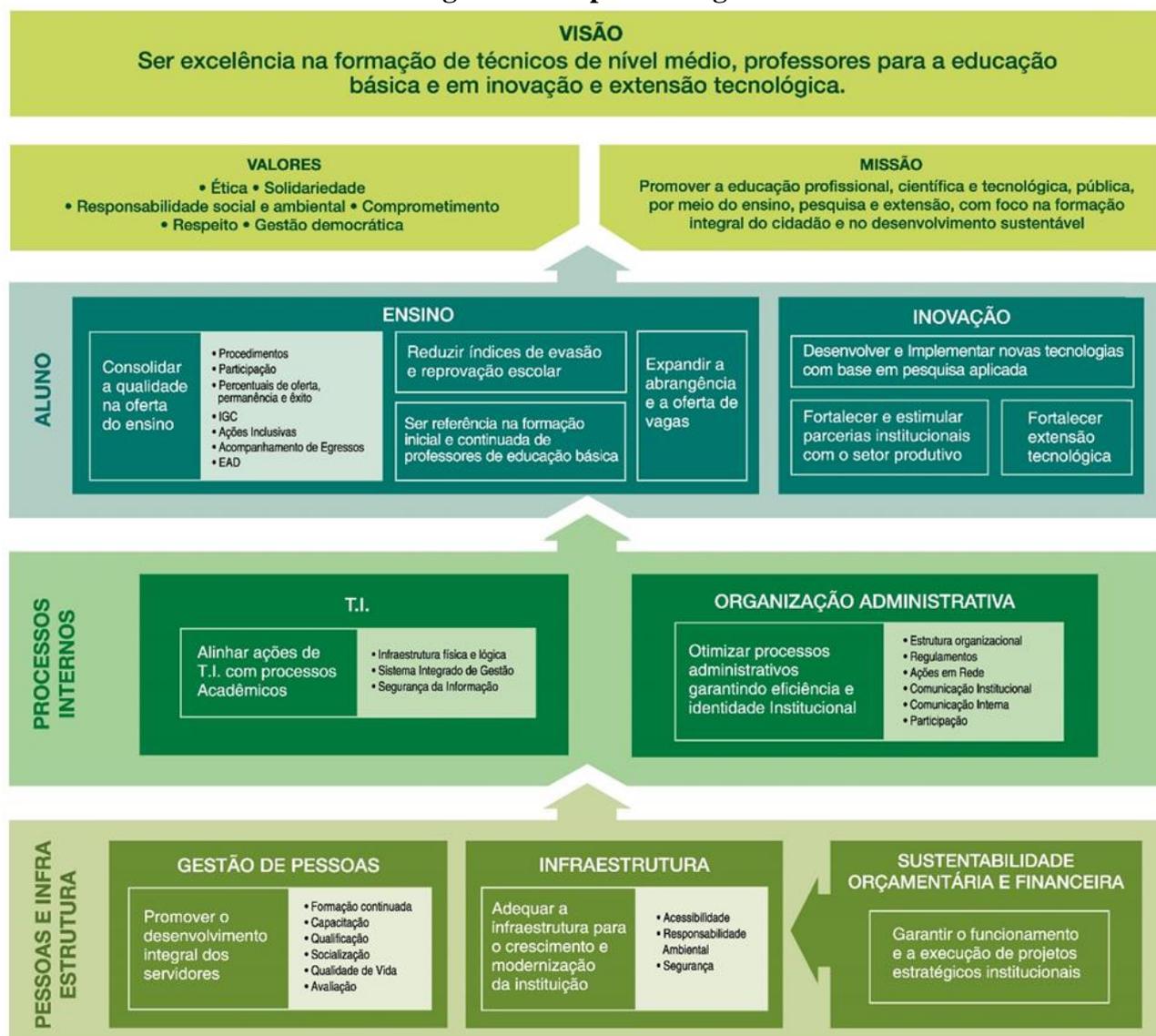
O exercício de 2016 foi o terceiro ano de vigência/execução do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. O PDI é um documento de planejamento estratégico que retrata a identidade da instituição, a filosofia de trabalho, as estratégias para atingir suas metas e objetivos, a estrutura organizacional, as diretrizes didático-pedagógicas, as estruturas administrativas e as atividades acadêmicas que se pretende desenvolver.

3.1.3 Vinculação do planejamento com as competências institucionais

Os objetivos de planejamento estratégico do Instituto Federal Farroupilha, bem como os seus desdobramentos táticos e operacionais, ações e resultados alcançados - apresentados neste capítulo - orientam-se para o cumprimento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu os Institutos Federais e dispõe sobre as finalidades, no art. 6º, e sobre objetivos, no art. 7º, dos Institutos Federais apresentados no item 2.1 deste relatório.

Com o intuito de cumprir com os objetivos e metas estabelecidos pela referida lei, o Instituto Federal Farroupilha definiu sua estratégia utilizando-se da metodologia do *Balanced Scorecard*, a qual consiste em estabelecer objetivos estratégicos voltados a atender suas perspectivas de valor. Essas são consideradas imprescindíveis para o alcance da visão e para o cumprimento da missão da instituição. Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que reflete o que a instituição pretende alcançar. Quando visualizadas em conjunto, elas permitem uma visão completa da estratégia institucional, conforme apresenta a Figura 3:

Figura 3 - Mapa estratégico

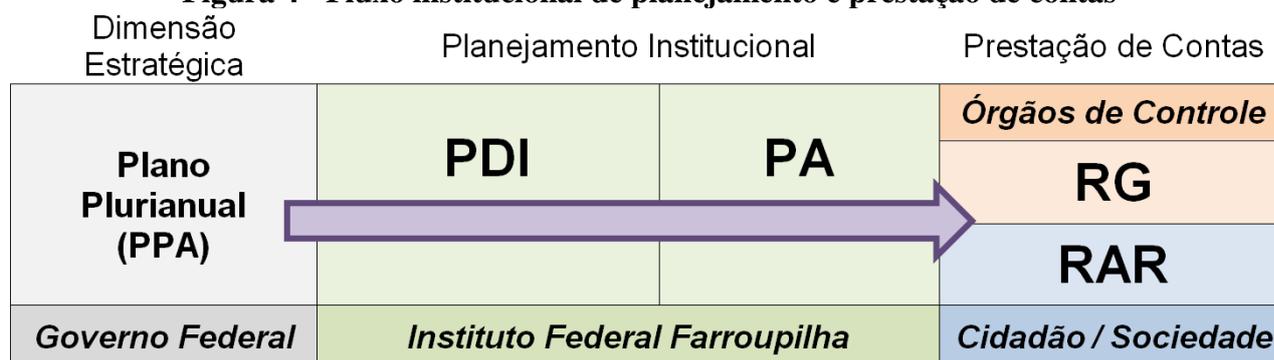


Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018

3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO

A fim de acompanhar e de monitorar o alcance dos objetivos e a realização das ações traçadas para o exercício de referência, o Instituto Federal Farroupilha faz uso de uma ferramenta anual de acompanhamento chamada Relatório de Ações e Resultados (RAR). O referido instrumento é elaborado individualmente por todas as unidades da instituição, com o propósito de relatar as ações e os resultados alcançados no atendimento dos objetivos definidos no Plano de Ação (PA), de forma a propiciar a síntese de suas realizações, favorecendo a prestação de contas à comunidade e aos órgãos de controle.

Figura 4 - Fluxo institucional de planejamento e prestação de contas



Fonte: Planejamento / Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Além do referido relatório, em junho de 2016, a partir da Resolução CONSUP nº 021/2016, que aprova a estrutura administrativa do Instituto Federal Farroupilha, foi criada a Coordenação de Avaliação Institucional (CAIN). Essa Coordenação é responsável por desenvolver pesquisas e relatórios que subsidiem a gestão do Instituto Federal Farroupilha. Uma das principais atividades desenvolvidas pela CAIN é o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional. Os primeiros relatórios estão em andamento, já foi realizada e concluída uma pesquisa sobre o capítulo 2 do PDI, no entanto, a metodologia utilizada neste estudo será aprimorada. Com isso, a previsão de conclusão deste relatório é o início do segundo semestre de 2017, referente à situação do PDI em final de 2016 e em início de 2017.

3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Neste item, será apresentada uma breve caracterização da execução e uma síntese em torno da totalidade dos recursos executados pela instituição. Em seguida, nos subitens, serão apresentados os programas e as ações de forma mais específica.

O INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA conta com uma estrutura de 11 *Campi* situados em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Tem um gestão orçamentária mista, organizada com ações centralizadas e também descentralizadas, a exemplo da Gestão dos recursos de Pessoas e encargos - que são geridos pelo órgão central, a Reitoria, sediada no Município de Santa Maria - entre outras ações que, pela forma de contratação ou por necessidade organizacional, também têm seus controles e procedimentos de execução centralizados.

No exercício de 2016, para atender as mais variadas necessidades de seu funcionamento, o Instituto Federal Farroupilha executou mais de R\$ 263 milhões, executados pela reitoria e pelos *Campi* vinculados.

Desse montante, pouco mais de 73% do orçamento total, correspondem às despesas ligadas à folha de pagamento de servidores efetivos e contratados temporariamente e seus encargos, bem como à manutenção dos pagamentos de Inativos. Se excluirmos desse percentual valores como: Inativos, pensões, contratos temporários, encargos e auxílios o percentual ligado aos salários, gira em torno de pouco mais de 55% de recursos aplicados em servidores ativos.

Se considerarmos que o Instituto Federal é uma Instituição basicamente de prestação de serviços (serviços em educação), pode-se identificar que os percentuais ligados à gestão de pessoas estão dentro de patamares aceitáveis.

Outros gastos necessários ao atendimento de diversas situações encontradas no dia-a-dia das unidades do INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, como licenças capacitação, saúde, maternidade, entre outras, correspondem, aproximadamente, a 4% do total das despesas executadas. Mas, pelo seu caráter, não correspondem a gasto permanente dentro da realidade Institucional.

Fator importante ligado aos gastos da folha são as contribuições previdenciárias, pois só elas chegam a 10% do orçamento global correspondente a mais de R\$ 25,5 milhões. Ao analisarmos esse recurso, podemos afirmar que reduzem a capacidade de investimentos do INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, contudo, retornam aos cofres públicos para atenderem aos gastos de outro ente. Se isolarmos os gastos com folha de pagamento, o percentual corresponde a 16,72%, mesmo assim, os gastos com servidores ativos ultrapassam 75% do total das despesas com folha de pagamento.

É mister destacar que o orçamento aplicado diretamente à folha de pagamento é de responsabilidade do Ministério do Planejamento, cabendo a nossa Instituição a execução dentro dos procedimentos legais instituídos.

Analisando os gastos ligados ao andamento das atividades referentes às ações orçamentárias inerentes ao Instituto, observa-se um valor de aproximadamente R\$ 62 milhões, que correspondem a 23,5% do orçamento total executado.

Nesse aspecto, podemos ilustrar que a despesa mais visada no âmbito público, que, em épocas de escassez, torna-se o primeiro alvo de gestores, são as diárias e as despesas com locomoção. Apesar do grau de relevância, sua redução não gera impactos diretos significativos, pois sua aplicação é em torno de 0,2% de todas as despesas no exercício de 2016. Se comparado isoladamente ao gasto com o funcionamento das atividades, o percentual chega próximo a 1,10%. Mesmo não sendo uma solução significativa e impactante em todo universo financeiro, contribui para o melhoramento da gestão de recursos, além de se tornar a medida mais rápida em resposta a decisões dessa natureza.

Outro aspecto relevante refere-se aos gastos de maior impacto e relevância no orçamento institucional. Serviços de pessoa jurídica chegam a 16,7% do orçamento total e superam 65% do orçamento de custeio. Isso torna mais difícil a gestão do orçamento, principalmente no que se refere à gestão dos contratos, pois estes possuem formalização específica e relação indireta com terceiros, por períodos e valores determinados para a execução de serviços não cobertos pela força de trabalho efetiva.

Essa obrigação assumida com a terceirização traz grandes limitações em decisões de curto prazo, já que enfrentamos oscilações negativas em nossa economia, necessitando de maior estudo e tempo para soluções eficazes sem prejuízos dos envolvidos. Além disso, ao analisarmos de forma mais aprofundada esses gastos, identificamos atividades essenciais ao andamento da atividade fim da Instituição ora em análise.

O universo de gastos com empresas compõe-se por despesas com a manutenção e conservação das infraestruturas de cada unidade (5,40%), elaboração e fornecimento de alimentação aos estudantes (8,4%), serviços de apoio administrativo e operacional como operação de caldeiras, manutenção de laboratórios, entre outros (11,4%), limpeza de unidades administrativas, ensino e acomodação de estudantes (8,40%). Outros serviços importantes como vigilância, também compõem o montante de mais de R\$ 31,9 milhões aplicados nessas despesas, os quais, não menos importantes que os citados anteriormente, configuram-se de difícil ajustes na tomada de decisão, por impactarem diretamente em atividades ligadas ao funcionamento dos *campi* e, conseqüentemente, geram impactos diretos aos estudantes.

Na mesma direção, temos os gastos com materiais de consumo. Eles são em menor montante, mas são igualmente expressivos, ultrapassando R\$ 4,6 milhões correspondem a 2,4% do orçamento total e a 13% do orçamento de custeio das atividades. Essas despesas, apesar de menores em relação às apresentadas anteriormente, possuem importância semelhante, pois complementam as necessidades atendidas pelos serviços. Como por exemplo, o fornecimento de gêneros alimentícios para confecção de alimentação escolar, no qual os valores empenhados são em torno de R\$ 1,33 milhão, que correspondem a 2,74%, assim como combustíveis e lubrificantes (2%), alimentos para animais (1,7%), entre outras despesas que, no montante, correspondem a 6,66% dos valores aplicados no funcionamento das atividades.

O restante das despesas de custeio estão ligadas às práticas pedagógicas, formação de servidores, encargos tributários e serviços em geral.

A análise dos recursos ligados a investimentos remetem a informação que estes correspondem a 6,9% do orçamento 2016, aplicados cerca de 4,7% (12,43milhões) em obras e instalações, expandindo os espaços para ampliação e oferta de cursos à comunidade regional. Além disso, cerca de 2,1% foi utilizado para renovação do parque tecnológico, melhorando as condições de tecnologia para as atividades administrativas e laboratórios pedagógicos. Também foram utilizados na aquisição de mobiliários para atender à demanda de novos servidores que compuseram nosso quadro, em 2016, melhorando as condições de oferta do ensino em nossas unidades.

3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Nesse subitem, são apresentadas as informações acerca dos programas que compõem o PPA 2012/2015 e 2016/2019 do MEC. É importante frisar que o Instituto Federal Farroupilha não é responsável diretamente por nenhum programa do PPA em questão, mas indiretamente participou da execução e acompanhamento de diversos programas orçamentários. Dessa forma, a instituição apresenta as informações de forma sucinta dos montantes orçamentários executados no período.

No exercício de 2016, o Instituto Federal Farroupilha participou da execução de aproximadamente 07(sete) programas, os quais, alguns referem-se ao PPA 2012/2015, (referente a execução de restos a pagar) e outros ao PPA 2016/2019 (Exercício 2016), sendo eles:

I) Programas temáticos de governo:

- Educação básica (2030)
- Educação Profissional e Tecnológica (2031)
- Educação de Qualidade para Todos (2080)

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)
- Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

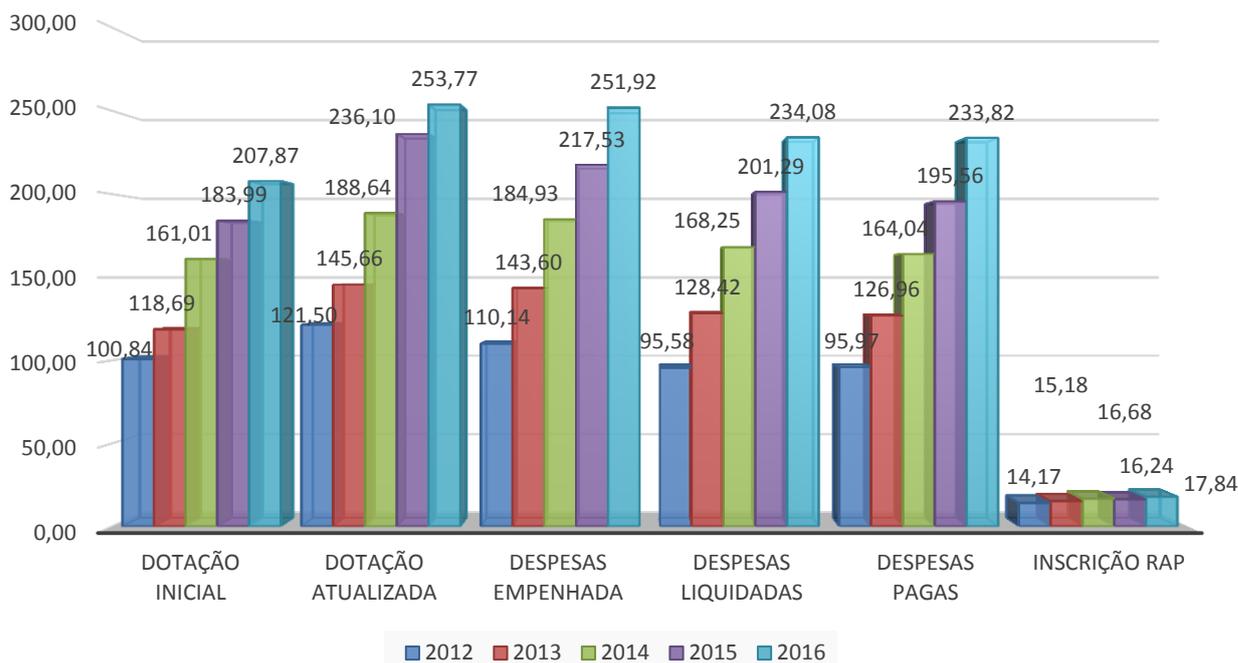
II) Programas de operações especiais

- Cumprimento de sentenças judiciais (0901).
- Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

Ressalta-se que, neste período, algumas ações desses projetos, principalmente os temáticos, foram acompanhados institucionalmente, e este acompanhamento sofreu ao longo do tempo mudanças significativas. Para o exercício de 2016, o acompanhamento deu-se nas ações 20RL (Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica), 20RG (Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Tecnológica) e 2994 (Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica), referentes ao Programa 2080 (Educação de Qualidade para Todos) referente à execução do orçamento do exercício e as mesmas ações vinculadas ao Programa 2031(Educação Profissional e Tecnológica) referente a Restos a pagar. Além dessas ações, houve, em 2016, o acompanhamento da ação 20RJ, vinculado ao programa 2030(Educação Básica) e da ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação do programa 2109 (Programa de Gestão e Manutenção da Rede).

Como a instituição visualiza ser importante a apresentação da evolução orçamentária das despesas ao longo do PPA, optou-se por apresentar aqui, de forma simplificada, esta evolução, a fim de promover a visualização da ótica orçamentária e do dispêndio neste período. Observa-se que a apresentação das informações deu-se, neste momento, de forma global e não por programa ou ação.

Gráfico 1 - Evolução do orçamento total consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2016 em milhões de reais.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

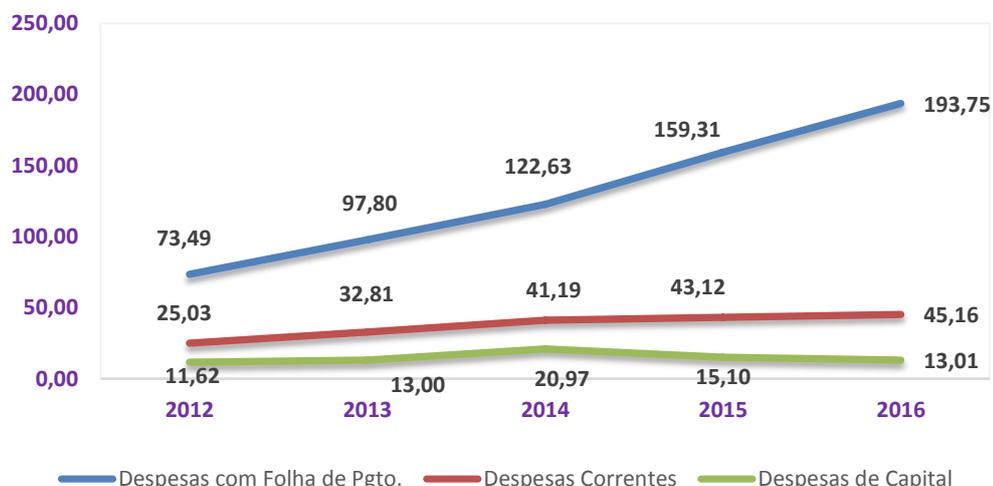
Observa-se que, ao longo do período analisado do PPA, ocorreu evolução significativa da dotação orçamentária, bem como do montante de sua execução. A dotação total atualizada sofreu um incremento de aproximadamente 110% entre 2012 e 2016, enquanto os empenhos cresceram aproximadamente 129% no período. Por outro lado, os Restos a pagar não processados, apesar de nominalmente terem evoluído no período em 26% a inscrição, o percentual do total de empenhos reduziu de 13% para 7,1%.

Quando se analisa o RP não processados, retirando o montante empenhado em ações que influenciam diretamente na folha de pagamento, observa-se uma redução significativa do montante inscrito, baixando de 39% em 2012 para 31% em 2016. Destaca-se aqui que 59% dos valores inscritos em restos a pagar não processados referem-se a obras em andamento.

Aspecto importante que precisa ser analisado é a inscrição em restos a pagar processados, os quais nos últimos dois exercícios (2015 e 2016) tiveram uma significativa queda, influenciada pela liberação de recursos financeiros no final do exercício. Mas deve ser destacado, mesmo assim, o déficit levando em consideração que toda a execução do órgão chegou a 1,2 milhões de reais. Enquanto os restos a pagar processados referentes às ações vinculadas à LoA 2016 somaram 243 mil reais. Em 2012, o montante era de aproximadamente R\$390 mil reais, enquanto, em 2015, o déficit chegou a R\$ 5.73 milhões do orçamento do exercício. Isso demonstra uma redução significativa no exercício de 2016.

Analisando o dispêndio orçamentário do período, observamos que as despesas que mais evoluíram estão diretamente relacionadas à folha de pagamento dos servidores, na qual as despesas empenhadas passaram de R\$ 73,49 milhões para 193,75 milhões, acréscimo de 163,6% aproximadamente. Isso pode ser considerado um reflexo da expansão da instituição, uma vez em 2012, contava com 859 servidores e, em 2016, passou a aproximadamente 1400 servidores. Assim, observou-se uma ampliação de 63% na força de trabalho. Nesse contexto, apresenta-se também a reformulação das regulamentações de cargos e salários das categorias e reajustes salariais. Destaca-se que 77% do orçamento vinculado à LOA 2016, é destinado ao pagamento de despesas vinculadas à folha de pagamentos como salários, contribuições, auxílios entre outros.

Gráfico 2 – Evolução das despesas empenhadas referente orçamento consignado na LOA do Instituto Federal Farroupilha – período 2012-2016 em milhões de reais.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

As despesas correntes, vinculadas ao funcionamento institucional e à assistência ao estudante, também tiveram um crescimento positivo entre 2012 e 2016. Neste período, o crescimento foi de aproximadamente 377%. Saindo de R\$ 2,26 milhões de reais em 2012 para R\$ 10,78 em 2016. Porém, se analisados os últimos dois anos, a evolução foi de 35%, e tende a reduzir no próximo exercício.

Quanto às despesas de capital, houve incremento significativo entre 2012 e 2014, porém reduziu significativamente para o exercício de 2015 e 2016, em virtude do contingenciamento federal. Para o ano de 2016, houve mudança na metodologia de distribuição dos valores da 20RG, que passaram a sua maior parte a ser distribuídos a partir de TED (Termo de Execução Descentralizada). Dessa forma, os valores empenhados das ações consignados na LOA 2016 foram menores que os de 2015. Houve uma redução de aproximadamente de R\$ 2 milhões de reais. Deve ser observado também que R\$ 4,4 milhões referem-se à emenda parlamentar da bancada gaúcha, destinada a obras no *Campus* Santo Augusto.

O contingenciamento trouxe reflexo significativo, principalmente nas ações de investimento em obras e equipamentos de material permanente para laboratórios. Para amenizar esses reflexos, a instituição postergou o início de obras institucionais que precisam ser realizadas para atender com qualidade as ações de ensino, pesquisa e extensão.

3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade

Nesse subitem, são apresentadas as informações acerca das ações relacionadas aos programas e ações que constituem o PPA 2016/2019.

Conforme a LOA 2016, volume II e V (Consolidação dos programas de governo e detalhamento dos créditos orçamentários do MEC), bem como as informações disponibilizadas pelo Siafi Operacional, Tesouro Gerencial e SIMEC, o Instituto Federal Farroupilha executou 21 (vinte uma) ações, as quais foram distribuídas em:

- I) Programas temáticos de governo:
 - Educação básica (2030)
 - Educação Profissional e Tecnológica (2031)
 - Educação de Qualidade para Todos (2080)

II) Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado:

- Previdência de Inativos e pensionistas da União (0089)

- Programa de gestão e manutenção do MEC (2109)

II) Programas de operações especiais

- Cumprimento de sentenças judiciais (0901).

- Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais (0910).

Das ações executadas ao longo do Exercício orçamentário de 2016, serão abordadas aquelas que são de responsabilidade da unidade e que se referem aos programas temáticos. Entre elas, a ação 20RL, 20RG, 20RJ, 2994. Além disso, será apresentada a execução da ação 4572, devido à sua importância.

A execução orçamentária e de metas da instituição serão apresentadas por ação nos tópicos a seguir.

3.3.2.1 Ações – OFSS

Destaca-se, neste item, que os lançamentos das informações de Restos a pagar foram efetuados no mesmo quadro, indiferentemente o programa, pois as ações permaneceram as mesmas, e o acompanhamento orçamentário, no Instituto Federal Farroupilha, dá-se de forma integrada por ação. Como as ações estão presentes na LOA 2015 e 2016, optou-se por demonstrar os restos a pagar no mesmo quadro, a fim de facilitar a interpretação e a visualização das informações. De outra forma, não se acredita que a demonstração da nomenclatura do programa e dos objetivos previstos na LOA influenciem diretamente na apresentação e na análise das informações, uma vez que o resultado da aplicação dos recursos é o que se entende por relevante.

Quadro 6 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 20RG

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral		(X) Parcial			
Código	2080.20RG.26420.0043			Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2016					
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.956.093,00	8.956.093,00	8.103.513,52	1.019.982,50	1.019.982,50	0,00	7.083.531,02
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Viabilizado		Unidade		3	4	5

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
6.204.815,02	4.492.597,46	504.345,53	Projeto Viabilizado	Unidade	12

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

Quadro 7 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 20RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral		<input checked="" type="checkbox"/> Parcial			
Código	2080.20RL.26420.0043			Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2016					
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
39.313.245,00	39.251.792,00	39.245.396,87	30.109.503,90	29.926.692,65	182.811,25	9.135.892,97
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante Matriculado		Unidade	15300	15300	13910	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.015.367,47	9.033.640,03	136.485,94	Estudante Matriculado	Unidade	13910	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

Quadro 8 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 2994

Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral		<input checked="" type="checkbox"/> Parcial		
Código	2080.2994.26420.0043			Tipo: Atividade	
Título	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2016				

Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Educação de Qualidade para todos Código:2080			Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.785.516,00	10.785.516,00	10.785.310,00	9.183.916,54	9.112.906,50	71.010,04	1.601.393,46
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
Benefício Concedido		Unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada	
			11700	11700	10583	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.362.894,29	1.259.659,88	50.256,21	Benefício Concedido	Unidade	10583	

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

Quadro 9 - Ações Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS - Ação 4572

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2109.4572.26420.0043			Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2016					
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código:2109			Tipo: Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
784.363,00	784.363,00	784.363,00	765.073,45	765.073,45	-	19.289,55
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	

Servidor Capacitado		Unidade	585	585	315
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
34.298,10	15.789,12	17.608,98	Servidor Capacitado	Unidade	29

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

3.3.2.2 Ações/Subtítulos – OFSS

Quadro 10 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS - Ação 20RJ

Identificação da Ação					
Código	2030.20RJ.26420.0043				Tipo:
Título	Atividade Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica				
Iniciativa	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
Objetivo	0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.				
Programa	Educação Básica	Código: 2030	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.579,89	4.843,83	0,00	Projeto Apoiado	Unidade	1

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

3.2.2.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 11 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RG

Identificação da Ação					
Código	2080.20RG.26420.0043				Tipo: Atividade
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2016				
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão				
Programa	Educação de Qualidade para todos	Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				

Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
8.956.093,00	8.956.093,00	8.103.513,52	Projeto Realizado	Unidade	3	4	5

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento - 20RL

Identificação da Ação							
Código	2080.20RL.26420.0043			Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	Não há iniciativa na LOA 2016						
Objetivo	1009. Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão						
Programa	Educação de Qualidade para todos		Código:2080	Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26420 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.974.599,00	4.913.146,00	4.910.719,55	Estudante matriculado	Unidade	15.300	15.300	13.910

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial/LOA 2016/PPA

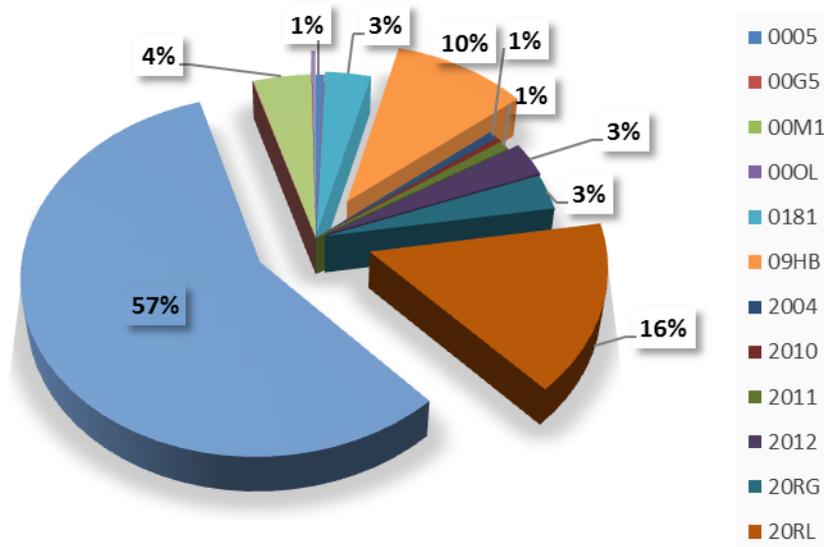
3.2.2.4 Análise Situacional

A análise abordou, primeiramente, aspectos gerais da execução do Instituto Federal farroupilha e, posteriormente, as ações e suas respectivas metas previstas no PPA (Plano Plurianual).

O orçamento previsto na Lei Orçamentária anual, conforme apresentado nos quadros do subitem 3.3.2.2, previa como dotação inicial R\$ 207,87 milhões. Esta sofreu alteração de aproximadamente 22%, basicamente, em virtude do aumento expressivo nos gastos com a folha de pagamento. A dotação atualizada para o Instituto Federal Farroupilha foi de R\$ 253,77 milhões. Isso caracteriza um aumento de 7,5% comparado à dotação atualizada do exercício de 2015. Os empenhos realizados representaram 99% (R\$ 251,92 milhões) da dotação total atualizada. Desses, 93% (R\$ 234,08 milhões) foram liquidados no exercício, restando aproximadamente em restos a pagar, para atender principalmente a demanda de investimento e contratos continuados, 7% do orçamento empenhado. Deve ser ressaltado que 33,24% do valor inscrito em restos a pagar, refere-se à execução de obras e bens de capital (R\$ 5,93 milhões), distribuídos nas ações 20RG e 20 RL. Em despesas correntes relacionadas a Pessoas Jurídicas, principalmente em contratos continuados foram mantidos em restos a pagar não processados aproximadamente R\$ 5,17 milhões, ou seja, 29% dos estoques de restos a pagar não processados inscritos. Em material de consumo, o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 2,05 milhões, o que representa 11,5% do total de RP não processados inscritos. Quanto às Ações, os RPNP da 20RL correspondem a 51,23% dos Restos a Pagar Não Processados do Instituto Federal Farroupilha.

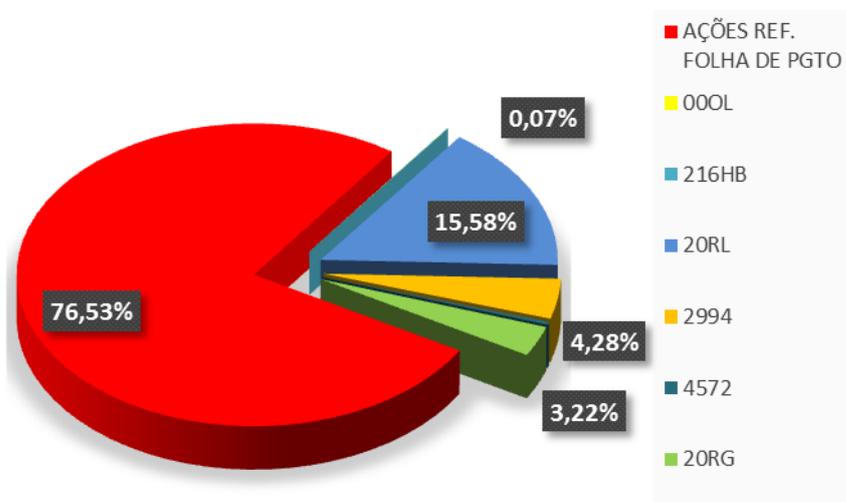
Os valores empenhados foram distribuídos nas ações conforme o Gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 - Representatividade das ações referente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2016.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Gráfico 4 - Representatividade das ações referente a folha de pagamento frente ao orçamento total empenhado do Instituto Federal Farroupilha, exercício 2016.



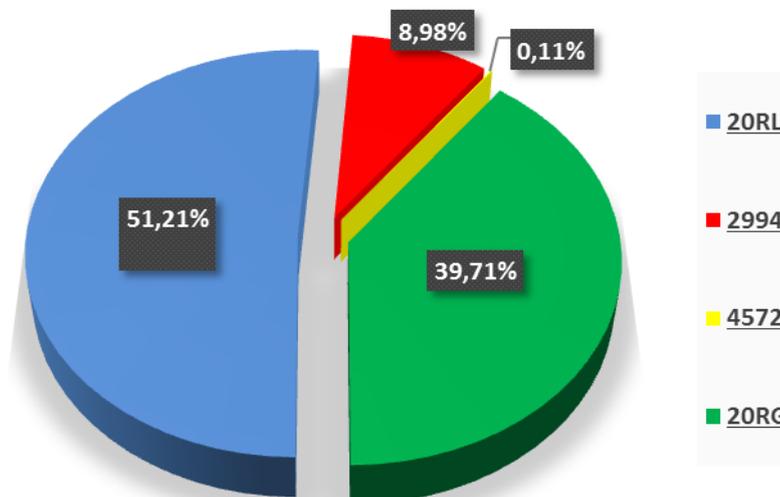
Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto à representatividade das ações consignadas na LOA 2015 para o Instituto Federal Farroupilha, 76,53% dos empenhos, aproximadamente, estão diretamente relacionados a ações vinculadas à folha de pagamento de servidores, dentre as ações que se destacam estão as 20TP, A 0181 e a 09HB. 15,58% dos empenhos referem-se a despesas com o funcionamento da instituição (ação 20RL), 3,22% à ação 20RG, a qual se refere à Expansão e à Reestruturação da Rede Federal de Educação Tecnológica e 4,28% à ação 2994, que se refere à Assistência ao Educando da Educação Profissional.

No que tange aos restos a pagar, podemos observar que o montante maior inscrito está relacionado à ação 20RL, (51,21%). Tal constatação está diretamente relacionada, sobretudo, a dois fatores: primeiro, o valor total do orçamento consignado na ação 20 RL corresponde a 65,4% do Orçamento total destinados às ações de funcionamento, expansão e reestruturação e assistência ao

educando; segundo, parcela significativa das despesas com contratos continuados está vinculada à ação. A inscrição em Restos a Pagar não processados referente à ação 20RG representa 39,71% do total. Esses valores resultam de empenhos em obras, mobiliários e equipamentos.

Gráfico 5 - Representatividade das ações referente ao total de restos a pagar não processados inscritos, Instituto Federal Farroupilha, exercício 2016.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Com relação às ações integrantes do PPA 2012-2016 e Lei orçamentária 2016, segue a análise das ações que a instituição consegue, minimamente, administrar alguma variável importante no processo de planejamento e execução e visualiza como necessária a abordagem.

Ação 20RG - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nesta ação, está planejada a Expansão Fase III, bem como a reestruturação dos *campi* das demais fases e *campi* antigos. A meta estabelecida para a ação é viabilizar e executar 2 projetos referentes aos valores consignados na LOA, mais um projeto de reestruturação do *Campus* Santo Augusto, referente emenda de Bancada. O recurso planejado representava 8,10% da dotação total, desses, foram liberados limites e empenhados aproximadamente 90%, ou seja, R\$ 8,10 milhões. Da meta estipulada, foram viabilizados 5 projetos, entre novos e/ou em execução. Do recurso empenhado, R\$7,08 milhões foram inscritos em restos a pagar não processados, ou seja, 90% do valor empenhado. O valor é considerado elevado, porém parcela significativa refere-se a obras em andamento, principalmente referente à emenda parlamentar, a qual foi liberada somente no último trimestre do ano. Observa-se que apesar do contingenciamento de 10% dos valores consignados, a instituição conseguiu atingir a meta planejada, porém, isso ocorreu basicamente por readequação dos projetos, ou por atendê-los parcialmente, o que reflete na qualidade das atividades desenvolvidas.

A Ação 20RL - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Esta ação tem por objetivo ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão. Dessa forma, podemos indicar que sua finalidade é garantir o funcionamento, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade de ensino. Para essa ação, foi planejado ações para atender a meta de 15.300 alunos matriculados para a proposta orçamentária atualizada de R\$39,25 milhões de reais em custeio e capital. A meta física foi atendida satisfatoriamente com 91 da meta projetada, ou seja, 13.910 alunos matriculados. Quanto à execução orçamentária e financeira, esta ficou comprometida pelo contingenciamento orçamentário e pela falta de liberação de financeiro para pagamento das

despesas liquidadas. Do orçamento total consignado, foram empenhados praticamente 100%. O Planejamento, as atividades e ações dentro dessa ação macro foram discutidos em cada unidade executora para a confecção da matriz, a qual foi aprovada pelo CONSUP, conforme informação PPA Simec.

Dos recursos empenhados desta ação, foram inscritos em restos a pagar não processados aproximadamente 23,27%, ou seja, R\$ 9,13 milhões. Isso é reflexo da liberação tardia dos limites para empenho e insegurança quanto à disponibilidade orçamentária. Tais fatores retardaram a tomada de decisão institucional. Esses recursos basicamente ficaram inscritos em serviços de pessoa jurídica (3.3.90.39) ou em ações de Investimento. Quanto aos restos a pagar executados em 2016 referente a exercícios anteriores, foram reescritos aproximadamente R\$ 379 mil reais. Resta observar que aproximadamente 15,6% do orçamento reflète a ação 20RL. Se descontada as despesas com a folha de pagamento, esse valor representa 51,21% do montante do orçamento disponível para empenho ao Instituto. Quanto aos restos a pagar processados, deve-se destacar que foram inscritos e reinscritos o montante de R\$ 309 mil para o exercício de 2017.

Ação 2994 - Assistência ao educando da Educação Profissional. A Meta estimada para esta ação foi de 11.700 alunos atendidos para o ano de 2016. Com orçamento inicial de R\$ 10.78 milhões, foram atendidos 10.583 estudantes, ou seja, 90% da meta inicial. Da dotação inicial, foram empenhados aproximadamente 100%, dos quais foram inscritos em restos a pagar não processados 14,84% do valor empenhado. Observa-se que foi ampliada a assistência em número de alunos assistidos se comparado com 2015, em função da otimização do recurso efetuado pelos *campi*, e também pela utilização de recursos da 20RL para esse fim. O montante não liquidado refere-se às atividades dos meses de dezembro de 2016 e demais ações relacionadas à moradia estudantil que não puderam ser finalizadas no exercício.

A Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação não possui objetivo consignado na LOA 2015. A meta estabelecida pelo Instituto é de 585 pessoas capacitadas. Estima-se que 53,85% da meta foi realizada, motivada pela reorganização das ações e pela definição de utilização do orçamento desta ação para complementar as despesas do mestrado profissionalizante. Com relação ao orçamento, 100% foi empenhado. Desse total, 97,5% foi liquidado em 2016 e 2,5% do valor foi inscrito em restos a pagar não processados.

Ressalta-se que as ações consignadas ao Pagamento de Pessoal Ativo e Inativo da União, também as contribuições, auxílios e assistências aos servidores não são vinculadas aos programas temáticos. Mesmo assim, elas correspondem a um dispêndio de aproximadamente 76,53 % de todo o orçamento da instituição. O montante empenhado nessas ações chegou a R\$ 192.8 milhões, 34% superior à dotação inicial consignada na LOA 2016. O aumento significativo dessas despesas reflète principalmente a nomeação de novos servidores que ocorreu em 2016, reposição salarial e incorporação do RSC aos docentes da instituição. Atualmente, a instituição possui 1.293 servidores entre técnico-administrativos e docentes.

Além dessas ações provenientes do PPA e sob responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, foram executadas ações provenientes de descentralização da SETEC, para obras e funcionamento nas ações 20RG e 6380, FNDE, para Alimentação escolar, o Bolsa Formação e ETEC, através das ações 8744, 20RW e 0509, respectivamente. O montante executado nessas ações foi de R\$11,47 milhões. Desse valor, foi liquidado 46% do total empenhado. A inscrição em Restos a Pagar não processados nestas ações deve-se ao atraso na liberação de orçamento, impossibilitando a liquidação orçamentária dentro do exercício de 2016.

Destaca-se, no exercício, o envio, por meio de termo de descentralização, o montante de R\$ 2,00 milhões para a Universidade Federal de Santa Maria, referente às despesas do *Campus* Frederico Westphalen que foi incorporado pelo Instituto Federal Farroupilha. O orçamento destinou-se basicamente para ações de Assistência ao Estudante e Serviços terceirizados.

Ao longo do exercício de 2016, os fatores intervenientes que influenciaram nas ações foram de contexto orçamentário e financeiro. Apesar do alto índice de empenho do exercício, o atraso na

definição dos limites e a demora na liberação dos mesmos geraram frustração em algumas ações institucionais, principalmente no que tange à aquisição de bens de capital e obras. No caso de despesas de custeio, os *campi* ajustaram suas necessidades à nova realidade orçamentária, o que não gerou grande impacto nas atividades fins. Quanto ao financeiro disponível para pagamentos, o prejuízo institucional foi maior, e o impacto foi significativo. Como consequência, evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralisações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralisação nas obras em andamento na instituição, em virtude do atraso no repasse de financeiro para cobrir as demandas. Apesar da baixa inscrição em restos a pagar processados para 2017, não demonstra a realidade vivenciada ao longo do exercício.

Outro fator preponderante foi a redução da dotação orçamentária para funcionamento das atividades (Ação 20RL). Tal redução motivou a necessidade de readequação do planejamento pela gestão. Dessa forma, as unidades trabalharam no sentido de ajustar seus gastos de custeio com a projeção orçamentária definida no exercício. Essa estratégia obrigou a gestão a redimensionar principalmente a força de trabalho terceirizada, despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital. Deve ser realçado aqui também o esforço da instituição em buscar alternativas para redução dos eventuais entraves na execução das atividades previstas no planejamento institucional. Nesse sentido, a instituição vem trabalhando na implantação de sistema integrado de gestão, bem como revisando as normativas internas quanto a licitações, contratos, execução orçamentária entre outros.

3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Quanto às questões de execução orçamentária e financeira, desde o final do exercício de 2013 - com pequeno agravamento em 2014, impacto drástico em 2015 e reflexo negativo em 2016 - a gestão orçamentária tornou-se mais instável, uma vez que aprovado o orçamento, a instituição deve estar preparada para os “conhecidos” contingenciamentos. Contudo, por prudência, anualmente, a instituição sempre que se precaveu, organizando o planejamento das despesas com margem de 10% de segurança, a fim de garantir o andamento responsável dos gastos. Além disso, dependendo da capacidade de execução ao longo do exercício, ocorria a articulação com a Setec para a liberação dos valores contingenciados, possibilitando, assim, a efetivação do planejamento inicial.

Nos exercícios elencados acima, o cenário econômico e orçamentário do governo começou a sinalizar as dificuldades para garantir a provisão orçamentária consignada na LOA. Com isso, o arrocho se intensifica, ao ponto de que, em meados do mês de junho de 2016, trabalhou-se efetivamente com a possibilidade de cortes gerais no nosso orçamento em até 20%. Esse ajuste drástico, se instituído, traria significativos prejuízos às ações previstas e necessárias ao funcionamento da instituição. Essas possíveis medidas acometeram a comunidade institucional de preocupações em honrar até mesmo compromissos fixos que poderiam ficar desatendidos.

Amenizando esse cenário, posteriormente saíram definições mais concretas que nos trouxeram a uma realidade não tão boa em um contingenciamento geral de 10%. No entanto, com a preocupação de não prejudicar as atividades institucionais, os cortes foram ajustados, intensificou-se nos recursos de investimentos, chegando a 50%, priorizou-se o desenvolvimento das ações de custeio que ficaram reduzidas a cerca de 10%. Não é algo a ser comemorado, pois tamanha retenção em valores de investimentos retarda processos de expansão e melhorias de infraestruturas administrativas e pedagógicas.

Contudo, a manutenção da maioria dos recursos de custeio deu maior tranquilidade aos gestores e também à comunidade escolar. Mesmo havendo a necessidade que readequar os gastos, não houve prejuízo nas ações fundamentais dentro de cada unidade do instituto.

Esse cenário, embora mais favorável no âmbito orçamentário, acaba retraindo ações planejadas no decorrer do exercício, seja pelo receio da implementação de novos gastos, ou mesmo

pelo retardo de procedimentos licitatórios. Por consequência, ações de longo prazo acabam sendo estagnadas, no anseio de maior segurança dos valores aprovados no legislativo, e permitindo a gestão integral dos recursos destinados a cada órgão.

Mesmo diante de tantas dificuldades, o Instituto Federal Farroupilha honra, mais uma vez, o histórico de execução responsável e eficaz de seus recursos, como podemos observar nos demonstrativos apresentados neste relatório. O resultado é a efetivação das ações de ensino, pesquisa, extensão, inclusão, assistência estudantil e tantas outras que dependem da disponibilidade de recursos para sua continuidade.

Cabe registrar, nos assuntos de ordem financeira, os inúmeros infortúnios decorrentes do sistemático e longo período de atrasos para cumprir com os compromissos de contas a pagar junto aos fornecedores da instituição. Por conta disso, o cenário financeiro vivenciado em 2016 proporcionou muitos dissabores aos servidores diretamente ligados à área de recebimento, ateste e pagamento das obrigações institucionais. Os setores ligados a essas áreas não conseguiam emitir posicionamento concreto sobre o pagamento a empresas dos mais variados portes econômico e financeiro. Tal situação motivou a instabilidade de diversas empresas.

A Instituição precisou rever posicionamentos quanto aos procedimentos de prazos, flexibilizando e/ou paralisando demandas que estavam em andamento ou adiando novas demandas que deveriam ser executadas. Tal instabilidade pode ser observada em licitações que tiveram diversos itens frustrados, seja pela desconfiança das empresas que não receberam pelo material ou serviço prestado, ou ainda pela incompatibilidade de preços apresentados nos termos de referência dos processos licitatórios, em decorrência da desestabilização econômica ocorrida.

A atual organização das áreas de licitações e contratos e de execução orçamentária e financeira foi um fator que ajudou a vencer os desafios encontrados em 2016. Como as unidades têm suas representações, trataram de forma individualizada cada problema que surgiu. Nesse sentido, o aprimoramento contínuo do compartilhamento de compras buscou desonerar cada unidade, em busca de maior confiabilidade nos processos. Isso tornou os processos cada vez mais rápidos e objetivos, bem como diminuiu a ocorrência de erros e problemas de operacionalização.

Dessa forma, resta à Instituição acompanhar cada movimentação, nos cenários econômicos e políticos, a fim de se preparar para o que está por vir no exercício de 2017. A torcida é para que se reestabeleça a segurança econômica e financeira de nosso País e isso reflita diretamente na qualidade do gasto público.

3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Este subitem estabelece a necessidade de apresentação de informações pertinentes a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI. Ressalta-se, porém, que não ocorreram passivos por insuficiência de Créditos ou recursos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha no exercício de 2016. Dessa forma, este quadro não se aplica ao Instituto no exercício.

3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Para análise mais qualificada sobre a execução orçamentária de restos a pagar, apresenta-se, no Quadro 13, informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) inscritos em exercícios anteriores, vigentes no exercício de referência do Relatório de Gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

Quadro 13 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
2009	170.442,83		170.442,83	-
2010	152.810,75		111.430,98	41.379,77
2011	15.456,42		9.924,42	5.532,00
2012	144.324,85	103.908,70	28.766,49	11.649,66
2013	90.751,63	39.824,13	1.701,38	49.226,12
2014	484.174,64	440.043,01	5.517,25	38.614,38
2015	7.897.062,23	7.689.089,62	142.330,60	65.642,01
TOTAL	1.057.961,12	583.775,84	327.783,35	146.401,93
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016
2012	55.148,59			55.148,59
2013	428.276,84	10.012,66	25.215,68	393.047,50
2014	1.267.090,25	387.271,30	570.343,21	309.475,74
2015	19.063.935,75	16.226.692,81	600.063,31	2.237.179,63
TOTAL	20.814.451,43	16.623.976,77	1.195.622,20	2.994.851,46

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

3.3.5.1 Análise Crítica

A execução dos Restos a Pagar teve a observância do que dispõe a legislação vigente. De maneira geral, os Restos a Pagar foram executados com base, além do diploma legal já citado, na Lei nº 4.320/64, no Decreto nº 93.872/86, no Decreto nº 7.654/2011 e no Acórdão TCU nº 3.108/2011.

Da legislação citada, bem como da jurisprudência da Egrégia Corte de Contas, foi tirado o entendimento da conformidade das inscrições dos Restos a Pagar, conforme segue:

a) As inscrições em Restos a Pagar estão autorizadas até o dia 30 de junho de 2015, observando-se o que dispõe o artigo 68 do Decreto nº 93.872/86;

b) Atendem o artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, Incisos I, II e III, considerando a natureza das despesas que são destinadas a continuidade do desenvolvimento da educação profissional, por analogia do que está disposto no parágrafo 3º, I, letra “c” do mesmo diploma legal;

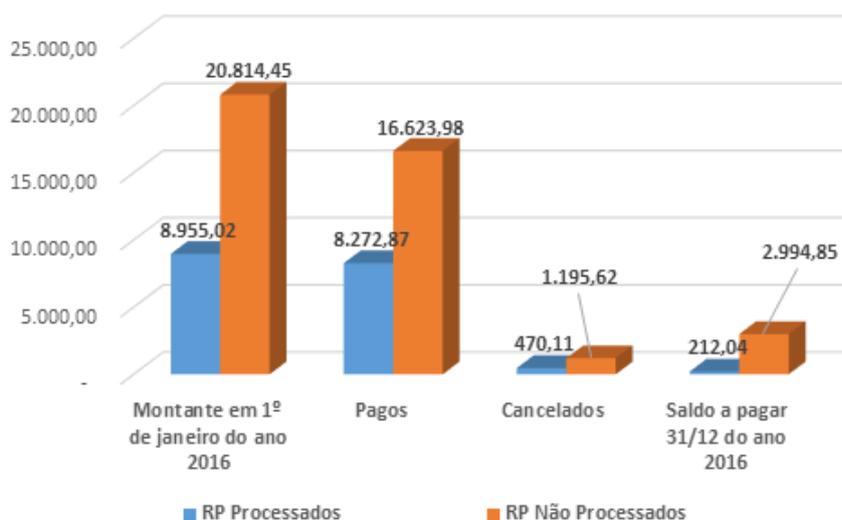
c) Pela garantia do fluxo dos recursos considerando os ajustes firmados com o órgão concedente, nos termos dos recursos definidos nos cronogramas de desembolso dos planos de aplicação;

De maneira geral, nossas unidades executaram os recursos de Restos a Pagar em conformidade com o que dispõe a legislação. Para a inclusão de restos a pagar no ano de 2016, referente ao exercício de 2015, foram adotados procedimentos de acompanhamento e execução dos restos a pagar no Instituto Federal Farroupilha, que resultaram em melhorias.

Deve-se ressaltar que a maioria dos montantes de restos a pagar de anos anteriores a 2016 se refere a contratos de obras ou aquisições que não se finalizaram por problemas técnicos de execução e/ou jurídicos. Apesar de ser valor expressivo, se comparado com os anos anteriores, houve a redução no saldo reinscrito para 2017 (saldo em 31/12/2016). Ao comparar os exercícios de referência (2015 e 2016), a inclusão de restos a pagar das prestações de contas, é possível verificar uma leve alta de aproximadamente 7,8% nas inscrições em restos a pagar não processados.

Os valores inscritos e reinscritos em restos a pagar de exercícios anteriores no âmbito institucional perfizeram o montante de R\$ 29,77 milhões de reais, dos quais aproximadamente 20% foram reinscritos no exercício de 2016.

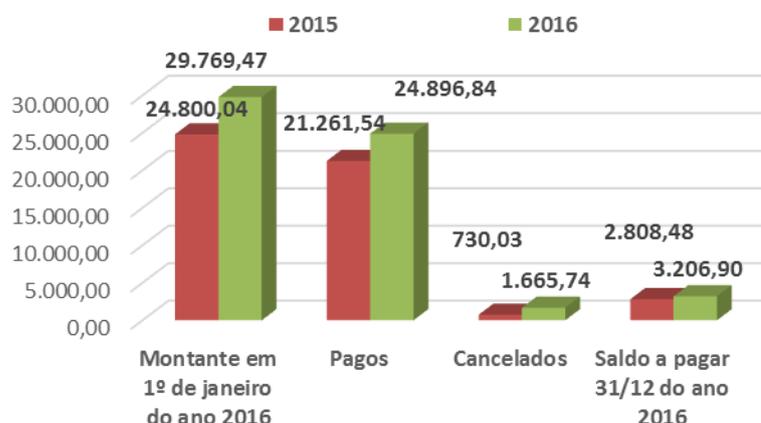
Gráfico 6 - Valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente exercício 2016 em mil reais.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Dos valores em restos a pagar de exercícios anteriores, 32% referem-se a processados, enquanto os não processados representam 68% do total. Observa-se, também, aproximadamente 83,63% dos RP foram pagos no exercício de 2016, enquanto 5,60% dos mesmos foram cancelados.

Gráfico 7 – Comparativo entre os valores inscritos e reinscritos de restos a pagar de exercícios anteriores referente aos exercícios 2014 e 2016 em mil reais.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Foi possível observar, ao longo dos três últimos exercícios, uma redução significativa nos estoques de restos a pagar de exercícios anteriores. Em 2014, eles somavam em torno de R\$ 35,8 milhões, enquanto que, em 2016, os valores se aproximavam de R\$ 29,76 milhões. Embora tenha havido, no ano de 2016, um aumento de estoques de restos a pagar de exercícios anteriores (influenciado pela liberação tardia dos limites de empenho, já no final de 2015 e a não liberação de financeiro para pagamento dos liquidados), constatou-se neste ano uma redução nominal de R\$ 6,04 milhões, ou seja, 16,87%.

Outro ponto importante diz respeito aos cancelamentos de restos a pagar, os quais sofreram uma significativa redução em 2015. Quanto a isso, evidenciou-se que a melhora aparente na gestão dos restos a pagar está diretamente ligada a dois fatores: 1) ações institucionais para atender o que

preconiza a legislação, sobre manutenção de restos a pagar - a instituição normatizou a inscrição e acompanhamento dos restos a pagar não processados; além disso, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão, a tendência é melhorar significativamente a gestão da execução orçamentária e, conseqüentemente, desses estoques. 2) Contingenciamento orçamentário destinado a obras, o que provavelmente teria sido inscrito em restos a pagar.

3.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

Esse subitem presta informações sobre as possíveis transferências realizadas pelo Instituto Federal Farroupilha, no exercício de 2016, mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

3.3.6.1 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Este subitem contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios. Tais valores referem-se à totalidade dos instrumentos celebrados em cada exercício. Nesse contexto, a instituição celebrou apenas um instrumento de transferência.

Quadro 14 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
UG/GESTÃO:	UG/GESTÃO: 158127/26420					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2104	2016	2015	2014
Termo de Descentralização	2	1	0	2.049.855,28	33.750,00	0,00
Totais	2	1	0	2.049.855,28	33.750,00	0,00

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

3.3.6.2 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Este tópico visa a demonstrar a situação gerencial da prestação de contas pelos recebedores dos recursos transferidos pela instituição, situação apresentada em 31 de dezembro de 2016. Assim, o quadro evidencia a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final do exercício, de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

Quadro 15 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha					
UG/GESTÃO: 158127/26420					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Descentralização
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0

	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	2
		Montante Repassado	0,00	0,00	2.049.855,28
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	1
		Montante Repassado	0,00	0,00	33.750,00

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

3.3.6.3 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Este subitem refere-se às informações sobre a análise de contas pela unidade concedente ou contratante (UPC ou de subunidade da UPC) que foram apresentadas no exercício de referência do relatório de gestão. Ao mesmo tempo, traz informações sobre o perfil dos atrasos na análise das prestações de contas de recursos repassados pela UPC ou por unidades que integram a conta anual.

Neste item, especificamente, a instituição não possui informação para relatar, uma vez que o Termo de Descentralização elaborado no exercício de 2015 e 2016 estão em vigência, fora do prazo de prestação de contas que ocorrerá no exercício de 2017.

3.3.6.4 Análise Crítica

Ao longo do exercício de 2016 foi efetivado apenas dois Termos de Execução Descentralizada, com valor de R\$ 2.049.855,28. Desse total, apenas R\$ 1.955.715,33 foram liquidados. Como os termos ainda estão em fase de execução, ao longo do exercício de 2017, será elaborada a sua prestação de contas. Além disso, cabe registrar que não foi efetuado nenhum outro instrumento de transferência de recursos.

Dessa forma, as informações referentes à análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão, bem como atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos ficaram sem informações no presente relatório. Também se constatou que a instituição não possui transferências na situação de prestação de contas inadimplente.

3.3.6.5 - Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Quanto à estrutura para acompanhamento das prestações de conta, a instituição possui setor específico para prover e gerenciar os processos de prestação de contas, tanto para as que o Instituto Federal Farroupilha é concedente, quanto as que é proponente e executor. Cabe ao setor em questão realizar a gestão das prestações de contas, e à unidade a efetivação das mesmas.

Quando a instituição é executora orçamentária de algum convênio ou outro instrumento de transferência de recurso, a prestação de contas dá-se de forma concomitante com a execução orçamentária, em processo específico e planilhas de acompanhamento específicas.

Os sistemas para acompanhamento orçamentário que são utilizados são o Tesouro Gerencial e o Siafi. Atualmente, a instituição está em fase de implantação do Sistema Integrado de Gestão, o qual possibilitará acompanhamento mais adequado das prestações de conta.

Quanto à execução do objeto, o acompanhamento fica a cargo dos atores envolvidos diretamente na ação.

3.3.7 Informações sobre a execução das receitas

Este tópico tem por objetivo demonstrar uma visão gerencial sobre a composição das receitas da unidade no exercício, bem como sua execução.

Quadro 16 - Provisão da receita orçamentária do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2016 em mil reais.

NATUREZA DA RECEITA	PREVISAO INICIAL DA RECEITA	RECEITA ORCAMENTARIA
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	199.484,00	163.647,55
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	227.390,00	166.766,22
RECEITA AGROPECUARIA	119.027,00	214.361,84
RECEITA INDUSTRIAL	73.463,00	101.701,81
SERV.ADMINISTRAT.E COMERCIAIS GERAIS	91.793,00	140.939,09
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS	210.192,00	600.533,42
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	19.609,00	262,17
OUTRAS INDENIZACOES		163,65
RESTIT.DE DESPESAS DE EXERC.ANTERIORES		13.413,57
OUTRAS RESTITUICOES	11.664,00	35.319,75
OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS		820,00
TOTAL	952.622,00	1.437.929,07

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A arrecadação da instituição não possui um comportamento uniforme ao longo tempo, pois está basicamente lastrada na sazonalidade da arrecadação. Observou-se que a receita foi significativamente superior à provisão orçamentária. Os fatores que influenciaram para esse comportamento são: 1) A não aprovação da estimativa da receita apresentada nos períodos legalmente instituído. Pela estimativa realizada pelo Instituto a arrecadação prevista está muito próxima da arrecadação realizada; 2) Antecipação da realização do concurso público que estava previsto para 2017. No entanto, é preciso destacar a reestruturação da receita proveniente da produção animal e vegetal e seus derivados inclusive os industrializados. Isso reflete a decisão da redução de gastos com o sistema de produção animal e vegetal, bem como os entraves ambientais para liberação de alguns alvarás ligados à área. Importante mencionar também o fato de que parcela significativa da produção dos *campi* São Vicente do Sul e Alegrete foi direcionada aos refeitórios.

Figura 5 - Arrecadação e execução da receita própria por fonte, referente exercício de 2015, em reais

FONTE	DOTAÇÃO FINAL	ARRECADAÇÃO	VALORES EMPENHADOS		
			DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTO	EXECUTADO
2500026420	725.232,00	1.236.929,45	225.179,11	498.114,96	723.294,07
2800026420	165.937,00	166.766,22	0,00	165.936,82	165.936,82
TOTAL	891.169,00	1.403.695,67	225.179,11	664.051,78	889.230,89

Fonte: Tesouro Gerencial/siafi

Observou-se, no exercício, que o montante executado foi significativamente inferior ao total arrecadado, fator este relacionado a não liberação de limites de empenho durante o exercício. Ou seja, 36,5% do arrecadado não foi liberado. Quanto às fontes, a arrecadação dá-se basicamente na 0250, com 88% da arrecadação.

No que refere-se à execução, do total executado, 25% foram em despesas correntes, enquanto os investimentos atingiram 75% do total. Do montante executado em investimento, a totalidade foi destinada à aquisição de equipamentos e material permanente, já as despesas correntes se concentraram principalmente nas despesas com serviços de pessoas jurídicas.

3.3.8 Informações sobre a execução das despesas

Este item tem por objetivo demonstrar, de forma sucinta e gerencial, a execução das despesas executadas pela instituição. Assim, as informações sobre a realização das despesas são apresentadas nos subitens a seguir:

- a) Despesas totais por modalidade de contratação;
- b) Despesas por grupo e elemento de despesa.

Os quadros, a seguir, demonstram a execução do orçamento consignado ao Instituto Federal Farroupilha, indiferentemente a unidade executora do mesmo.

3.3.8.1 - Despesas totais por modalidade de contratação

Este item, representado pelo

Quadro 17, demonstra as despesas totais por modalidade de contratação, ou seja, quais os montantes despendidos para cada modalidade de licitação efetuada pelo Instituto Federal Farroupilha, referente aos exercícios de 2015 e de 2016. A análise de sua composição e evolução está detalhada no item 3.3.8.3.

Quadro 17 - Despesa por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	51.662.600,44	19,89%	46.468.401,85	20,72%	29.013.021,67	12,36%	23.726.338,51	12,03%
a) Convite	-	0,00%	100.863,69	0,04%	-	0,00%	90.137,03	0,05%
b) Tomada de Preços	685.090,21	0,26%	823.344,24	0,37%	680.460,56	0,29%	50.669,96	0,03%
c) Concorrência	11.247.854,34	4,33%	6.858.639,57	3,06%	2.090.899,06	0,89%	2.216.445,28	1,12%
d) Pregão	39.729.655,89	15,29%	38.685.554,35	17,25%	26.241.662,05	11,18%	21.369.086,24	10,83%
e) Concurso	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
f) Consulta	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	6.551.861,80	2,52%	5.963.801,01	2,66%	2.455.926,59	1,05%	1.551.240,02	0,79%
h) Dispensa	2.939.476,03	1,13%	2.080.335,36	0,93%	2.455.926,59	1,05%	1.551.240,02	0,79%
i) Inexigibilidade	3.612.385,77	1,39%	3.883.465,65	1,73%	2.718.513,99	1,16%	2.692.343,09	1,36%
3. Regime de Execução Especial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
j) Suprimento de Fundos	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	179.171.776,63	68,96%	151.279.108,91	67,47%	179.170.329,56	76,34%	151.233.373,09	76,67%
k) Pagamento em Folha	178.417.879,26	68,67%	150.134.641,94	66,96%	178.417.879,26	76,02%	150.134.641,94	76,11%
l) Diárias	753.897,37	0,29%	1.144.466,97	0,51%	752.450,30	0,32%	1.098.731,15	0,56%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	237.386.238,87	91,37%	203.711.311,77	90,85%	210.639.277,82	89,75%	176.510.951,62	89,48%
6. Total das Despesas da UPC	259.802.047,40	100%	224.216.531,44	100%	234.694.502,17	100%	197.255.533,46	100%
7. Outros	22.415.808,53	8,63%	20.505.219,67	9,15%	24.055.224,35	10,25%	20.744.581,84	10,52%

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

3.3.8.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

O quadro a seguir demonstra a execução da despesa da totalidade dos recursos consignados a UO, de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesa. Ou seja, demonstram quais os elementos de despesas que tiveram maior valor empenhado, liquidado e pago nos exercícios de 2016, bem como sua evolução com base no exercício anterior, nos grupos de despesas 1, 2, 3, 4, 5, 6. A análise de sua composição e evolução está detalhada no item 3.3.8.3.

Quadro 18 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercício	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	178.417.879,26	150.134.641,94	178.417.879,26	150.134.641,94	-	-	178.417.879,26	150.134.641,94
<i>11- Vencimentos e Vantagens Fixas</i>	136.280.093,67	116.113.919,32	136.280.093,67	116.113.919,32	-	-	136.280.093,67	116.113.919,32
<i>13 - Obrigações Patronais</i>	26.581.983,92	22.555.265,17	26.581.983,92	22.555.265,17	-	-	26.581.983,92	22.555.265,17
<i>01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar</i>	6.926.732,04	4.560.100,91	6.926.732,04	4.560.100,91	-	-	6.926.732,04	4.560.100,91
<i>Demais elementos do grupo</i>	8.629.069,63	6.905.356,54	8.629.069,63	6.905.356,54	-	-	8.629.069,63	6.905.356,54
2. Juros e Encargos da Dívida								
<i>Elemento de despesa</i>								
3. Outras Despesas Correntes	63.208.377,85	58.950.970,18	52.880.571,78	48.343.016,78	10.327.806,07	10.607.953,40	51.733.461,36	42.407.077,48
<i>39 -Outros Serviços de Terceiros - PJ</i>	31.920.737,15	31.388.676,81	24.935.563,12	23.214.250,09	6.985.174,03	8.174.426,72	24.292.906,24	20.143.133,00
<i>30 - Material de Consumo</i>	6.384.820,31	4.654.424,04	4.129.457,00	3.448.133,76	2.255.363,31	1.206.290,28	4.093.553,29	2.486.198,87
<i>18 - Auxílio Financeiro a Estudantes</i>	5.281.884,33	5.606.245,85	5.236.253,70	5.597.705,85	45.630,63	8.540,00	5.119.531,20	4.887.948,61
<i>Demais elementos do grupo</i>	19.620.936,06	17.301.623,48	18.579.297,96	16.082.927,08	1.041.638,10	1.218.696,40	18.227.470,63	14.889.797,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercício	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	18.175.790,29	15.130.919,32	4.570.098,39	6.674.936,97	13.605.691,90	8.455.982,35	4.543.161,55	4.713.814,04
<i>51 -Obras e Instalações</i>	12.432.718,17	8.018.709,32	2.898.115,89	3.335.868,41	9.534.602,28	4.682.840,91	2.893.486,24	2.445.668,46
<i>52 - Equipamentos e Material Permanente</i>	5.511.174,56	7.012.194,48	1.531.935,34	3.325.353,56	3.979.239,22	3.686.840,92	1.509.628,15	2.257.790,58
<i>39 - Outros Serviços de Terceiros-PJ</i>	231.897,56	100.015,52	140.047,16	13.715,00	91.850,40	86.300,52	140.047,16	10.355,00
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Elemento de despesa</i>	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD/SIAF/TESOURO GERENCIAL

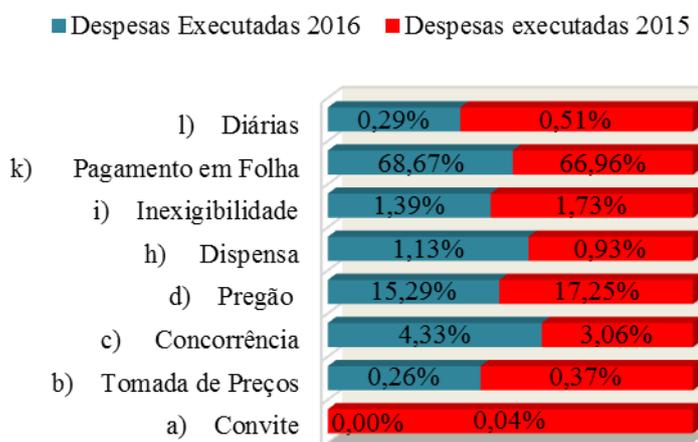
3.3.8.3 – Análise crítica da realização da despesa

Esta análise tem por objetivo apresentar, de forma sucinta, informações referentes à execução das despesas do exercício de 2016.

A demonstração, por conta dos créditos da LOA do órgão, consolida a regra e a obediência ao princípio constitucional de licitar suas necessidades, proporcionando a ampla participação de possíveis fornecedores interessados. Observou-se que a modalidade de contratação Pregão é a mais utilizada, considerando o condicionamento legal, bem como a celeridade operacional do processo. Nesse sentido, existe espaço para otimização e economia em escala, com licitações compartilhadas para aquisição de bens e produtos, bem como serviços comuns. Esse trabalho está sendo realizado - e pode ser aperfeiçoado com quantitativo de recursos humanos e capacitação adequada na área de licitações para atender tal demanda. Além disso, a reformulação dos manuais sobre licitações e contratos, bem como a implantação do sistema de gestão tende a possibilitar melhorias significativas no processo de compras e licitações.

Destaca-se que o Quadro 17 apresenta algumas informações para análise do gestor, indicando a modalidade de contratação utilizada para a execução da despesa. Porém, apesar de demonstrar a totalidade das despesas, comparando-a com as modalidades de contratação, o item pagamento em folha se detém a informar aquelas despesas relacionadas ao grupo de natureza de despesas 1 (um). Dessa forma, algumas despesas que são pagas via folha de pagamento, como os auxílios transporte, alimentação, saúde, estagiários, curso e concurso de servidores, auxílio moradia, e outros ficam informados no quadro como outros. Ressalta-se que o valor real realizado via folha de pagamento no exercício de 2016 foi de R\$ 192,45 milhões. Mas a soma das demais despesas executadas via folha de pagamento chegam ao montante de R\$ 14.13 milhões.

Gráfico 8 - Percentual liquidado por modalidade de contratação, período 2015 e 2016, Instituto Federal Farroupilha.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto à representatividade por modalidade de licitação, observou-se que 68,7% das liquidações referem-se a pagamento em folha e 15% em pregão. Porém, ao separar o orçamento de pagamento em folha, grupo de natureza 1, dos demais, a representatividade do pregão aumentaria para 49% do total das contratações.

As despesas com diárias tiveram redução de 34% no exercício de 2016 se comparado ao exercício de 2015, passando de R\$ 1,44 milhões para R\$ 754 mil reais. Isso ocorreu porque houve a reorganização das atividades administrativas, como reuniões e eventos internos, bem como houve a redução da participação de servidores em eventos nacionais e internacionais e em capacitações. No

mesmo contexto, houve redução significativa nas despesas com locomoção de aproximadamente 16,6%.

O valor elevado da modalidade “outros”, no Quadro 17, refere-se principalmente aos valores de auxílios e de assistência aos servidores, os quais somam R\$13,10 milhões de reais, ou seja, 58% do total. Além dessa despesa, elenca-se os auxílios financeiros a estudantes e auxílio pesquisador que, juntos, somam, R\$ 5,56 milhões. Destaca-se, também, neste universo, as despesas com pessoa jurídica e bolsas para os estudantes, referente ao Programa Bolsa Formação.

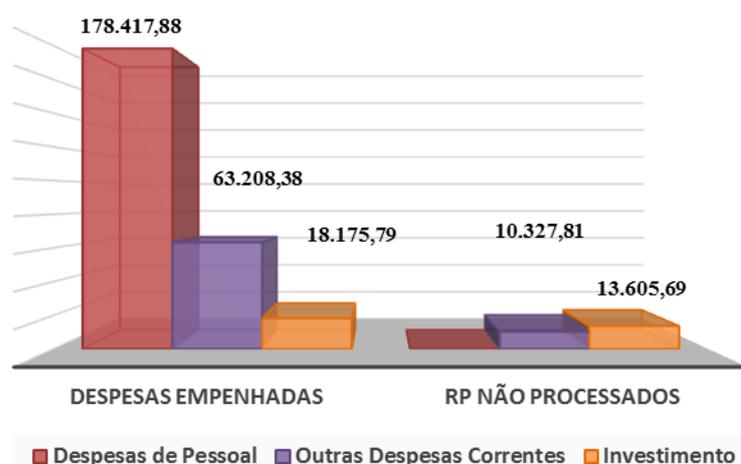
Os montantes contratados através de compras diretas somam aproximadamente R\$6,55 milhões, (2,52% do total empenhado e 8,0% descontado as despesas com pagamento de pessoal), resultantes de contratos de energia elétrica, água e esgoto, publicidade legal e outros insumos básicos passíveis de contratação por essas modalidades. Quanto à inexigibilidade, a mesma representa 55% do total das compras diretas e 1,39% da despesa total.

Quanto à demonstração da execução da despesa, evidenciou-se que aproximadamente 69% do orçamento executado refere-se a pagamento de pessoal e encargos, 24% em despesas correntes, custeio e, aproximadamente, 7% em investimento. Ao comparar com o exercício de 2015, o montante empenhado teve uma evolução de 16%. Isso se deve ao aumento das despesas com pessoal, que foi de R\$ 28,28 milhões de reais.

No grupo de despesas correntes, a variação positiva de 7,22%, deu-se basicamente em função da liberação de recursos para o funcionamento da unidade de Frederico Westphalen. Porém, o mesmo grupo sofreu pressão negativa em função da redução do recurso do Programa Bolsa Formação e do Programa E-Tec, ambos financiados pelo FNDE. As despesas de investimento tiveram um acréscimo de 20% em relação ao exercício de 2015, em virtude da liberação de emenda parlamentar para obras no *Campus* Santo Augusto.

Da análise dos elementos de despesa de cada grupo, destaca-se que, no grupo despesas de pessoal, 76,38% do valor empenhado refere-se a vencimentos e vantagens fixas, e 14,9% corresponde a obrigações patronais. Quanto a outras despesas correntes, aproximadamente, 50% foram empenhadas em Serviços de Pessoas Jurídicas, para atender às despesas fixas com contratos continuados para manutenção das atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência aos estudantes. Quanto aos investimentos, 68,4% do valor foi empenhado em obras.

Gráfico 9 - Despesa empenhada e RP não processados por grupo de despesa, exercício 2016 em mil reais.



Fonte: Pró-Reitoria de Administração

Quanto aos restos a pagar, é possível destacar que houve aumento nas inscrições de restos a pagar não processados. Em 2015 e em 2016, os percentuais inscritos em restos a pagar não processados são bem próximos, 8,50% e 10,20% do total empenhado para seus respectivos anos.

Observou-se que a evolução positiva na inscrição em RP não processados deu-se principalmente na conta investimento, com acréscimo superior a 60%. Isso resulta da liberação de emenda de bancada no mês de outubro e empenho nas demais obras em andamento para atender até o mês de junho de 2017, através de liberação de Termos de Execução Descentralizada. No que diz respeito às despesas com Capital, a maior representatividade foi para obras (449051), com 68,4% das despesas empenhadas. Desse total, 76,7% foram inscritos em restos a pagar. Destaca-se, ainda, que o aumento das inscrições em RP não processados em investimento foi de 60,9%. Tal fato é perfeitamente compreensível considerando que as obras geralmente são executadas em mais de um exercício.

Deve ser evidenciado também que, no Grupo de despesa Outras Despesas Correntes, os valores que foram inscritos em restos a pagar do exercício 2016 foram inferiores ao ano de 2015, em 2,64%, resultando na inscrição em RP não processados de R\$ 10,33 milhões de reais.

Observou-se, ainda, que 29,20% dos empenhos em outros serviços de terceiros – PJ foram inscritos em restos a pagar não processados, perfazendo um montante de R\$ 6,98 milhões de reais. Nesse grupo, os valores principais inscritos referem-se às despesas de implantação do sistema de gestão da instituição, um 1/12 avos das despesas referente à execução dos contratos continuados do mês de dezembro de 2016. Ao se comparar com o ano de 2015, houve redução de aproximadamente 15% nas inscrições na conta em análise.

Ao longo do exercício de 2016, os fatores intervenientes que influenciaram as ações foram, sobretudo, de contexto orçamentário e financeiro. O contingenciamento imposto pelo decreto de execução orçamentária, bem com a portaria 67, geraram frustração em algumas ações institucionais, principalmente no que se refere à aquisição de bens de capital e obras. No caso de despesas de custeio, os *campi* ajustaram suas necessidades à nova realidade orçamentária, o que não gerou grande impacto nas atividades fins. No que tange ao financeiro disponível para pagamentos, o prejuízo institucional foi maior, e o impacto foi significativo. Como consequência, evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralisações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também o atraso e a paralisação nas obras em andamento na instituição, em virtude do atraso no repasse financeiro para cobrir as demandas.

O contingenciamento motivou a gestão a readequar o seu planejamento, dessa forma, as unidades trabalharam ajustando seus gastos de custeio com a projeção orçamentária definida no exercício. Essa estratégia obrigou a redimensionar principalmente a força de trabalho terceirizada, despesas com diárias e passagens e aquisição de material de consumo e bens de capital. Deve ser realçado também o esforço da instituição em buscar alternativas para redução dos eventuais entraves na execução das atividades previstas no planejamento institucional. Nesse sentido, a instituição vem trabalhando na implantação de sistema integrado de gestão, bem como na revisão das normativas internas quanto a licitações, contratos, execução orçamentária entre outros. Outra ação relevante da instituição é o permanente processo de capacitação dos servidores envolvidos em atividades meio, como execução orçamentária, licitações e contratos.

a) Gestão de Compras e Licitações

Em função das especificidades relacionadas às licitações, optou-se por demonstrar neste subitem um detalhamento das licitações realizadas no âmbito institucional. Destaca-se que as licitações são realizadas basicamente de forma compartilhada com as diversas unidades gestoras. Como o Instituto optou por uma estrutura organizacional descentralizada de execução, os *campi* participam diretamente na elaboração e execução de processos licitatórios, sob a gestão e o acompanhamento da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

As compras são realizadas de forma compartilhada ou conjunta, ou seja, todos licitam bens e serviços comuns a todos de forma conjunta e dividida. São identificados inicialmente quais objetos são comuns a todos, e essa demanda é dividida. Nos objetos comuns, dividem-se as tarefas entre

todos os *campi* e se decide quem vai licitar o quê. Trata-se de uma ferramenta utilizada para reunir todos ou pelo menos boa parte das requisições que contemplem o mesmo objeto, para evitar repetições constantes de licitações ou até mesmo fracionamento de despesa.

Ressalta-se que esse procedimento guarda plena conformidade com a legislação e orientações disponíveis para os Gestores Públicos, tendo por objetivo precípuo resguardar a Administração e atender ao interesse público.

No intuito de evitar possíveis riscos, a instituição vem trabalhando no acompanhamento das ações, bem como na capacitação de servidores e no monitoramento do mapa de risco.

A seguir, apresenta-se algumas informações pertinentes à área de licitações e compras.

b) Quantitativo de licitações tramitadas em 2016

No Quadro 19, encontra-se o total de licitações por modalidade, no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, considerando as fases de início, andamento e término.

Quadro 19 - Total de licitações por modalidade do Instituto Federal Farroupilha em 2016

Modalidade	Iniciadas em 2015 e finalizadas em 2016	Iniciadas e finalizadas em 2016	Iniciadas em 2016 e não finalizadas	Total de licitações
Concorrência	1	3	0	4
Tomada de Preços	0	1	0	1
Convite	0	0	0	0
Pregão	11	61	11	83
Inexigibilidade	0	34	0	34
Dispensa	1	31	0	32
Chamada Pública	0	3	0	3
Total	13	133	11	157

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2016).

No que tange à quantidade de licitações realizadas em 2016, percebeu-se que o maior quantitativo está disposto na modalidade Pregão Eletrônico, seguido das inexigibilidades e dispensas de Licitações. Com menor quantidade destaca-se a Chamada Pública, uma espécie de Dispensa de Licitação recente, que foi implementada no ano de 2015. Verificou-se que 13 Licitações do exercício de 2015 foram finalizadas apenas em 2016, ao passo que, das 144 Licitações planejadas para 2016, apenas 11 não foram finalizadas. No total, 157 Licitações tiveram algum tipo de tramitação em 2016.

c) Capacitação dos envolvidos em compras e licitações em 2016

No Quadro 20, encontram-se os dados obtidos sobre os envolvidos na Gestão de Compras, Licitações e Contratos.

Quadro 20 - Dados sobre os envolvidos na Gestão de Compras e Licitações

Servidores\Capacitações	Servidores	Capacitações	Média de Capacitação por servidor
Compras e Licitações	21	17	0,80

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2016).

Ao analisar os dados do Quadro 20, percebeu-se que, no ano de 2016, a média de capacitação na área de Compras e Licitações foi de 0,80 capacitações para cada um servidor. Essa

análise não significa que todos os servidores foram capacitados uma vez, tendo em vista que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação, ao passo que outros não participaram de nenhuma. Assim, percebe-se que a quantidade de capacitação nas áreas demonstradas no quadro acima aparenta não estar adequada.

d) Mapa de risco no âmbito das compras e licitações

Quadro 21 - Mapa de risco no âmbito das compras e licitações

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medidas a Tomar
Adjudicação com valores superiores ao estimado	Baixo	Alto	Não atendimento ao princípio da economicidade. Não atendimento art. 24, § 8º e art. 25 do Decreto 5.450/2005 e art. 4º, inc XVII da Lei 10.520/2002. Ainda de acordo com clausula do edital que prevê: “deverá ser examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e ainda e a negociação para que seja obtido um preço melhor”	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização e checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Falta de autorização abertura de licitação	Baixo	Alto	Não atendimento ao Art 9º do Decreto 5.450/2005	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Sobrepços nos orçamentos estimativos	Médio	Alto	Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado. Não atendimento ao princípio da economicidade.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Quantidades superestimadas nos pedidos de compra	Médio	Alto	Se não for por SRP, comprometimento orçamentário; problemas na execução contratual.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Falta de publicação de aviso de SRP em jornal de grande	Baixo	Médio	Não atendimento ao §6º art.17 Decreto 5.450/2005.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por

circulação				ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Divergências textuais no edital, TR, minuta de Ata e minuta de contrato.	Alto	Médio	Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital, problemas na execução contratual, atraso no atendimento das necessidades da Instituição.	Seguir orientações do Manual de Compras e Licitações utilizando o Modelo de editais da AGU na modalidade a ser licitada. Seguir orientações sugeridas pelos pareceres da PROAD E PROJUR,
Edital não revisado na totalidade (copy-paste de outro edital)	Alto	Médio	Pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao Edital, problemas na execução contratual, atraso no atendimento das necessidades da Instituição.	Seguir orientações do Manual de Compras e Licitações utilizando o Modelo de editais da AGU na modalidade a ser licitada. Seguir orientações sugeridas pelos pareceres da PROAD E PROJUR
Falta de entendimento diferença entre serviço contínuo x serviço comum	Alto	Alto	Prejuízos à racionalização de custos, uma vez que, quando o serviço é continuado, o contrato poder ter a duração de cinco anos, sendo maior o desconto. Ainda há a economia de não realizar uma licitação por ano. Por outro lado, se o serviço não é contínuo, corre-se o risco de prorrogar um contrato não vantajoso para a Administração.	Consultar da portaria 1701 de 31/12/2015 onde estão definidos todos os serviços considerados de natureza contínua que cuja interrupção possa comprometer a continuidade das atividades da Administração e cuja necessidade de contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, no âmbito deste Instituto.
Tratamento Diferenciado ME / EPP por item e não pelo valor global da licitação	Baixo	Alto	Não atendimento ao Art 48 inc I da Lei Compl 123/2006.	Seguir orientações do Manual de Compras e Licitações utilizando o Modelo de editais da AGU na modalidade a ser licitada. Seguir orientações sugeridas pelos pareceres da PROAD E PROJUR
Não atendimento do parecer jurídico sem justificativa	Baixo	Alto	Apontamentos dos órgão de controle, responsabilização dos agentes públicos.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Falta de lançamento do valor negociado no sistema	Baixo	Alto	Não atendimento ao princípio da economicidade.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação

				à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Não cobrar o envio de documentos da habilitação da licitação.	Baixo	Alto	Não atendimento ao art. 11 do Decreto 5.450/2005.	Conferência e controle da conformidade do procedimento, com utilização de checklist, por ocasião da homologação do procedimento; notificação por escrito ao pregoeiro; geração de inconformidade – comunicação à câmara técnica de compras com debate da fundamentação legal e decisões do TCU.
Descontrole e falta de padronização.	Alto	Alto	Pouca flexibilidade tramite complexos, burocrático trabalha mal distribuído e repetido, desperdício de recursos em geral (pessoas, materiais e financeiros), processo decisório lento, complicado, desarticulado e ineficiente, necessidade de constante ampliação de controles, Insegurança administrativa, elevado risco nas diversas ações da administração, como contratações, orçamento, infraestrutura, entre outros.	Melhorias do sistema informatizado. A partir de julho foi implantada a fase I de alterações previstas, com vinculação da solicitação de compras ao catálogo de matérias e serviços padronizados; ... Está prevista a implantação da fase II, que incluirá: informação orçamentária; controle de registros de preços; aprovação do TR e autorização eletrônica da despesa.
Contratos de limpeza: áreas superestimadas; planilhas de custos com problemas ou em desacordo com a legislação / orientações do TCU; cálculo de produtividade inadequado.	Médio	Alto	Não atendimento ao princípio da economicidade.	Revisão – medição das áreas; b. Revisão de Planilhas de custos; c. Início de estudo para estipular padrões de produtividades alternativos, mas adequados às necessidades da Instituição.

Fonte: Elaborada pelos autores.

e) Procedimentos na área de Compras e Licitações

As compras são realizadas de forma compartilhada ou conjunta. Isso indica que todos licitam bens e serviços comuns a todos de forma conjunta e dividida. Inicialmente, são identificados quais objetos são comuns a todos, a partir disso, a demanda é dividida entre as unidades e se decide quem realiza a licitação de que objeto. Essa é uma ferramenta utilizada para reunir todos ou pelo menos boa parte das requisições que contemplem o mesmo objeto, no intuito de evitar repetições constantes de licitações ou até mesmo fracionamento de despesa. Tal procedimento está em consonância com a legislação e com as orientações disponíveis para os Gestores Públicos, tendo por objetivo precípuo resguardar a Administração e atender ao interesse público.

O instituto Federal Farroupilha atua de maneira descentralizada, ou seja, cada unidade é responsável por firmar seus contratos. Os processos dos *Campi* que visam a alterações contratuais (renovação de vigência, acréscimo de valor, repactuações de preços, etc.) são instruídos de maneira completa pelas unidades descentralizadas, ficando a cargo da Reitoria a análise Administrativa de todo o pleito, através da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

Após a análise da Direção de Compras, Licitações e Contratos da Reitoria, o processo é encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica vinculada ao Instituto Federal Farroupilha e, em seguida, é novamente encaminhado ao *Campus* de origem. Para tanto, as competências de cada

agente envolvido estão contidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e no Manual de Compras e Licitações. Esses mesmos manuais incluem todos os procedimentos necessários para instrução dos processos de: elaboração contratual; termos aditivos; repactuação de preços; rescisão contratual; sanções administrativas; e inscrição em dívida ativa e elaboração de editais.

f) Ações desenvolvidas na área de compras e licitações

Ao iniciar o exercício de 2016, percebeu-se algumas fragilidades no que diz respeito à normatização interna e aos procedimentos internos da Instituição. Além disso, ainda não era possível comprovar de maneira real a vantagem econômica de se manter as compras compartilhadas no âmbito do Instituto Federal Farroupilha.

Desse modo, foram implementadas as seguintes ações visando a suprir tais lacunas:

- i. Realizada reunião com a equipe diretiva das unidades (Reitoria e *campi*), *in loco*, para apresentação dos impactos e necessidades de ajustes para aplicação efetiva das normas definidas nos Manuais de Licitação e de Contratos.
- ii. Convocada reunião com as Coordenações de Licitações dos *campi* para apresentação do Manual e Cartilha de Compras e Licitações e Gestão de Contratos.
- iii. Atualizado e disponibilizado dos documentos no site institucional
- iv. Continuidade dos processos de licitações de forma compartilhada, visando à economia processual de forma geral.

Além disso, é possível destacar os ganhos institucionais ao licitar de forma compartilhada, dispondo de praticamente os mesmos bens e serviços e retratando a identidade institucional. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações:

- No 1º Semestre/janeiro - Produção de planilha para acompanhamento das etapas de realização da licitação;
- Semestralmente - análise dos relatórios das Coordenações da Reitoria para monitoramento das ações executadas pelas unidades;
- Análise prévia da minuta do termo de referência das licitações conjuntas;
- Mensalmente - comunicação do andamento da execução do cronograma de licitações para os participantes;
- Sempre que necessário foi solicitada a atualização das planilhas de execução em tempo real;
- No 2º semestre/novembro - foi convocada reunião com DAD's e CLC's dos *campi* e Reitoria para apresentação das demandas dos *campi* e definição dos objetos em comum para elaboração da minuta do cronograma de licitações compartilhadas;
- No 2º semestre/dezembro - encaminhamento do cronograma de Licitações ao gabinete para emissão de Ordem de Serviço;
- Semestralmente – reunião entre CAAD e Ordenadores de Despesas das unidades para relato e encaminhamentos quanto ao cronograma de licitações compartilhadas;
- Realização de capacitação interna aos servidores de toda a Instituição de como promover aquisições e contratações no âmbito do IFFar.

Visando a comprovar a economia processual, nos quadros abaixo, estão apresentados os quantitativos de processos licitatórios desde 2013 (antes da implementação das compras compartilhadas) até 2016.

Quadro 22 - Quantitativo de licitações de 2013 a 2016

Modalidade de Licitação	Total 2013	Total 2014	Total 2015	Total 2016
Pregão Eletrônico	112	62	72	83
Inexigibilidade	13	12	28	34

Dispensa	19	25	54	32
Concorrência	9	5	4	4
Tomada De Preço	3	4	5	1
Chamada Pública	0	0	4	3
Convite	4	0	1	0

Fonte: Planilha de acompanhamento de licitações

Analisando o Quadro 22, percebeu-se uma considerável redução no número de licitações do Instituto Federal Farroupilha no período de 2013 para 2014. Isso se deve à implementação das licitações compartilhadas, a qual desonerou muitas unidades de inúmeros processos licitatórios em 2014.

3.4 INDICADORES DE GESTÃO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU 2.267/2005

Desde 2012, com o intuito de construir uma metodologia padronizada de produção e análise de indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005, os referidos indicadores passaram a ser calculados/emitidos e analisados, de forma conjunta, pela SETEC e Rede Federal.

Dessa forma, apresenta-se, no quadro abaixo, a evolução dos indicadores no período de 2012 a 2016:

Quadro 23 - Indicadores nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação de Candidatos por Vaga (RCV)	Inscritos / Vagas para ingresso	4,27	4,26	3,82	3,19	3,14
	Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM)	Ingressantes / Matrículas atendidas	35,96%	34,50%	35,12%	31,71%	41,5%
	Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM)	Concluintes / Matrículas atendidas	14,05%	12,31%	15,75%	15,02%	13,3%
	Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC)	Concluintes / Finalizados	39,99%	33,33%	61,45%	47,35%	49,5%
	Retenção do Fluxo Escolar (RFE)	Retidos / Matrículas atendidas	24,99%	32,74%	29,25%	28,81%	23,9%
	Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD)	Matrículas atendidas / Docentes	18,99	19,95	16,2	29,80	28,00
Administrativos	Gasto Corrente por Aluno (GCA)	Gastos Correntes / Matrículas atendidas	R\$ 19.595,42	R\$ 16.175,40	R\$ 17.443,63	R\$ 10.096,81	R\$ 8.154,60
	Gastos com Pessoal (GCP)	Gastos com Pessoal / Gastos Totais	70,15%	68,58%	59,38%	56,77%	51,91%
	Gastos com Outros Custeios (GOC)	Gastos com outros custeios / Gastos Totais	23,23%	19,71%	22,77%	21,26%	22,04%
	Gastos com Investimentos (CGI)	Gastos com Investimentos / Gastos Totais	4,62%	7,50%	13,70%	17,51%	21,58%
Socioeconômico	Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF)	0 < RFP <= 0,5 SM	210	273	1.390	1.323	1.772
		0,5 < RFP <= 1 SM	463	708	2.194	2.283	2.557
		1 < RFP <= 1,5 SM	805	1575	1.682	1.481	1.974
		1,5 < RFP <= 2,5 SM	427	985	878	763	1.080
		2,5 < RFP <= 3 SM	200	437	585	457	396
		RFP > 3 SM	181	460	585	368	417
		Amostra Total	2.286	4.438	7.314	6.675	8.196
Gestão de Pessoas	Titulação do Corpo Docente (TCD)	$G*1+A*2+E*3+M*4+D*5 / G+A+E+M+D$	4,17	4,05	3,90	4,02	3,99

*Aguardando retorno da Setec/MEC.

Nota: G = Graduação; A = Aperfeiçoados; E = Especialistas; M = Mestres e D = Doutores.

Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC.

3.4.1 Análise dos indicadores de gestão

a) Indicadores Acadêmicos

A análise dos indicadores acadêmicos permite observar que a Relação Candidato por Vaga (RCV), embora com pequena variação positiva, manteve a tendência de crescimento observada desde 2012. Considerando que alguns cursos têm, historicamente, em nível nacional, baixa procura, e isso não é diferente na instituição e, ao mesmo tempo, que foram criados novos cursos em 2016, a tendência de crescimento da Relação Candidato/Vaga é um indicativo da consolidação da identidade institucional nos municípios onde o Instituto atua. Também caracteriza o enraizamento social dos próprios cursos já oferecidos e dos recentemente criados nos diversos *campi* do IFFar.

No mesmo sentido, podem ser interpretados os dados referentes ao aumento na Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM), principalmente a variação positiva de 4% de 2015 para 2016. O aumento da Relação Candidato por Vaga (RCV) indica a maior procura pelos cursos da instituição. O aumento real no número de matrículas, aumento na Relação de Ingressos por Matrícula Atendida (RIM), indica o preenchimento das vagas ofertadas, resultado do planejamento dos cursos criados e também a captação de alunos por meio de editais, transferências e reingresso.

O índice Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) retoma números próximos a 2013 e 2014, o que confirma a análise realizada no Relatório de Gestão 2015, de que os índices referentes àquele ano estavam relacionados ao período de greve ocorrido na instituição, que não permitiu a integralização de cursos no período que antecede a extração de dados do SISTEC.

Na mesma linha, a melhora no índice Eficiência Acadêmica de Concluintes (EAC) de 2016 em relação a 2015 corrobora o acima exposto e, ao mesmo tempo, pode ser considerado um indicativo de consolidação da cultura institucional de preocupação com a permanência e o êxito dos estudantes, estabelecidos através do Programa Permanência e Êxito. Nessa perspectiva, precisa ser destacado o empenho institucional no que diz respeito à permanência e ao êxito dos estudantes, a partir da reorganização acadêmica, que definiu diretrizes e redefiniu os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A variação negativa do índice Retenção do Fluxo Escolar (RFE) também é um indicativo do esforço institucional para diminuir a retenção e melhorar o êxito dos estudantes. De 2015 para 2016 observou-se um decréscimo de quase oito pontos percentuais no índice, que nos anos anteriores vinha crescendo. Destaca-se em relação a este índice o trabalho institucional de reorganização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC, os quais foram organizados objetivando, também, a melhoria dos índices de permanência e êxito, com a reorganização, por exemplo, dos estágios curriculares. As primeiras turmas com os PPCs reorganizados começaram a concluir os cursos no final de 2015. Também contribuiu de forma significativa para a qualificação do processo de lançamento de dados no SISTEC, no que diz respeito ao status dos estudantes, a organização e o regramento institucional para a atualização do sistema governamental, e, em nível institucional, a implantação de sistema acadêmico informatizado que proporciona agilidade e dados consistentes às secretarias dos *campi* para a alimentação do SISTEC. Desse modo, o decréscimo dos índices de RFE também está relacionado a essa busca de eficiência dos processos internos, o que permite o acompanhamento e o planejamento estratégico da instituição, buscando a melhoria dos índices de eficiência acadêmica.

A Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD) teve pequena redução no percentual, e isso se justifica pelo ingresso de novos docentes na instituição, em 2016, aliado ao fato de que alguns cursos não foram, ainda, totalmente integralizados. À medida que os cursos forem sendo implantados na sua plenitude, a tendência é que o índice da RAD reflita melhor a relação professor-alunos na instituição.

Ressaltando o que já foi mencionado em relatórios anteriores, de modo geral, a análise dos indicadores demonstra os bons resultados da instituição, nos últimos anos, provocados pelo

planejamento iniciado em 2013, por meio de consultoria, o qual tem sido, desde então, colocado em prática. O planejamento e a gestão, consequências da consultoria, influenciaram, por exemplo, a elevação do Índice Geral de Cursos (IGC) institucional para 4, numa escala de 1 a 5. Do mesmo modo isso se reflete na avaliação dos Cursos Superiores, por parte das comissões de reconhecimento/renovação de reconhecimento *in loco* do INEP. Nessas avaliações, o Instituto tem apresentado excelentes resultados. Foram 24 processos de reconhecimento/renovação de reconhecimento. Em 96% dos processos, os cursos superiores da instituição foram avaliados com conceito 4 (excelente) e 5 (ótimo) e em apenas 4% (um processo) foi avaliado com conceito 3 (regular), não havendo nenhum curso com conceitos 1 e 2 (insuficientes).

É preciso ressaltar, ainda, o conceito 4 no Recredenciamento Institucional para a oferta do Ensino Superior, também resultado do planejamento e execução de políticas na instituição. Os números institucionais analisados de forma global, de certa forma, são um indicativo da qualidade do ensino institucional, o que se reflete nos indicadores de gestão ora analisados.

Uma questão necessária de ser observada é o fato de que o SISTEC ainda apresenta inconsistências, o que demanda a necessidade de melhorias no próprio sistema para que as Instituições de Ensino possam trabalhar com dados mais confiáveis.

b) Indicadores Administrativos

Observa-se que os gastos correntes por alunos aumentaram significativamente desde 2012. Este aumento reflete a expansão da instituição, bem como a expansão da rede federal de educação e tecnológica, como pode ser observada na Lei Orçamentária Anual desses últimos anos.

Destaca-se também que a evolução dos gastos se deu principalmente nas despesas relacionadas a pessoal. Em 2016, essa despesa atingiu o patamar de R\$ 179 milhões de reais, o que corresponde aproximadamente a R\$70,15% dos gastos totais. Ao se analisar a série histórica desde 2012, a representatividade dos gastos com pessoal aumentou em aproximadamente 18%, passando de 51,91% para 70,15% em 2016.

Os gastos com outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades bem como ações de assistência e capacitação, correspondem a aproximadamente 23% dos gastos totais.

Quanto aos gastos com investimento, os mesmos mostram uma trajetória decrescente desde 2012, tanto em representatividade sobre os gastos totais, quanto em valores nominais. Em 2016, os valores despendidos em investimento correspondem a aproximadamente 5,31%, enquanto que, em 2011, representavam 27,10% desses. Os gastos com investimento, em 2016, chegaram a aproximadamente R\$ 13 milhões de reais, enquanto que, em 2015, eram de 16,4 milhões. Se comparado com o ano de 2014, a redução é de mais de R\$ 8 milhões de reais em investimento. Essa trajetória é reflexo do aumento nominal dos gastos de custeio da rede federal, como também na redução do número de *campi* em fase de expansão e o contingenciamento orçamento no exercício.

No que se refere aos gastos correntes relacionadas às matrículas, percebe-se uma elevação significativa. A instituição passou de R\$ 8.154,60, em 2012, para R\$ 19.595,42, em 2016. Os principais fatores que influenciaram o aumento nos gastos por estudante estão diretamente relacionados com despesas com pessoal, ocasionados pelo aumento no número de servidores e salários.

c) Indicador Socioeconômico

A partir dos dados relativos à renda dos estudantes, constatou-se que, como já demonstrado nos anos anteriores, a maioria deles encontra-se nas três primeiras faixas de renda ($0 < \text{renda per capita} < 1,5$). A manutenção desses números se deve à continuidade das políticas de ingresso e permanência de estudantes do IFFar, priorizando o atendimento aos alunos que se encontram nessa faixa de renda. Os dados evidenciam o cumprimento de nossos objetivos previstos na lei nº

11.892/2008, buscando estimular e apoiar processos educativos que levem à emancipação de sujeitos.

d) Indicador de Gestão de Pessoas

Este indicador apresenta a titulação do quadro docente do Instituto Federal Farroupilha – quantitativos de graduados, especialistas, mestres e doutores.

Em relação aos professores de EBTT constatou-se que 200 (31,5%) possuem Doutorado, 364 (57,4%) Mestrado e 54 (5,5%) Especialização, 1 (0,2%) com curso de Aperfeiçoamento e 15 (2,4%) com Graduação; isso totaliza 634 professores.

Em relação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação, são 7 (1,1%) servidores com Doutorado, 117 (17,7%) com Mestrado, 263 (40%) com Especialização, 2 (0,3%) com Aperfeiçoamento, 215 (32,6%) com Graduação, 53 (8%) com Ensino Médio completo e 2 (0,3%) com Ensino Fundamental; o que totaliza 659 servidores Técnico-Administrativos em Educação.

No exercício de 2016, o quadro efetivo de docentes e técnico-administrativos não teve significativo aumento em quantitativos, porém no que diz respeito à qualificação, o indicador de Gestão de Pessoas teve um aumento de 4,05 para 4,17. Isso se deu em função dos programas implementados dentro da Política de Qualificação Profissional, por meio de incentivos e concessões de afastamentos integrais para qualificação, tendo um total de 353 servidores beneficiados, num investimento total de R\$ 861.351,01.

Destaca-se, ainda, que o indicador de qualificação dos docentes repercute diretamente nas avaliações dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha, pelo Ministério da Educação, nas quais os cursos obtiveram notas 4 e 5, numa escala de 0 a 5, contribuindo para o aumento do Índice Geral de Cursos, que atualmente é de 4, colocando a instituição como classificada entre as dez melhores do Estado do Rio Grande do Sul.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal Farroupilha conta, em sua estrutura de governança, com uma secretaria específica, órgãos colegiados superiores, auditoria interna e comissões. A seguir, são descritas as atribuições e a forma de atuação das principais instâncias de governança do Instituto Federal Farroupilha.

4.1.1 Secretaria de Governança

Em 2016, foi criada a Secretaria de Governança do Instituto Federal Farroupilha, através do novo Regimento do Instituto Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução CONSUP nº 022/2016.

Na Subseção III – Art. 25 e 26, o novo Regimento do Instituto Federal Farroupilha estabelece a vinculação da Secretaria de Governança diretamente ao Gabinete da Reitora, com a finalidade de acompanhar as ações institucionais e deliberações da Administração do Instituto Federal Farroupilha e mapear riscos e oportunidades com vistas a subsidiar o (a) Reitor(a) na condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

São competências da Secretaria de Governança:

- I - Dialogar com e prestar contas à sociedade;
- II - Promover ações destinadas a garantir a qualidade e a efetividade dos serviços prestados aos cidadãos;
- III - Propor e institucionalizar estruturas adequadas de governança;
- IV - Garantir a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos;
- V - Assegurar a prevalência do bem comum sobre interesses particulares e estabelecer elo entre os anseios da sociedade e as práticas institucionais;
- VI - Resguardar o comportamento ético, íntegro, responsável, comprometido e transparente da administração;
- VII - Garantir a observância da instituição a regulamentações, códigos, normas e padrões e a transparência e a efetividade das comunicações, alertando e orientando a administração quando necessário;
- VIII - Supervisionar as atividades de sindicância e inquéritos administrativos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha;
- IX - Acompanhar as atividades do SIC, da Ouvidoria, da COPSIA, da Comissão de Ética e da Auditoria do Instituto Federal Farroupilha, identificando riscos e necessidades desses órgãos e prestando-lhes apoio operacional quando necessário;
- X - Em articulação com SIC, Ouvidoria, COPSIA, Comissão de Ética e Auditoria, mapear riscos relacionados a questões éticas e disciplinares dos servidores e promover ações de conscientização.

4.1.2 Órgãos colegiados

Representam os órgãos de caráter deliberativo, consultivo e propositivo do Instituto Federal Farroupilha.

São órgãos colegiados do Instituto Federal Farroupilha:

a) Conselho Superior (CONSUP)

O Conselho Superior é composto pelos seguintes membros:

- i. Reitor, como Presidente;

- ii. 01 (um) representante docente por *campus* (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental;
- iii. 01 (um) representante discente por *campus* (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental;
- iv. 01 (um) representante técnico-administrativo por *campus* e da reitoria (titular e suplente), eleito por seus pares, na forma regimental;
- v. 02 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes;
- vi. 01 (um) representante da sociedade civil organizada de cada município onde o Instituto Federal Farroupilha possui *campus*/Reitoria, indicados por meio de Chamada Pública, assegurada, sempre que possível, a representação paritária de entidades patronais, dos trabalhadores e do setor público e/ou empresas estatais;
- vii. 01 (um) representante e 01 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- viii. Todos os Diretores Gerais de *campus*.
Compete ao Conselho Superior:
 - I. Aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, e zelar pela execução de sua política educacional;
 - II. Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal Farroupilha, e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos Artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008;
 - III. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
 - IV. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
 - V. Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
 - VI. Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
 - VII. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
 - VIII. Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral, a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS;
 - IX. Autorizar a criação, alterações curriculares e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, bem como o registro de diplomas;
 - X. Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e
 - XI. Deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação.

b) Colégio de Dirigentes (CODIR)

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, composto pelos seguintes membros:

- i. Reitor, como Presidente;
- ii. Pró-Reitores; e
- iii. Diretores-Gerais dos *campi*.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. apresentar a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS;

- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão; e
- VI. apreciar os assuntos de interesse da Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, a ele submetidos.

4.1.3 Auditoria Interna

Sujeita à Resolução CONSUP Nº 27/2014, que estabelece o regimento interno da Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Farroupilha e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a AUDIN tem as seguintes competências:

I. Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, verificando a conformidade de sua execução;

II. Assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a constatar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III. Verificar a execução do orçamento da entidade, atestando a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV. Verificar o desempenho da gestão da entidade, atestando a legalidade e a legitimidade dos atos e examinando os resultados quanto à economicidade, à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

V. Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive em relação à forma de prestar contas;

VI. Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomada de contas especiais;

VII. Propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando couber, e a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

VIII. Comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da entidade e terem sido esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à entidade;

IX. Acompanhar, assessorar e orientar a elaboração de respostas às solicitações de auditoria dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

X. Acompanhar a implementação das recomendações do órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

XI. Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e submetê-lo à análise da Controladoria Geral da União no Rio Grande do Sul e, posteriormente, à aprovação do Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha;

XII. Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINTE e encaminhá-lo à Controladoria Geral da União no Rio Grande do Sul;

XIII. Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área de competência;

XIV. Realizar outras atividades afins e correlatas.

4.1.4 Comissões

As comissões destinam-se a prestar estudos, análises, avaliações, assessoramento e acompanhamento de ações do Instituto Federal Farroupilha. São comissões do Instituto Federal Farroupilha:

- a) Comissão de Ética;
- b) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
- c) Comissão Permanente de Pessoal Docente;
- d) Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo;
- e) Comissão Própria de Avaliação;

a) Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Instituto Federal Farroupilha é o órgão responsável pela disseminação da ética pública, por consultas quanto à conduta ética dos servidores e pela apuração de responsabilidades por infração ao Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

b) Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (CIS)

A CIS é o órgão que, de acordo com o que estabelece o Art. 22, § 3º, da Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, regulamentada pela Portaria MEC Nº 2.519, de 15 de julho de 2005 e pela Portaria MEC Nº 2.562, de 21 de julho de 2005, tem por finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar, avaliar e supervisionar a implementação do Plano de Carreira dos servidores Técnico-Administrativos em Educação no âmbito da instituição.

c) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

A CPPD, amparada pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, regulamentada pela Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, é o órgão responsável por acompanhar a execução da política de pessoal docente no âmbito da instituição.

d) Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquérito Administrativo (COPSIA)

A COPSIA é um órgão independente e imparcial, diretamente vinculado à Administração Central, que tem por finalidade precípua responsabilizar-se pelas atividades de controle interno em âmbito disciplinar, visando a garantir a probidade nos atos e atividades administrativas ali desenvolvidas, prevenindo e apurando irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

e) Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA, com funções previstas no Art. 11 da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, regulamentada pela Portaria Ministerial Nº 2.051, de 09 de julho de 2004, tem por finalidade a implementação do processo de Autoavaliação, sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Através dos pontos elencados pode-se compreender a atuação da auditoria interna, seu funcionamento, estrutura e a forma dos procedimentos realizados. São eles:

A auditoria interna do Instituto Federal Farroupilha é normatizada pelo seu regimento aprovado pelo Conselho Superior da Instituição, o qual se encontra publicado no endereço: <http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=237> , onde constam as demais normas expedidas pelos órgãos de controle.

A vinculação da unidade de auditoria interna ao Conselho Superior da Instituição caracteriza sua independência em relação aos trabalhos que são realizados. Nesse sentido, como estratégia de atuação, a unidade de auditoria interna atua com descentralização das atividades, para melhor atender a Reitoria e os *Campi* da Instituição.

Conforme previsto no regimento interno, a AI está estruturada de forma descentralizada/regionalizada para atendimento das unidades. A escolha do titular é regida pela Portaria nº 915 da Controladoria Geral da União, a qual define critérios para a delegação. Seu posicionamento atende ao Decreto nº 3.591/200, o qual vincula a AI ao Conselho Superior.

Após os trabalhos realizados, são emitidos relatórios de auditoria, os quais são encaminhados para os dirigentes de cada unidade para manifestação/atendimento às recomendações emitidas. A comunicação se dá em forma de reuniões com a alta gerência e registros formais, através de memorandos e documentos que demonstram sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações. As auditorias realizadas em pares representam um avanço no cumprimento dos trabalhos e, conseqüentemente, correspondem a ganhos operacionais para a Instituição.

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Quadro 24, a seguir, apresenta o quantitativo de atividades de correição ocorridas no ano de 2016, no âmbito da unidade:

Quadro 24 - Procedimentos administrativos realizados na COPSIA

Tipo de Procedimento	Recebidas	Em fase de Instrução ou Concluídos	Aguardando Instauração
I - Investigação Preliminar	13	8	5
II - Sindicâncias Investigativas	13	11	2
III - Sindicâncias acusatórias	0	0	0
IV - PAD – Processo Administrativo Disciplinar	5	3	2
Total Geral =>	31	22	9

Fonte: Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos

Detalhamento:

I - Investigação Preliminar:

As investigações apuradas dizem respeito a situações envolvendo servidores, discentes e supostos fatos que sugerem irregularidades funcionais leves. As investigações buscaram a confirmação da autoria e da suposta irregularidade. Adotou-se tais procedimentos para agilizar as apurações das denúncias e garantir economicidade no uso dos recursos públicos.

II – Sindicâncias Investigativas:

A maior parte das denúncias recebidas e enquadradas como situações de supostas irregularidades funcionais médias foram apuradas através de sindicância investigativa. Tais sindicâncias investigativas buscaram confirmar a suposta irregularidade e buscar a autoria para os supostos fatos denunciados. O procedimento de apurar através de sindicância investigativa se reportaram à frequência de servidor, ao uso de e-mail institucional, à conduta de servidor e a não cumprimento de normas legais e regulamentares.

III – Sindicâncias Acusatórias:

Até o presente momento, nenhum procedimento anterior resultou em sindicância acusatória.

IV – Processo Administrativo Disciplinar (PAD):

A instituição apurou situações com materialidade e suposta autoria através de processos administrativos disciplinares. Os PADs apurados trataram de conduta de servidor, furto de patrimônio e utilização indevida de auxílio transporte. Em todos os PADs foram oportunizados de forma concreta a ampla defesa e o contraditório.

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A estrutura de Governança do Instituto Federal Farroupilha, recém-estruturada em 2016, está realizando um mapeamento e identificando os riscos internos e externos. A presente estrutura possui a seguinte composição:

- Secretaria de Governança: Composta por 01 servidor estável.
- Grupo de Trabalho – GT Política de Gestão de Riscos: Composto por 09 servidores.
- Comitê de Gestão de Governança, Riscos e Controles Internos: Composto pelos Gestores do Instituto Federal Farroupilha e servidores das unidades de controle interno.

O GT Política de Gestão de Riscos está mapeando os riscos descritos acima e, a partir de então, irá propor em 2017 uma Política de Gestão de Riscos no Instituto Federal Farroupilha. Todo processo institucional de Gestão de Riscos e Governança segue a IN Conjunta MP/CGU 01/2016.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O Instituto Federal Farroupilha possui atualmente 12 unidades, sendo elas: dois *campi* da fase pré-expansão, sete *campi* das fases I, II e III da expansão da Rede Federal, um *campus* Avançado, um *campus* em processo de migração da UFSM para o Instituto Federal Farroupilha, conforme portaria ministerial de 31 de dezembro de 2014 e a unidade administrativa Reitoria. A Força de Trabalho da Instituição distribui-se em todas essas unidades, sendo 11 delas Unidades de Ensino e uma Unidade Administrativa. A Unidade Reitoria possui um quadro de servidores Técnico-Administrativos em Educação que contabiliza 88 servidores lotados na unidade; possui, ainda, aproximadamente 35 servidores da carreira de Professor de EBTT, com designação de chefias, em exercício na unidade administrativa. Essa unidade tem como planejamento atingir 100 servidores TAEs, conforme modelo MEC/SETEC. Os *campi* São Vicente do Sul e Alegrete (fase pré-expansão) estão com seu quadro de servidores conforme orientação do planejamento para a expansão. Os *campi* Santo Augusto, Júlio de Castilhos, São Borja, Santa Rosa e Panambi praticamente alcançaram os quantitativos previstos para atingir sua força de trabalho, em atenção aos limites estabelecidos pelo MEC/SETEC/fase expansão. Em relação aos *campi* Jaguarí e Santo Ângelo, ambos estão em fase de implantação. O primeiro praticamente atingiu o contingente planejado para as atividades previstas na unidade, enquanto o segundo está com aproximadamente 50% da força de trabalho prevista para a fase da expansão, considerado 2016 o quarto ano de atividades. Por fim, o *Campus* Frederico Westphalen, advindo do processo de Migração da Universidade Federal de Santa Maria para o Instituto Federal Farroupilha, no ano de 2016, teve nomeações para composição do quadro e contou também com atuação dos servidores vinculados à UFSM. O modelo previsto para a migração é de 90 docentes e 70 TAEs. Importa destacar que, em 2015, e ainda em 2016, tivemos alunos e servidores de ambas as instituições atuando na unidade, em conformidade com o Termo de Migração específico para a fase de transição.

O número total de servidores ativos, no Instituto Federal Farroupilha, atingiu 1.293 servidores ativos no exercício de 2016.

O Quadro 25, em especial o item Servidores com Contratos Temporários, apresentou uma relação entre servidores efetivos e temporários na Instituição. A partir disso, constatou-se que cerca de 9% do quadro efetivo está abaixo da lotação autorizada para o órgão. Contudo, não houve uma redução percentual significativa, se comparado com o ano de 2015, e permaneceu a demanda dos servidores em afastamento para licença qualificação – importante política de qualificação da força de trabalho dos servidores da Instituição.

Quadro 25 – Força de Trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1369	1293	63	45
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)			63	45
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1369	1282	63	45
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		10		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários	131	122	52	26

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública			
4. Total de Servidores (1+2+3)		1415	115

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do Instituto Federal Farroupilha

Com relação ao Quadro 26, observamos um quantitativo de 756 servidores (área fim), que representa o número total de professores de EBTT do quadro efetivo e professores substitutos, em atuação direta nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, na Instituição.

A distribuição do pessoal no âmbito das unidades, em especial na execução da atividade-fim, tem se mantido adequada para o desenvolvimento das atividades e considerando sempre as premissas legais.

Quadro 26 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	659	634
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	648	634
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	10	
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		122
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	659	756

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do Instituto Federal Farroupilha

O Quadro 27 apresenta alguns dados da distribuição das funções. No exercício de 2016, a Instituição tinha à disposição 370 funções, distribuídas em CDs, FGs e FCCs, em todas as unidades.

Quadro 27 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	78	78	22	22
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	78	78		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		77		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	292	292	37	37
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	292	292		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	370	370	59	59

Fonte: SIAPE e Sistema Integrado de Gestão do Instituto Federal Farroupilha

Em relação aos professores de EBTT, constatou-se que 200 possuem Doutorado, 364 Mestrado e 54 Especialização, 1 com curso de Aperfeiçoamento e 15 com Graduação; isso totaliza 634 professores.

Em relação aos servidores Técnico-Administrativos em Educação, são 7 servidores com Doutorado, 117 com Mestrado, 263 com Especialização, 2 com Aperfeiçoamento, 215 com Graduação, 53 com Ensino Médio completo e 02 com Ensino Fundamental; o que totaliza 659 servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Para consolidar a política de qualificação, o IFFar disponibiliza aos servidores, Professores de EBTT e Técnico-Administrativos em Educação o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional dos Servidores/PIIQP (Resolução CONSUP N° 007/2016). No ano de 2016, foi destinado, a partir do que prevê Programa, 1% do valor do orçamento anual, o valor de R\$ 361.351,01. No total, foram atendidos 203 servidores com auxílios, sendo 103 servidores no primeiro semestre e 100 no segundo.

Além disso, no ano de 2016, por meio do convênio firmado com o Instituto Politécnico do Porto, foram beneficiados 50 servidores no Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais dos Servidores/PIIQPPE (Resolução CONSUP N° 007/2016), o qual viabilizou a participação desses servidores em dois Cursos de Mestrado em Estudos profissionais Especializados em Educação, especializações em: Administração de Organizações Educativas e em Educação e Formação de Adultos, tendo como investimento total R\$ 500.000,00.

A partir da Lei n° 8.112/1990, os afastamentos de capacitação e qualificação dos servidores do IFFar no ano de 2016 foram disponibilizados através de edital, regulamentado pela Resolução do Conselho Superior – CONSUP N° 019/2011. No total, foram 50 vagas para os servidores Técnico-Administrativos em Educação, no exercício não foram disponibilizadas vagas para os servidores Docentes – EBTT, tendo em vista o preenchimento total de vagas ter ocorrido no exercício de 2015.

Atualmente, o IFFar possui 59 servidores em afastamento integralmente para qualificação. Desses, são 38 concessões para professores e 21 para servidores Técnico-Administrativos em Educação.

Em 2016, a Instituição deu continuidade ao Programa de Desenvolvimento Institucional/PID, regulamentado pela Resolução do Conselho Superior – CONSUP N° 086/2014, o qual proporciona a todos os servidores a possibilidade de desenvolver ações a partir da submissão de projetos em edital específico de fluxo contínuo, nas seguintes áreas:

- a) Projetos de Capacitação e Formação Continuada (20h a 180h), aos quais podem vincular-se a: Iniciação ao serviço público; Formação geral; Educação formal; Gestão; Inter-relação entre ambientes; Específica (ambiente organizacional); Formação Continuada de Professores;
- b) Projetos de Práticas e Aperfeiçoamento à Gestão;
- c) Projetos de Promoção da Saúde/Segurança e Qualidade de Vida;
- d) Projetos Culturais.

Aos projetos referentes a esse programa é destinado 1% do orçamento de custeio da Instituição.

Em relação à distribuição da faixa etária dos servidores do IFFar, mais de 70% estão distribuídos entre 26 a 40 anos de idade. Comparando esse mesmo aspecto com o exercício de 2015, houve um aumento no percentual devido ao ingresso de novos servidores. Com isso, pode-se inferir que o quadro de servidores com previsão de aposentadoria próxima ainda é relativamente baixa. No entanto, exige planejamento institucional, para reposição de servidores, em especial, nas 3 unidades com mais de 50 anos de atuação. Cabe ressaltar, ainda, com relação ao total de servidores, que 54,9% são mulheres e 45,1% são homens.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

No Quadro 28, a seguir, foram adicionados os valores relativos ao exercício 2016, referente aos servidores cedidos com ônus. O incremento nas despesas de pessoal é proporcional ao aumento dos ingressos de novos servidores, mantendo-se na expectativa esperada.

Quadro 28 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	65.680.811,72		53.618.861,48	2.750.245,15	10.888.963,92	5.682.969,89		1.084.631,91	73.665,95	139.780.150,02
	2015	57.210.297,72		31.304.862,89	5.104.196,59	7.512.047,61	6.068.924,60	444.449,18	153.727,98	152.535,89	107.951.039,46
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016										
	2015	142.541,27		57.677,10	4.374,98	13.428,00	3.494,21				221.515,26
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	4.781.581,92		231.893,64	195.267,36	1.172.976,51					6.381.719,43
	2015	3.883.824,83		438.685,76	42.392,21				951,28		4.365.854,08

Fonte: SIAFI/SIAFI Gerencial

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Durante o exercício de 2016, não foram identificados riscos relativos à gestão de pessoas das unidades do IFFar. Em relação às ações adotadas na identificação de irregularidades relacionadas ao pessoal, foram aperfeiçoadas durante o exercício de 2016, muito em função das melhorias proporcionadas pelos sistemas de auditoria do SIAPE e também pelo Sistema de Trilhas de Auditoria da CGU, os quais têm facilitado o trabalho da Gestão de Pessoas e possibilitado um acompanhamento adequado das irregularidades eventualmente identificadas.

A Gestão de Pessoas do Instituto Federal Farroupilha, no exercício de 2016, está aplicando e aperfeiçoando o Sistema Integrado de Gestão - Gestão de Pessoas, pois vários módulos de gerenciamento de recursos humanos permitem um avanço no acompanhamento dos dados de cadastro, ações de desenvolvimento, financeiro, entre outras dos servidores da Instituição. Alguns indicadores e relatórios estatísticos estão disponíveis no Portal Público do Sistema (sig.iffarroupilha.edu.br), de fácil e simples acesso à sociedade. Dentre os indicadores, é possível acompanhar: os quantitativos de servidores por categorias e classes, unidade de lotação e sua evolução mensal; Faixa etária, sexo, qualificação, entre outros. Esses indicadores já estão sendo utilizados pela atual gestão, principalmente no que diz respeito à distribuição de códigos de vagas para as unidades da Instituição.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Este item tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo da unidade e também sobre a política de contratação de estagiários.

5.1.4.1 Contratação de mão- de- obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Demonstra-se, neste item, a proporção da terceirização de mão- de- obra, no que diz respeito, principalmente, às contratações de pessoas para realizar trabalhos fora da relação das atividades-fim da unidade, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva.

a) Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância

O Quadro 29, a seguir, compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e de higiene e vigilância ostensiva, em vigência no exercício de 2016, mesmo os já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2016, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 29 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Informações sobre os Contratos														
Unidade/ Gestão/ UG/ CNPJ	Ano do Contrato	Ár ea	Natu reza	Identifica ção do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Escolaridade Exigida dos Trabalhadores Contratados						Sit
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
Campus Alegrete (Gestão 26420; UASG:158267; CNPJ: 10.662.072/0004-09)	2012	L	O	09/2012	Marinônio Service Ltda (06.339.572/0001-86)	12/4/2012	12/04/2016	7	7	0	0	0	0	E
	2015	L	O	10/2015	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	13/07/2015	12/04/2016	6	6	0	0	0	0	E
	2016	L	O	05/2016	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	13/04/2016	13/04/2017	13	13	0	0	0	0	A
	2015	V	E	16/2015	Dionéia Acorsi Minuzzi (00.699.158/0001-00)	11/10/2015	05/10/2016	0	0	27	27	0	0	E
	2016	V	E	08/2016	Guardiã Administração e Serviços Ltda (97.458.533/0001-53)	13/05/2016	13/11/2016	0	0	13	13	0	0	E
	2016	V	O	17/2016	Guardiã Administração e Serviços Ltda (97.458.533/0001-53)	14/11/2016	14/11/2017	0	0	10	10	0	0	A
Observações: Não há.														
Campus Jaguari (Gestão 26420; UASG: 154628; CNPJ: 10.662.072/0009-05)	2011	L	O	16/2011	Dioneia Acorsi Minuzzi (00.699.158/0001-00)	05/09/2011	11/08/2016	3	3	0	0	0	0	E
	2016	L	O	09/2016	Mercoservice Prestação de Serviços Ltda (02.453.554/0001-70)	09/11/2016	09/07/2018	4	4	0	0	0	0	A
	2014	V	O	15/2014	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	16/06/2014	16/01/2018	0	0	2	2	0	0	A
	2016	V	O	03/2016	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	01/06/2016	01/06/2017	0	0	2	2	0	0	A
Observações:														
Campus Júlio de Castilhos (Gestão: 26420; UASG 158269; CNPJ: 10.662.072/0002-39)	2011	L	O	17/2011	Servan Prestação de Serviços de Limpeza Ltda. (87.343.257/0001-24)	15/09/2011	14/09/2016	10	10	0	0	0	0	E
	2014	V	O	05/2014	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda. (03.994.920/0001-60)	09/02/2014	09/06/2017	0	0	6	6	0	0	P
	2015	L	O	01/2015	Sulclean Serviços Ltda. (06.205.427/0001-02)	20/01/2015	20/09/2016	6	6	0	0	0	0	E
	2016	L	O	22/2016	Sétima Serviços de Limpeza Ltda. - ME	21/09/2016	21/05/2018	13	13	0	0	0	0	A
Observações:														
Campus Panambi (Gestão 26420; UASG: 158505 CNPJ: 10.662.072/0007-43)	2013	L	O	05/2013	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	26/02/2013	17/01/2017	2,5	2,5	0	0	0	0	E
	2012	L	O	23/2012	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	17/09/2012	17/01/2017	7	7	0	0	0	0	E
	2016	L	O	22/2016	Mercoservice Prestação de Serviços Ltda (02.453.554/0001-70)	16/11/2016	16/07/2018	11,5	11,5	0	0	0	0	A
	2012	V	O	38/2012	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	21/12/2012	21/04/2016	8	8	0	0	0	0	E
	2016	V	O	11/2016	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	22/04/2016	22/04/2017	1	1	5	5	0	0	A
Observações: o CONTRATO 23/2012 refere-se a limpeza dos prédios A, B, edificações e quadra poliesportiva, o contrato 05/2013 refere-se a limpeza do prédio C. O contrato 22/2016 tem vigencia a partir de 16/11/2016, porém sua execução iniciou em 18/01/2017														
Reitoria (Gestão 26420;	2013	V	O	26/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	10/02/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P
	2013	V	O	27/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	10/02/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P

UASG: 158127; CNPJ: 10.662.072/0001-58)	2016	V	O	03/2016	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	04/01/2016	04/01/2017	6	6	0	0	0	0	A
	2016	L	O	24/2016	Mercoservice Prestação De Serviços Ltda - Epp (902.453.554/0001-70)	10/10/2016	06/10/2018	3	3	0	0	0	0	A
	2016	L	O	34/2016	Sulclean Serviços Ltda (06.205.427/0001-02)	02/01/2017	10/01/2018	13	13	0	0	0	0	A
Observações: Os contratos 03/2016 e 34/2016 referem-se a serviços prestados no Campus Frederico Westphalen. Estes Contratos serão subrogados em 2017.														
Campus Santa Rosa (Gestão: 26420; UASG:158504; CNPJ: 10.662.072/0001-03)	2015	L	O	02/2015	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	23/06/2015	23/06/2017	16	12	0	0	0	0	A
	2016	V	O	02/2016	Matrix Serviços de Vigilância Ltda (09.316.305/0001-81)	01/02/2016	01/02/2018	0	0	4	4	0	0	A
Observações:														
Campus Santo Ângelo (Gestão: 26420; UASG: 155081; CNPJ: 10.662.072/0010-49)	2013	V	O	28/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	02/10/2013	02/02/2017	4	4	0	0	0	0	P
	2015	V	O	16/2015	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	01/12/2015	01/12/2017	2	2	0	0	0	0	P
	2016	V	O	06/2016	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	27/10/2016	27/10/2017	4	4	0	0	0	0	A
	2014	L	O	37/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda - EPP	30/03/2014	14/12/2016	8	7	0	0	0	0	E
	2016	L	O	07/2016	Mercoservice Prestação de Serviços Ltda (02.453.554/0001-70)	15/12/2016	15/08/2018	7	7	0	0	0	0	A
Observações:														
Campus Santo Augusto (Gestão 26420; UASG 158266; CNPJ: 10.662.072/0005-81)	2013	L	O	12/2013	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	16/05/2013	15/05/2016	15	11	0	0	0	0	E
	2014	V	O	02/2014	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	03/09/2014	11/08/2015	6	6	0	0	0	0	E
	2015	V	O	18/2015	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	11/09/2015	11/08/2017	6	6	0	0	0	0	P
	2016	L	O	23/2016	Limpadora Santo Augusto Ltda (00.976.595/0001-15)	16/11/2016	15/07/2018	13	13	0	0	0	0	A
Observações:														
Campus São Borja (Gestão:26420; UASG158503;CNPJ 10.662.072/0006-62)	2014	L	O	02/2014	Vip Sul Limpeza e Conservação Ltda (13.682.207/0001-35)	02/03/2016	02/03/2017	0	0	10	0	0	0	P
	2014	V	O	19/2014	M.S.V. Sistema de Segurança Ltda (06.352.011/0001-17)	06/02/2016	06/02/2017	0	0	4	0	0	0	P
Observações:														
Campus São Vicente do Sul (Gestão: 26420; UASG 158268; CNPJ: 10.662.072/0003-10)	2013	V	O	42/2013	Portal Sul Serviços de Vigilância Ltda (03.994.920/0001-60)	24/12/2013	24/4/2017	9	9	0	0	0	0	P
	2013	L	O	43/2013	Sulclean Serviços Ltda. (06.205.427/0001-02)	01/01/2014	05/01/2017	26	26	0	0	0	0	P
Observações:														
LEGENDA														
Área:(L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza:(O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade:(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato:(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores:(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

b) Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)

O Quadro 30 compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão- de- obra em vigência no exercício de 2016, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2016, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 30 - Contratos de prestação de serviços terceirizados (exceto limpeza e vigilância)

Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Ano do Contrato	Área	Natura	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Escolaridade Exigida dos Trabalhadores Contratados						Sit
						Início	Fim	F		M		S		
								P	C	P	C	P	C	
Campus Alegrete (Gestão 26420; UASG:158267; CNPJ: 10.662.072/000 4-09)	2011	4	O	02/2011	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	20/03/2011	05/04/2016	4	4	0	0	0	0	E
	2012	4	O	14/2012	Marinônio Service Ltda (06.339.572/0001-86)	07/11/2012	11/07/2016	8	8	0	0	0	0	E
	2013	8	O	04/2013	Uniserv - União de Serviços Ltda (02.294.475/0001-63)	30/03/2013	31/03/2017	1	1	0	0	0	0	A
	2013	12	O	10/2013	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	08/01/2013	24/09/2016	0	0	1	1	0	0	E
	2013	15	O	20/2013	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	12/03/2013	03/12/2017	0	0	15	13	0	0	A
	2014	15	O	15/2014	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	07/04/2014	04/07/2017	0	0	7	4	0	0	A
	2014	5/13/ 14	O	29/2014	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	11/04/2014	24/09/2016	0	0	8	8	0	0	E
	2015	5	O	09/2015	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	20/07/2015	20/07/2016	0	0	1	1	0	0	E
	2015	5	E	16/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	11/10/2015	05/10/2016	0	0	17	17	0	0	E
	2016	4	O	07/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	05/05/2016	05/05/2017	15	12	0	0	0	0	A
	2016	5	O	11/2016	PH Recursos Humanos Ltda (05.443.410/0001-20)	24/05/2016	24/05/2017	0	0	17	11	0	0	A
	2016	12	O	13/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	28/09/2016	28/09/2017	0	0	2	1	0	0	A
	2016	16	O	14/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	09/12/2016	09/12/2017	0	0	4	4	0	0	A
2016	14	O	15/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda (00.482.840/0001-38)	28/09/2016	28/09/2017	1	1	0	0	0	0	A	
Observações: O contrato nº 04/2013 é referente à prestação de serviço de auxiliar de lavanderia, porém não possui número para classificação. Alguns CTs possuem mais de uma classificação.														
Campus Jaguari (Gestão 26420; UASG: 154628; CNPJ: 10.662.072/000 9-05)	2015	15	O	10/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	07/12/2015	06/12/2017	4	4	0	0	0	0	A
	2015	16	O	08/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	14/08/2015	16/08/2016	3	2	0	0	0	0	E
	2014	7	O	21/2014	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	01/05/2015	01/04/2017	0	0	2	2	0	0	E
	2015	5	O	02/2015	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	23/02/2015	22/10/2016	0	0	2	2	0	0	E
	2013	12	O	15/2013	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	10/09/2013	10/01/2017	0	0	1	1	0	0	E
	2016	5	O	02/2016	Rota do Sol Ltda (11.057.118/0001-72)	18/02/2016	18/10/2017	0	0	2	2	0	0	A
	2016	5	O	08/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	24/10/2016	24/10/2017	0	0	2	2	0	0	A
2016	16	O	05/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	17/08/2016	17/08/2017	2	2	0	0	0	0	A	

	2016	12	O	10/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	10/01/2017	09/01/2018	0	0	1	1	0	0	A
	Observações:													
Campus Júlio de Castilhos (Gestão: 26420; UASG 158269; CNPJ: 10.662.072/000 2-39)	2014	7	O	06/2014	Sulclean Serviços Ltda. (06.205.427/0001-02)	17/02/2014	17/02/2017	3	2	0	0	0	0	P
	2014	15	O	23/2014	Carapé Serviços de Design Ltda.(03.362.450/0001-12)	08/06/2014	07/10/2017	0	0	7	6	0	0	P
	2015	4	O	11/2015	Inez Zanella Coan ME (05.729.145/0001-41)	04/05/2015	04/05/2016	12	12	0	0	0	0	E
	2015	13	O	15/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	01/09/2015	01/09/2016	3	3	0	0	0	0	E
	2016	4	O	14/2016	Liderança Limpeza e Conservação Ltda. (00.482.840/0001-38)	02/05/2016	02/05/2017	10	10	0	0	0	0	A
	2016	16	O	19/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	02/09/2016	02/09/2017	3	3	0	0	0	0	A
	Observações: Os Contratos nº 11/2015 e nº 14/2016, referem-se a contratação de serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha, por não ter uma área específica foram nomeados como serviços de copeiragem (4).													
Campus Panambi (Gestão 26420; UASG: 158505 CNPJ: 10.662.072/000 7-43)	2012	15	O	36/2012	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	12/04/2012	12/04/2016	0	0	2	2	0	0	P
	2015	13	O	10/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	05/07/2015	05/07/2016	0	0	1	1	0	0	E
	2013	7	O	18/2013	M S V Sistema de Segurança Ltda (06.352.011/0001-17)	21/05/2013	21/05/2016	2	2	0	0	0	0	P
	2016	16	O	18/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	08/11/2016	08/11/2017	0	0	1	1	0	0	A
	Observações:													
Reitoria (Gestão 26420; UASG: 158127; CNPJ: 10.662.072/000 1-58)	2016	12	O	17/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	14/06/2016	14/06/2017	2	2	0	0	0	0	A
	2016	12	O	23/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	22/08/2016	22/08/2017	2	2	0	0	0	0	A
	2016	4	O	31/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	22/11/2016	22/11/2017	1	1	0	0	0	0	A
	2016	17	O	32/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/0001-38)	02/01/2017	02/01/2018	4	4	0	0	0	0	A
	2016	16	O	33/2016	Isolu Service Ltda - Me (12.720.960/0001-05)	01/02/2017	01/02/2018	6	4	0	0	0	0	A
	Observações: Os contratos 23/2016, 32/2016 e 33/2016 referem-se a serviços prestados no Campus Frederico Westphalen. Estes Contratos serão subrogados em 2017.													
Campus Santa Rosa (Gestão: 26420; UASG:158504; CNPJ: 10.662.072/000 1-03)	2012	5	O	17/2012	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/000)	07/02/2012	07/02/2017	0	0	2	1	0	0	A
	2012	7	O	17/2012	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/000)	07/02/2012	07/02/2017	0	0	3	2	0	0	A
	2012	13	O	17/2012	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/000)	07/02/2012	07/02/2017	2	2	0	0	0	0	A
	2012	14	O	17/2012	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/000)	07/02/2012	07/02/2017	1	1	0	0	0	0	A
	Observações:													
Campus Santo Ângelo (Gestão: 26420; UASG: 155081; CNPJ: 10.662.072/001 0-49)	2015	16	O	10/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	17/08/2015	17/08/2016	1	1	0	0	0	0	E
	2014	16	O	37/2014	Rota do Sol Consultoria e Gestão Ltda - EPP	15/12/2014	14/12/2016	2	2	0	0	0	0	E
	Observações:													
Campus Santo	2013	12	O	29/2013	Nilson Thomaz Silva Sanchotene Junior (08.202.514/0001-31)	10/01/2013	02/01/2017	1	1	0	0	0	0	P

Augusto (Gestão 26420; UASG 158266; CNPJ: 10.662.072/000 5-81)	2015	15	O	21/2015	Carapé Serviços de Design Ltda – ME (03.362.450/0001-12)	14/12/2015	13/12/2017	1	1	0	0	0	0	0	P
	2016	5	O	15/2016	Comtec Serviços Tereirizados Ltda (13.185.303/0001-78)	08/01/2016	31/07/2017	1	1	0	0	0	0	0	A
	2016	7	O	16/2016	Comtec Serviços Tereirizados Ltda (13.185.303/0001-78)	08/01/2016	31/07/2017	2	2	0	0	0	0	0	A
	2016	14	O	17/2016	Lideranca Limpeza e Conservacao Ltda (00.482.840/000	08/04/2016	03/08/2017	1	1	0	0	0	0	0	A
	2016	16	O	19/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	22/08/2016	21/08/2017	1	1	0	0	0	0	0	A
Observações:															
Campus São Borja (Gestão: 26420; UASG 158503; CNPJ 10.662.072/000 6-62)	2014	14	O	17/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	19/05/2016	19/05/2017	0	2	2	0	0	0	0	A
	2014	9	O	31/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	09/08/2016	09/08/2017	0	0	2	2	0	0	0	E
	2014	7	O	36/2014	Vip Sul Construções e Serviços Ltda-Me (94.517.794/0001-09)	28/10/2016	28/10/2017	0	0	1	1	0	0	0	E
	2016	7	O	17/2016	Comtec Serviços Tereirizados Ltda (13.185.303/0001-78)	29/07/2016	29/07/2017	0	2	0	0	0	0	0	A
	2016	9	O	22/2016	Perspectiva (01.681.443/0001-58)	01/08/2016	01/08/2017	0	1	0	0	0	0	0	A
	2016	16	O	25/2016	Isolu Service Ltda - Me (12.720.960/0001-05)	28/10/2016	28/10/2017	0	1	0	0	0	0	0	A
Observações:															
Campus São Vicente do Sul (Gestão: 26420; UASG 158268; CNPJ: 10.662.072/000 3-10)	2012	11	O	06/2012	Sulclean Serviços Ltda (06.205.427/0001-02)	29/02/2012	28/02/2016	18	18	0	0	0	0	0	P
	2013	11	O	10/2013	Nilson Thomaz Silva Sanchotene Junior (08.202.514/0001-31)	04/01/2013	04/01/2016	3	3	0	0	0	0	0	P
	2012	13	O	21/2012	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	08/10/2012	08/10/2016	12	12	0	0	0	0	0	P
	2013	7	O	35/2013	Carapé Serviços de Design Ltda – ME (03.362.450/0001-12)	25/10/2013	25/10/2016	3	3	0	0	0	0	0	P
	2015	15	O	02/2015	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	03/07/2015	11/07/2016	20	20	0	0	0	0	0	P
	2016	11	O	26/2016	Forte Sul Serviços Terceirizados LTDA	11/01/2016	11/01/2017	1	1	0	0	0	0	0	A
	2016	11	O	14/2016	Dionéia Acorci Minuzzi ME (00.699.158/0001-00)	14/03/2016	14/11/2017	1	1	0	0	0	0	0	A
Observações:															
LEGENDA															
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 12. Motorista; 13. Auxiliar em manutenção Predial; 14. Jardineiro; 15. Trabalhador Agropecuário; 16. Manutenção predial; 17. Portaria															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.															

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

c) Análise Crítica

A análise crítica aqui consignada refere-se a informações sobre o andamento dos contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene, bem como dificuldades encontradas pela administração na condução dos contratos de prestação de serviços, tais como interrupções na prestação de serviços e não pagamento de verbas trabalhistas por empresas contratadas e as providências adotadas.

Primeiramente, a maior dificuldade encontrada na gestão dos contratos da Instituição está na fiscalização eficiente dos contratos. São diversos detalhes que precisam ser analisados e acompanhados no cotidiano contratual. Por falta de capacitação dos servidores envolvidos, tais aspectos acabam sem formalização e dificultam as ações de sanção às empresas contratadas.

O Instituto vem trabalhando na formação dos profissionais envolvidos na Gestão e na fiscalização de contratos. Ao mesmo tempo, busca a constituição de procedimentos adequados de fiscalização e gestão desses contratos, bem como tem trabalhado na adequação de procedimentos para aplicação de sanções às empresas que não prestam de forma adequada os serviços contratados.

Os problemas que mais são evidenciados são os atrasos nos pagamentos dos salários dos trabalhadores que prestam aos serviços e pagamentos de direitos trabalhistas, das férias e rescisões contratuais. A pesar dos diversos problemas, a maioria deles são solucionados pela gestão de contratos, e uma parcela pequena dos contratos acabam sendo extintos e aplicadas as penalidades.

Atualmente, o Instituto conta com um manual de Contratos, o qual serve como base para a gestão e fiscalização dos mesmos e está sendo aplicado em todos os *campi*.

No intuito de evitar possíveis riscos, a instituição vem trabalhando no acompanhamento das ações, bem como na capacitação de servidores e no monitoramento do mapa de risco.

A seguir, apresenta-se algumas informações pertinentes a contratos.

I - Quantitativo de contratos vigentes em 2016

Os dados sobre o total de contratos vigentes no exercício de 2016, no Instituto Federal Farroupilha, encontram-se no Quadro 31, bem como a comparação com o exercício anterior.

Quadro 31 - Quantidade de Contratos do Instituto Federal Farroupilha em 2016

Unidade	2015	2016
Campus Alegrete	50	55
Campus Jaguari	31	26
Campus Júlio de Castilhos	46	61
Campus Panambi	49	55
Reitoria	33	68
Campus Santa Rosa	38	36
Campus Santo Ângelo	21	25
Campus Santo Augusto	42	43
Campus São Borja	45	51
Campus São Vicente do Sul	55	52
Total	410	472

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2016).

De acordo com o quadro acima, percebe-se que a Unidade com maior número de contratos é a Reitoria, em decorrência, principalmente, desta ter abarcado todos os contratos referentes ao *Campus* Frederico Westphalen, que esteve em implantação no exercício de 2016. Esse cenário deve mudar com as sub-rogações dos contratos para o mencionado *Campus*. Em contrapartida, os *campi*

com menores quantitativos de contratos são Santo Ângelo e Jaguari, os últimos dois incorporados plenamente e habilitados para cadastramento de contratos. Ao final do exercício de 2016, o órgão contava com 472 contratos.

No Quadro 32, está demonstrada a média de contratos por fiscal em cada unidade do órgão, assim como o total geral.

Quadro 32 - Média de contratos por fiscal por Campi

Unidade	Contratos	Fiscais	Média 2015	Média 2016
Campus Alegrete	55	25	1,8	2,2
Campus Jaguari	26	2	2,6	13,0
Campus Júlio de Castilhos	61	32	2,7	1,9
Campus Panambi	55	18	3,1	3,1
Reitoria	68	43	1,2	1,6
Campus Santa Rosa	36	27	1,7	1,3
Campus Santo Ângelo	25	14	1,3	1,8
Campus Santo Augusto	43	23	2,2	1,9
Campus São Borja	51	19	2,8	2,7
Campus São Vicente do Sul	52	31	1,8	1,7
Total	472	234	2,0	2,0

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2016).

Analisando o quadro acima, percebe-se que em todas as unidades do Instituto Federal Farroupilha há mais contratos do que fiscais para acompanhá-los. Isso demonstra que alguns servidores estão desempenhando a função de fiscal em mais de um contrato. Tal prática pode ocasionar ineficiência no acompanhamento contratual, haja vista a incapacidade humana de absorver demandas em excesso. Foi possível verificar também que, no âmbito geral, o Instituto Federal Farroupilha dispõe de 472 contratos e 234 fiscais. Ou seja, aproximadamente dois contratos por servidor designado. Depreende-se também que alguns *campi* apresentam média superior a dois contratos por fiscal, demonstrando que devem ser implementadas ações para que esta média de fiscais caia para no mínimo dois contratos por Fiscal (média total), sempre visando a alcançar a média de 1 (um) fiscal por contrato.

Em comparação com o exercício anterior, a média geral de fiscais por contrato permaneceu a mesma. Esta média geral do Instituto Federal Farroupilha (2,0) pode ser estabelecida como meta para aqueles *campi* que ficaram acima deste valor. Já para os que estão abaixo, estes devem continuar trabalhando no intuito de baixar ainda mais esse número.

II - Capacitação dos envolvidos na Gestão e Fiscalização de Contratos

No Quadro 33, encontra-se os dados obtidos sobre os envolvidos na Gestão de Compras, Licitações e Contratos.

Quadro 33 - Dados sobre os envolvidos na Gestão de Contratos

Servidores/Capacitações	Servidores	Capacitações	Capacitação por servidor 2015	Capacitação por servidor 2016
Gestão de Contratos	20	18	1,2	1,1

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2016).

Ao analisar os dados do Quadro 33, percebe-se que no ano de 2016 a média de capacitação por servidor foi de 1,1. Ou seja, teoricamente, a quantidade de capacitação seria suficiente para qualificar todos os servidores. Essa análise não significa que todos os servidores foram capacitados uma vez, tendo em vista que alguns servidores realizaram mais de uma capacitação, ao passo que outros não participaram de nenhuma. Assim, percebe-se que a quantidade de capacitação nas áreas demonstradas no quadro acima aparenta estar adequada, bastando apenas uma melhor distribuição

destas. Em comparação com o ano de 2015, a média de capacitação na área de Gestão de Contratos caiu, pois este exercício restou evidenciada a média de 1,2 capacitações para cada um servidor.

O Quadro 34 apresenta a média de capacitações realizadas no exercício de 2016 comparada com o número de fiscais que atuaram neste período.

Quadro 34 - Média de capacitação por fiscal por Campi

Unidade	Fiscais	Capacitações	Capacitação por fiscal 2015	Capacitação por fiscal 2016
Campus Alegrete	25	9	0,07	0,36
Campus Jaguari	2	2	0,33	1,00
Campus Júlio de Castilhos	32	28	0,35	0,88
Campus Panambi	18	9	0,31	0,50
Reitoria	43	5	0,43	0,12
Campus Santa Rosa	27	0	0,09	0,00
Campus Santo Ângelo	14	0	0,06	0,00
Campus Santo Augusto	23	0	0,11	0,00
Campus São Borja	19	6	0,19	0,32
Campus São Vicente do Sul	31	0	0,32	0,00
Total	234	56	0,23	0,24

Fonte: Planilha compartilhada do Relatório de Gestão (2016).

No quadro acima, está especificado que, de modo geral, foi oferecido um quantitativo de capacitações capaz de qualificar 24% dos servidores envolvidos na Fiscalização de Contratos do órgão. Essa média geral é elevada pelas ações de alguns *campi* com médias elevadas, haja vista que outras unidades demonstram médias 0,00. Alguns servidores realizaram mais de uma capacitação, o que impede que um fiscal ainda não qualificado se capacite. Desse modo, deve-se emitir orientações para que os fiscais de contratos somente recebam mais de uma capacitação anual quando a totalidade de fiscais também já tiver realizado. Esse procedimento está em conformidade com o princípio da isonomia. Em comparação com o ano de 2015, percebe-se que o percentual de servidores permaneceu semelhante, com um aumento de 1%.

III - Mapa de risco no âmbito da Gestão de Contratos

Quadro 35 - Mapa de risco abrangente referente à gestão de todos os contratos

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Imperícia qualitativa	Alto	Médio	Dificuldade na fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Nomear fiscais de contratos com experiência na área do objeto; • (P) Padronizar descrições que atendam às necessidades da Instituição; • (C) Registrar possíveis desvios qualitativos ocorridos na contratação, visando corrigir em contratos futuros.
Imperícia quantitativa	Médio	Alto	Contratos fora da realidade institucional	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Criar controle anual de itens adquiridos em cada contrato; • (P) Determinar quantidade com base na aquisição do material nos últimos três anos; • (C) Promover supressões unilaterais e amigáveis para adequação do contrato.
Descontinuidade	Baixa	Alto	Inviabilidade e de contratação	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Realizar licitações anuais de cada objeto; • (P) Indagar interesse da contratada em prorrogar o contrato com no mínimo 90 dias de antecedência; • (C) Elaborar licitação em virtude de desinteresse da contratada na renovação do prazo; • (C) Elaborar um processo de adesão tardia.

(Des)uniformização	Médio	Médio	Dificuldade na compreensão dos processos	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Elaborar manuais e normativos; • (P) Padronizar minutas de editais conforme modelos da AGU; • (P) Padronizar formulários referentes a gestão e fiscalização de contratos; • (C) Solicitar correções em análises administrativas e jurídicas; • (C) Refutar processos em desacordo com as normas institucionais.
Prorrogações vedadas	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Manter controle de vigência atualizados dos contratos; • (P) Verificar previsão contratual para a prorrogação; • (P) Começar processo renovatório com antecedência mínima de 90 dias; • (C) Realizar análise de conformidade administrativa posterior à prorrogação intempestiva;
Repactuações vedadas	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Verificar a compatibilização da CCT apresentada pela contratada; • (P) Verificar a ocorrência da preclusão lógica do direito à repactuação; • (P) Atentar para o prazo legal para concessão da repactuação (60 dias); • (C) Realizar auditorias internas buscando irregularidades;
Informalidade	Alto	Alto	Insegurança processual	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Nomear fiscal da Administração e solicitar preposto da empresa; • (P) Realização comunicação sempre formal e escrita entre Contratante e Contratado; • (P) Realizar palestras aos envolvidos na gestão e fiscalização sobre a necessidade de formalização nos processos contratuais;
Intempestividade	Alto	Alto	Possível extinção do contrato	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Começar processo renovatório com antecedência mínima de 90 dias; • (P) Conceder repactuações de preços no prazo legal de 60 dias; • (P) Encaminhar processos para análise administrativa e jurídica com no mínimo 30 dias de antecedência; • (C) Realizar análise de conformidade administrativa posterior em processos;
Incapacidade	Alto	Alto	Dificuldade e erros na gestão e fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Proporcionar participação de servidores em cursos na área em instituições de ensino; • (P) Implementar cursos ministrados por servidores da própria Instituição; • (P) Realizar Workshops com servidores responsáveis pela fiscalização de mesmos objetos; • (P) Socializar as normas institucionais em palestras; • (C) Substituir gestores de contratos considerados inaptos para a atividade.
Publicação	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Manter arquivo atualizado de contratos; • (P) Firmar contrato sempre antes do dia 20 de cada mês; • (C) Publicar contrato com atraso e justificativa;

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

IV - Mapa de risco abrangente no âmbito da Fiscalização de todos os contratos

Quadro 36 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de todos os contratos

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Faltas e afastamento	Alto	Médio	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Registrar no relatório mensal de acompanhamento do fiscal do contrato; • (P) Comunicar a empresa contratada para efetuar a substituição no dia; • (C) Glosar nota fiscal da contratada em virtude da falta; • (C) Pedir a substituição definitiva do terceirizado nos casos reincidentes.
Vale transporte	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Realizar diligências junto aos terceirizados verificando a ocorrência do pagamento; • (P) Conferir os documentos anexos da nota fiscal analisando os pagamentos; • (C) Notificar a empresa em caso de irregularidade; • (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual; • (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.
Substituição	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Comunicar a empresa contratada para efetuar a substituição no dia; • (C) Notificar a contratada em virtude da não substituição de terceirizado; • (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual; • (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.
Férias	Baixo	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Verificar o limite do prazo para que cada terceirizado goze férias; • (P) Verificar o pagamento dos valores relativos ao gozo das férias; • (C) Notificar a contratada em decorrência da não concessão ou pagamento das férias; • (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual; • (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.
Obrigações trabalhistas da contratada	Médio	Alto	Inexecução parcial ou total	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Analisar mensalmente as documentações relativas aos direitos trabalhistas; • (P) (C) Notificar a contratada em decorrência cumprimento dos direitos trabalhistas; • (C) Sancionar empresa caso comprovada a inexecução contratual; • (C) Extinguir o contrato caso configure hipótese de rescisão unilateral.
Uniformes EPI	Baixa	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Registrar o recebimento dos uniformes EPIs pelos terceirizados formalmente; • (P) Verificar a substituição dos uniformes e EPIs conforme prazo estabelecido na licitação; • (C) Anotar em relatório de acompanhamento mensal do contrato a eventual não utilização dos uniformes e EPIs; • (C) Comunicar a contratada sobre a não utilização de uniformes e EPIs pelos terceirizados.
Jornada de trabalho	Médio	Alto	Inexecução	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Realizar reunião registrando em ata a ciência

			parcial	<p>dos terceirizados sobre o horário de trabalho, de intervalo e demais informações correlatas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • (P) Verificar se a carga horária mensal está sendo respeitada através da conferência do ponto dos terceirizados; • (C) Comunicar a empresa contratada sobre eventual irregularidade na jornada de trabalho;
Incomunicabilidade	Baixo	Médio	Inércia na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Encaminhar comunicação/notificação via e-mail para as empresas contratadas; • (P) Encaminhar comunicação/notificação via correio no endereço da empresa contratada mediante três tentativas; • (C) Publicar no <i>DOU</i> a citação da empresa e seguir com o processo;
Desvio de função	Baixo	Alto	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Realizar palestra para todos os servidores do órgão sobre desvio de função em contratos de terceirização; • (P) Realizar reunião com os terceirizados sobre a proibição de desvio de função; • (C) Advertir servidor ou terceirizado responsável por situação de desvio de função; • (C) Solicitar substituição do terceirizado que comprovadamente desvia suas funções.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

V - Mapa de risco específico no âmbito da Fiscalização de alguns contratos

Quadro 37 - Mapa de risco abrangente referente à fiscalização de contratos de motorista

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Acidentes	Baixo	Alto	Danos materiais e humanos	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Solicitar histórico anual do motorista; • (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva; • (C) Solicitar averiguação do estado psicológico do terceirizado; • (C) Comunicar para a empresa solicitando substituição definitiva.
Danos a veículos	Baixo	Médio	Danos materiais	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva; • (C) Registrar Boletim de Ocorrência; • (C) Solicitar ressarcimento para empresa por eventuais danos culposos.
Multas	Médio	Médio	Ilegalidade	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Solicitar a participação em cursos como de direção defensiva; • (P) Manter registro de utilização dos veículos oficiais; • (C) Encaminhar notificação de multa para o motorista responsável pela condução.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Quadro 38 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de vigilância

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Reduzida amplitude de controle	Alto	Alto	Lacunas na vigilância	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Instalar sistema de monitoramento por imagens; • (P) Instalar sistema de monitoramento por alarmes;
Abandono de posto	Baixo	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Realizar reunião informando o local em que deverá permanecer o vigilante; • (C) Comunicar a empresa sobre eventuais abandonos de

				posto; • (C) Comunicar a empresa da necessidade de substituição do terceirizado.
--	--	--	--	---

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Quadro 39 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Des(perfissionalização)	Alto	Alto	Dificuldades e erros na execução contratual	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Solicitar certificado de curso que comprove a capacitação do terceirizado; • (C) Comunicar a empresa contratada sobre eventual inabilidade com o serviço; • (C) Solicitar substituição do terceirizado se julgado incapaz para a função.
Danos a bens	Baixo	Médio	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Verificar a conduta do terceirizado no dano causado; • (C) Solicitar ressarcimento para empresa quando o dano tiver conduta culposa; • (C) Solicitar substituição do terceirizado quando danos forem reiterados.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

Quadro 40 - Mapa de risco específico referente à fiscalização de contratos de manutenção predial

Risco	Grau de incidência	Grau de impacto	Impacto	Medida preventiva (P) e corretiva (C)
Estoques	Médio	Alto	Inexecução parcial	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Manter estoque de materiais de limpeza para atender a determinado imprevisto; • (P) Encaminhar lista de materiais sempre com antecedência indicada pela contratada; • (C) Comunicar empresa sobre possíveis prejuízos causos pela falta destes materiais.
Limpeza instalações sanitárias de grande circulação	Baixo	Alto	Desvio de função	<ul style="list-style-type: none"> • (P) Realizar reunião informando quais terceirizados limparão as instalações sanitárias de grande circulação (Insalubridade de grau máximo); • (C) Comunicar a empresa sobre eventuais abandonos de posto; • (C) Comunicar a empresa da necessidade de substituição do terceirizado.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

VI - Procedimentos na área de Contratos

O Instituto Federal Farroupilha atua de maneira descentralizada, ou seja, cada unidade é responsável por firmar seus contratos. Os processos dos *campi* que visam a alterações contratuais (renovação de vigência, acréscimo de valor, repactuações de preços, etc.) são instruídos de maneira completa pelas unidades descentralizadas, ficando a cargo da Reitoria a análise Administrativa de todo o pleito, através da Direção de Compras, Licitações e Contratos.

Posteriormente a essa análise, o processo é encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica vinculada ao Instituto Federal Farroupilha e, em seguida, é novamente encaminhado para o *campus* de origem. As competências de cada agente envolvido estão contidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos.

Neste mesmo manual, estão contidos todos os procedimentos necessários para instrução dos processos de: elaboração contratual; termos aditivos; repactuação de preços; rescisão contratual; sanções administrativas; e inscrição em dívida ativa.

VII - Ações desenvolvidas na área de contratos em 2016

No início do exercício de 2016, constatou-se alguns pontos críticos no que tange à gestão e à fiscalização de contratos administrativos no Instituto Federal Farroupilha. Essas dificuldades eram relativas principalmente à normatização interna – manuais desatualizados –, ausência de padronização nos procedimentos, baixo número de servidores capacitados na área de fiscalização de contratos, limitação de conhecimento no que tange à gestão e à fiscalização de contratos, limitada transparências das informações acerca de contratos. A maioria dessas lacunas relativas à rotina dos servidores que atuam nestas áreas foi suprida em 2015, com o estabelecimento de ações de gestão como: elaboração de manuais, formulários, instruções normativas e portarias. Ainda, outro fator que demandava atenção da Gestão era a oportunização de capacitações aos servidores envolvidos nas Compras e Licitações, o que foi tratado como prioridade para o exercício de 2016.

Desse modo, foram implementadas algumas ações visando a minimizar tais lacunas supracitadas, entre as quais se destacam:

- Atualizado e disponibilizado dos documentos no site institucional
- Visita da Direção de Compras, Licitações e Contratos a todos os *campi* do Instituto Federal Farroupilha, visando a apresentar o diagnóstico de Gestão do exercício de 2015 e levantar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades do Instituto Federal Farroupilha;
- Submissão e desenvolvimento de cursos no Programa Institucional de Desenvolvimento (PID) na área de Compras e Licitações e Gestão e Fiscalização de Contratos, em 2016 foram aprovados quatro cursos: Fiscalização de Contratos Administrativos; Como Comprar no IFFar; Como Fiscalizar no IFFar; e Gestão de Contratos Administrativos. Apenas os dois primeiros foram realizados em 2016, sendo que os dois restantes serão executados em 2017. No exercício de 2016, optou-se pela realização do curso de Fiscalização de Contratos nas unidades do IFFar. Esta opção demonstrou sua efetividade em aproximar a Reitoria dos *campi*. O curso piloto foi realizado em Júlio e Castilhos, o que majorou a média de capacitações dos fiscais dos *campi* de 0,35 em 2015 para 0,88 em 2016 (28 dos 32 fiscais estão capacitados). No primeiro curso, foram capacitados 26 servidores e, no segundo, foram 25 servidores, incluindo participações de todos os *campi* do Instituto Federal Farroupilha;
- O prosseguimento da Parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (ENAP em Rede) foi prejudicada pelo corte de recursos do governo, o que conduziu a ENAP cancelar a oferta de cursos do Programa ENAP em Rede e a possibilidade de oferecer capacitações para servidores Federais, Estaduais e Municipais.

VIII - Quantidade de terceirizados do IFFar

Outra característica importante que permeia a gestão de contratos é a quantidade de terceirizados contratados no âmbito de cada unidade Administrativa. Nesse sentido, o Quadro 41 demonstra o quantitativo de cada unidade no período de 2013 a 2017.

Quadro 41 - Quantitativo de terceirizados por Campus

Unidade	2013	2014	2015	2016	2017
Campus Alegrete	93	99	101	86	75
Campus Jaguari	18	24	19	19	19
Campus Júlio de Castilhos	41	36	47	40	40
Campus Panambi	30	28	25	21	21*
Reitoria	12	15	22	21	14
Campus Santa Rosa	21	22	22	26	22

Campus Santo Ângelo	4	5	16	17	16
Campus Santo Augusto	27	26	24	24	27
Campus São Borja	5	17	17	17	20
Campus Frederico Westplalen	-	-	-	54	43
Campus São Vicente do Sul	83	90	87	90	83
Campus Avançado Uruguaiana	-	-	-	4	6
Total	334	362	380	419	365

Fonte: Relatório de terceirados (2013-2016)

Primeiramente, convém salientar que o *Campus Avançado Uruguaiana* possui autonomia para gerenciamento de contratos, sendo que a sua gestão é realizada pelo *Campus São Borja*. Todavia, no que tange à análise de gastos com terceirizados, é interessante demonstrar sua representatividade. Analisando os dados da Quadro 41, percebe-se um crescente aumento do número de terceirizados desde 2013 até o ano de 2016. Contudo, o ano de 2017 apresenta uma representativa diminuição neste cenário. As constantes mudanças em termos de repasse de recursos pela União pode ser um dos fatores responsáveis pela capacidade de o IFFar realizar contratação de terceirizados para as atividades administrativas não previstas na estrutura organizacional.

IX - Metas para 2017 na área de Contratos

Sobre as metas estabelecidas para o exercício de 2016, convém salientar que em algumas unidades elas foram atendidas, conforme Quadro 42.

Quadro 42 - Atendimento das metas de 2016

Capacitar no mínimo 50% dos fiscais de contratos de cada unidade da Instituição até o final do exercício de 2016.	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Campus Jaguari</i>; • <i>Campus Júlio de Castilhos</i>; • <i>Campus Panambi</i>.
Reduzir para o número de contratos por fiscal para 1 (um) até o final do exercício de 2016.	<p>- De modo Geral, o Instituto Federal Farroupilha apresentou média 2,0. Convém salientar que algumas unidades apresentaram média inferior, demonstrando as ações no intuito de atender esta meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Campus Santa Rosa</i> (1,3); • Reitoria (1,6); • <i>Campus São Vicente do Sul</i> (1,7); • <i>Campus Santo Ângelo</i> (1,8); • <i>Campus Júlio de Castilhos</i> (1,9).

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

A meta relativa à capacitação foi prejudicada em virtude da descontinuação do Programa ENAP em Rede e da não realização de dois cursos propostos para 2016, os quais serão realizados no exercício de 2017.

Ao analisar os dados deste início de 2016, percebe-se que a capacitação dos indivíduos envolvidos na Fiscalização de Contratos continua demandando bastante atenção da Gestão. Do mesmo modo, o elevado número de contratos em detrimento do baixo número de fiscais também favorece a ocorrência de ineficiência na fiscalização. Assim, tendo em vista que as metas estabelecidas em 2016 não foram atingidas de maneira Geral (apenas esporadicamente de maneira descentralizada) serão mantidas em 2017 as metas estabelecidas no exercício de 2016, conforme Quadro 43.

Quadro 43 - Metas e ações sobre Gestão e Fiscalização de Contratos para 2017

Capacitar no mínimo 50% dos fiscais de contratos de cada unidade da Instituição até o final do exercício de 2017.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos em todos os Campi da Instituição, ministrado por servidores da própria unidade ou da Reitoria, através do
---	--

	<p>Programa Institucional de Desenvolvimento até o final de 2016;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a participação de servidores do Instituto Federal Farroupilha em cursos realizados em outras Instituições de Ensino.
Reduzir para o número de contratos por fiscal para 1 (um) até o final do exercício de 2017.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um GT com a finalidade da realização de um estudo acerca da quantidade máxima de contratos por fiscal; • Ajustar as nomeações de fiscais de contrato de maneira mais isonômica.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

5.1.4.2 Contratação de Estagiários

Este subitem tem por finalidade informar sobre a contratação de pessoal de apoio administrativo da unidade e de estagiários.

No exercício 2016, o IFFar contou com um total de 89 estagiários, sendo 15 de nível médio e 74 de nível superior, os quais atuaram em diversas áreas de nossa instituição, com o objetivo de atender às demandas administrativas. No mesmo sentido, o IFFar proporcionou aos estagiários a oportunidade de aprimorar os conhecimentos teóricos obtidos nos cursos em que estão matriculados e, assim, contribuindo para o desenvolvimento institucional.

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Neste item, a instituição apresenta informações sobre a gestão do patrimônio, bem como da infraestrutura. Foi abordado uma visão gerencial da infraestrutura patrimonial e sua suficiência, especialmente, para responder às necessidades da missão institucional.

5.2.1 Gestão da frota de veículos

O Instituto Federal Farroupilha é uma instituição *multicampi*, possui, em 2016, o total de 11 unidades de ensino (10 *Campi* e 1 *Campus* Avançado) e uma estrutura central de administração (Reitoria). Por apresentar essa formatação, a utilização de frota é constante, pois o deslocamento entre servidores pela a Instituição dá-se quase que diariamente. Nesse sentido, é importante a instituição possuir frota condizente com as demandas institucionais, e a mesma estar sempre em plenas condições de uso.

A utilização dos veículos oficiais do Instituto Federal Farroupilha está baseada no manual de instruções de utilização de veículos oficiais, elaborado pela comissão de padronização dos manuais deste Instituto, baseados no decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, na INSTRUÇÃO DE SERVIÇOS DNIT nº 7, de 26 de maio de 2009, no código brasileiro de trânsito e na lei 7.474 de 08 de maio de 1986.

O Instituto Federal Farroupilha, por decisão administrativa, tem como fundamento a aquisição dos veículos em detrimento da locação de serviços terceirizados. Não há ainda levantamento comparativo levando em conta a relação custo-benefício e da viabilidade de manutenção da política de manutenção de frota própria ou contratação dos serviços terceirizados com locação de veículos. Esse ponto é bastante controverso institucionalmente, porém existe necessidade de definição de política de gestão de frota.

Para assegurar a prestação eficiente e econômica do transporte com os veículos oficiais, algumas regras foram elencadas no manual, entre as quais se destacam:

Da Utilização/uso dos veículos

I. O uso dos veículos da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha será destinado as seguintes atividades:

II. Atividades administrativas;

- III. Atividades curriculares;
- IV. Atividade de ensino, de pesquisa e de extensão;
- V. Atividades científicas, esportivas, culturais e de política estudantil;
- VI. Outras.

Instruções de uso

- I. O uso dos veículos é exclusivo dos servidores do próprio instituto;
- II. Só poderão dirigir os veículos oficiais servidores que possuem portaria onde o Diretor Geral ou o Reitor autoriza o servidor a dirigir os veículos da Instituição;
- III. É vetado o uso de veículos da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha por entidades e pessoas não pertencentes ao quadro funcional da Instituição;
- IV. Em caso de colaboradores eventuais será permitido o transporte desde que haja pertinência temática às atividades do Instituto Federal Farroupilha;
- V. Os veículos da frota oficial estarão disponíveis para deslocamento de segunda a sexta-feira, obedecendo ao horário de funcionamento do setor responsável pela frota oficial;
- VI. O uso dos veículos oficiais da frota oficial aos finais de semana e feriados ou fora de horário de funcionamento ficará condicionado à autorização do Gestor mediante justificativa;
- VII. O uso de veículo em situações emergenciais deverá ser solicitado ao setor responsável pela frota oficial e será atendido conforme a disponibilidade de veículos e motorista;
- VIII. Os veículos da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha deverão ter como local de saída e de chegada os locais previamente definidos pelo setor responsável, observando os propostos na solicitação;
- IX. O servidor que deverá, em caso de pernoite, estacionar o Veículo oficial na garagem do hotel ou em garagem devidamente regularizada, para fins de segurança;
- X. Qualquer mudança no itinerário deverá ser justificada com antecedência e por escrito;
- XI. Modificação no itinerário após iniciada a viagem só poderão ocorrer em virtude de emergência de tráfego.

Ao gestor de frota compete:

- I. Manter a documentação dos veículos da frota oficial Instituto Federal Farroupilha em regularidade;
- II. Providenciar a renovação do licenciamento anual de veículos do Instituto em tempo hábil, obedecendo ao calendário estabelecido pelo Conselho Nacional Trânsito ou pelo Departamento de Trânsito do Rio Grande do Sul, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos pessoais Causados por Veículo Automotores de Vias Terrestres;
- III. Estabelecer as rotinas de acompanhamento e desembarço, junto aos órgãos de trânsito, de todas as ocorrências envolvendo veículos oficiais do Instituto Federal Farroupilha;
- IV. Efetuar as rotinas de manutenção, reparo, troca de pneus, abastecimento, lavagem, e lubrificação dos veículos de propriedade do Instituto Federal Farroupilha e entregar ao Gestor, a cada 06 (seis) meses o Acompanhamento Físico Financeiro (manutenção, combustível, pneus e lubrificantes);
- V. Assegurar a presença dos equipamentos de segurança obrigatórios, sempre antes da realização de qualquer atividade visando à segurança aos usuários;
- VI. Estabelecer a programação de utilização da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha devendo observar criteriosamente as características técnicas e boas condições mecânicas e de conservação dos veículos;
- VII. Designar o motorista habilitado para atuar como condutor autorizado.
- VIII. Tomar providências imediatas sempre que apontada alguma irregularidade pelo condutor e/ou responsável;
- IX. Promover os procedimentos mandatórios à apuração de responsabilidade, se necessário por meio de sindicância, tão logo receber uma notificação de infração de trânsito ou informação sobre danos a veículos da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha;
- X. Encaminhar as identificações de infratores aos órgãos de trânsito competente;

XI. Manter em arquivos próprios, os formulários utilizados nesta Instrução para atender a auditoria interna e externa, realizada anualmente na Instituição;

XII. Comunicar ao Gestor toda e qualquer irregularidade decorrente da utilização de veículo da frota oficial do Instituto Federal Farroupilha, inclusive a devida apuração de responsabilidades.

O Instituto Federal Farroupilha conta hoje com uma frota de 105 veículos divididos entre utilitários e institucionais, conforme o quadro abaixo.

Quadro 44 - Demonstração de despesas e mobilidade da frota de veículos Automotores Próprios do Instituto Federal Farroupilha ano de 2016.

Gasto Total com Combustível	R\$ 510.756,15
Gasto Total com Manutenção	R\$ 476.029,82
Gasto Total com Seguros e Licenciamentos obrigatórios	R\$ 10.736,22
Gasto Total com Seguro veicular	R\$ 39.945,00
Total Gastos Diretos	R\$ 1.037.467,19
Total KM Rodados	1.167.842
<i>Categoria Veículos Institucionais</i>	933.118
<i>Categoria Veículos Utilitários</i>	234.724
Total de Veículos	105
<i>Categoria Veículos Institucionais</i>	65
<i>Categoria Utilitários</i>	40
Idade média da Frota	9,10
<i>Idade média veículos institucionais</i>	6,62
<i>Idade média Veículos Utilitários</i>	13,15
Média de Km Rodados Total	11.122,31
<i>Média Km rodados Veículos Institucionais</i>	14.355,66
<i>Média Km rodados Veículos Utilitários</i>	5.868,10
Custo médio por veículo em Reais	9.880,64
<i>Custo médio com Manutenção</i>	R\$ 4.533,62
<i>Custo médio com Combustíveis e Lubrificantes</i>	R\$ 4.864,34
Custo médio por Km Rodado R\$	R\$ 0,89

Fonte: Setor de Gestão de Frotas

Observa-se que o Instituto possui frota bastante antiga, vários carros já estão com vários anos de uso, que resulta um alto valor despendido em manutenção. A média de gasto com manutenção por viatura é de R\$ 4.533,62. Porém, cabe ressaltar que a média anual que as viaturas rodam também é alto. Essa média chega a aproximadamente 14,35 mil km rodados por veículo institucional. Isso indica um gasto com manutenção de R\$ 0,44 centavos por km rodado médio, que não é considerado elevado pela gestão. A alta quilometragem rodada pelas viaturas está relacionada a distância que as unidades estão entre si e também pelo número reduzido de viaturas por *campus*, para atender toda a demanda apresentada, média de 5,9 veículos institucionais por unidade representativa.

Quanto às despesas com combustíveis, cada carro consome aproximadamente em média R\$ 4.864,34, gerando um gasto por km rodado viatura de R\$ 0,41 centavos por km rodado médio.

Dessa forma, o custo por km rodado, contando apenas manutenção e combustível, é aproximadamente de R\$ 0,89 centavos o Km rodado médio. Detalhando mais a despesa, quando se analisa especificamente os veículos institucionais, os custos médios por km rodado diminuem a R\$ 0,54 centavos o km rodado, enquanto os utilitários gastam R\$ 2,04. A diferença se justifica porque

o consumo de combustível é maior, bem como os gastos com a manutenção dos mesmos também são maiores.

Cabe ressaltar que não estão computados nesse valor os cálculos relativos à depreciação, ao investimento com a aquisição dos veículos e também às despesas com motoristas contratados. Quanto a isso, a instituição tem, em média, um motorista contratado por *campus*. Não estão inclusos também as despesas relacionadas com a gestão da frota. É preciso destacar que a instituição está estudando uma metodologia para apuração dos custos relacionados.

Destaca-se, ainda, que não há, no Instituto, plano formal aprovado de substituição de frotas, assim como as aquisições de novas viaturas dependem de análise interna de cada *campus*, em virtude do planejamento das ações e do orçamento anual.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis

Este item tem por finalidade informar sobre a política instituída para tratamento dos veículos não mais servíveis para uso nas suas atividades.

A instituição possui regulamento que estipula as formas e os procedimentos padrões para a destinação dos bens permanentes da instituição. Assim, as informações quanto às formas de baixa e desfazimentos dos bens público, inclusive de veículos, podem ser verificadas pelo link:

http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2012513163817187manual_de_controle_patrimonial_resolucao_ad_referendum_n%C2%B0_25.pdf.

Quanto aos procedimentos adotados ao longo do exercício de 2016, foi iniciado um processo de baixa de bem inservível em virtude de perda total em acidente de trânsito. Em 31 de Dezembro de 2016, o processo administrativo ainda estava em andamento em virtude da liberação por porte da seguradora.

Destaca-se que o processo de análise do patrimônio, bem como sua destinação, ocorre conforme a regulamentação interna e a legislação vigente.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

O objetivo principal deste item é apresentar e analisar a gestão de bens imóveis sob a responsabilidade do Instituto Federal Farroupilha, classificados como Bens de Uso Especial de propriedade da União ou Locados de Terceiros. Para isso, serão apresentados os quadros, a seguir, para demonstrar tanto a distribuição espacial dos bens imóveis da União, quanto a discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob a responsabilidade do Instituto.

No âmbito do Instituto Federal Farroupilha, cada Unidade Gestora tem seu Setor Responsável pela Gestão e Controle do Patrimônio tanto imobiliário quanto móvel, mas que são subordinadas à Coordenação de Infraestrutura da Reitoria do Órgão.

Os imóveis do Instituto estão distribuídos em 11 municípios, onde estão localizados os *Campi*, nas regiões Centro, Oeste, Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul. Na cidade de Santa Maria, está situada a Reitoria, que funciona em dois prédios que são alugados.

O SPIUNET, onde ocorre o registro dos imóveis do IFFar, está passando por uma reorganização de informações e lançamento dos RIPS de utilização. As atividades estão sendo realizadas conjuntamente com o lançamento da reavaliação dos imóveis que foi realizada no último quadrimestre de 2016. Na definição das ações para regularização da situação no SPIU, a instituição deparou-se com uma divergência de orientação entre a Setorial Contábil do MEC e SPU. A Setorial Contábil indica a obrigatoriedade da regularidade dos imóveis nos cadastros de prefeituras e cartórios para que os mesmos sejam lançados no sistema, enquanto que a SPU entende que esse procedimento não é obrigatório.

Definiu-se, então, pela utilização das orientações da SPU, dessa forma os registros foram realizados no decorrer do ano de 2016. Para 2017, será feita a readequação dos RIPS e a utilização e finalização dos lançamentos da reavaliação dos bens.

Salienta-se que os processos de regularização das obras junto às prefeituras são encaminhados na sua finalização. Porém, cada município possui regras diferentes, com isso, muitos processos encontram-se parados devido à burocracia e a dificuldades impostas pelas prefeituras. Assim, o registro em cartório fica prejudicado devido aos problemas citados acima.

No que diz respeito à gestão dos imóveis, a deterioração das instalações é algo que preocupa a gestão, visto que os prédios do IFFar são acessados por milhares de alunos, todos os anos. Esse uso gera despesas com manutenção. Além disso, existe a ocorrência da própria degradação causada pelo tempo transcorrido, o que deve ser minimizado com ações preventivas de conservação. Para resolver ou diminuir esses problemas, as todas as unidades do IFFar contam com Contratos de Manutenção Predial.

No exercício de 2016, a instituição utilizou um total de R\$ 2.829.792,33 com despesas para a manutenção e conservação dos seus imóveis. Isso totaliza uma média de aproximadamente R\$ 179.862,02 por *campus*. Destaca-se que as principais despesas em manutenção de bens imóveis concentram-se, principalmente, nos dois *campi* com estruturas antigas, São Vicente do Sul e Alegrete.

5.2.3.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

O Quadro 45, a seguir, denominado Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da Instituição, no final dos exercícios 2015 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 45 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Rio Grande do Sul	19	14
	Santa Maria	1	1
	Santo Augusto	3	1
	Alegrete	2	2
	São Vicente do Sul	2	2
	Júlio de Castilhos	2	1
	São Borja	2	2
	Santa Rosa	2	1
	Panambi	1	1
	Jaguari	2	2
	Uruguaiana	1	0
	Santo Ângelo	1	1
Subtotal Brasil		19	14
EXTERIOR	PAÍS	0	0
	Cidade	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		19	14

Fonte: Setor de Patrimônio Campus

5.2.3.2 Imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

O Quadro 46 está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão.

Quadro 46 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
1581 27	8841 00374.500-9	23- Vago para Uso	Novo	1.800.000,00	05/12/16	2.200.000,00	-	-
1550 81	8853 00061.500-0	21 - Uso em Serviço Público	Bom	400.000,00	19/01/2012	400.000,00	-	243.035,94
1582 66	8859 00004.500-9	21 - Uso em Serviço Público	Bom	2.404.522,42	31/03/2014	9.176.000,50	-	154.762,00
1582 66	8859 00009.500-6	21 - Uso em Serviço Público	Bom	150.339,12	10/03/14	150.339,12	-	-
1582 66	8859 00011.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	380.000,00	22/12/2014	380.000,00	-	-
1582 67	8507 00037.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Regular	4.320.167,11	31/03/2014	13.942.387,13	-	363.167,83
1582 67	8507 00059.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	784.477,95	28/09/2016	931.731,86	-	-
1582 68	8675.00005.500-3	21 - Uso em Serviço Público	Bom	8.786.101,57	28/09/2016	28.188.434,72	567.697,07	273.489,01
1582 68	8675.00006.500-9	21 - Uso em Serviço Público	Bom	701.382,81	28/09/2016	4.770.631,07	-	-
1582 69	8725 00003.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Regular	6.306.542,83	31/03/2014	15.196.584,87	280.048,09	120.020,61
1585 03	8863 00055.500-5	21 - Uso em Serviço Público	Regular	100.000,00	28/09/2016	780.977,00	-	-
1585 03	8863.00059.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Regular	130.000,00	28/09/2016	11.133.882,61	307.846,25	129.016,06
1585 03	8951 00142.500-0	21 - Uso em Serviço Público	Regular	100.100,00	28/09/2016	100.100,00	-	-
1585 04	8847.00087.500-8	21 - Uso em Serviço Público	Bom	160.000,00	15/10/2013	15.761.663,73	81.914,17	-
1585 05	8781.00001.500-2	21 - Uso em Serviço Público	Bom	10.147.444,98	28/09/2016	14.027.322,77	-	102.917,33
1546 28	8723 00003.500-6	21 - Uso em Serviço Público	Regular	-	28/09/2016	694.495,64	-	-
1546 28	8723.00005.500-7	21 - Uso em Serviço Público	Bom	-	28/09/2016	7.472.412,32	-	72.888,13
Total							1.237.505,58	1.459.296,91

Fonte: Siafi/Spiunet/Coordenação de Infra-Estrutura/Setor de Patrimônio Campus

Atualmente, o Instituto Federal Farroupilha conta com 19 imóveis da União sob sua responsabilidade, entre eles os imóveis do *Campus* Avançado Uruguaiana e *Campus* Frederico Westphalen, que estão em fase de transferência e lançamentos contábeis pertinentes. Além desses, há ainda os imóveis que estão em fase de constituição dos alvarás para os devidos cadastramentos no sistema de gestão de imóveis federais.

Com relação especificamente ao Quadro 46, mais precisamente sobre os imóveis sob a responsabilidade da UG 158267 e 158268, salienta-se que o montante de R\$1.204.353,91, informado com “despesas do exercício”, refere-se a contrato de manutenção predial, de redes de vapor, equipamentos de refrigeração (instalações), silos, esquadrias entre outros, manutenção de alojamento de estudantes e manutenção de calçamentos e outras necessidades do *campus*. As despesas atendem a todas as demais RIP de responsabilidade dos *Campi* de São Vicente do Sul e de Alegrete, porém, não há condições de um rateio que dimensione a fração de cada imóvel. Destaca-se que ambos os *Campi* de Alegrete, São Vicente do Sul e Júlio de Castilhos possuem parcela significativa de infraestrutura antiga, os quais estão passando por manutenção significativa, de troca de aberturas, rede elétrica e hidráulica e pintura.

Quanto aos imóveis sob responsabilidade do *Campus* Júlio de Castilhos, em função de recebimento de imóvel antigo, está sendo realizada a manutenção desses imóveis por meio de um contrato de prestação de serviços de manutenção predial vigente atualmente, porém este prevê pequenas manutenções e melhorias destinadas à manutenção e conservação dos imóveis. Não foram realizados nestes períodos reformas e melhorias significativas das instalações, tendo em vista o número deficitário de servidores encarregados pela manutenção predial e o impacto desses custos no orçamento do *campus*.

No *Campus* Panambi atualmente existem 4 prédios/obras que estão em fase regularização/averbação junto aos órgãos competentes, encontra-se cadastrado no SPIUnet o terreno pertencente ao *Campus* Panambi e parte das obras acabadas.

No *Campus* São Borja, a Administração se depara com um grande desafio que é manter e deixar os bens imóveis em condições de uso para a demanda crescente que é exigida dentro do programa de expansão dos últimos anos, especialmente este órgão que foi concebido dentro dessa nova realidade. O *Campus* está trabalhando para averbação dos prédios. A mesma situação ocorre com o *Campus* Santa Rosa. Pelo lado do dispêndio, nos anos de 2015 e 2016, o *Campus* São Borja sofreu com fortes temporais, com isso, foi exigido um desembolso significativo para a manutenção das instalações destruídas. Entre elas, a troca de toda a cobertura do prédio designado de “gastronomia”, além de parte do telhado do prédio de salas de aula e das despesas acessórias.

Nos exercícios de 2015 e 2016, foram entregues novas obras, as quais se encontram em fase de averbação junto às prefeituras, aguardando a liberação para posterior cadastramento do imóvel no sistema.

Salienta-se que o Instituto fez esforço contínuo para regularizar todos os imóveis. Os *campi* que ainda não estão com valores atualizados estão aguardando as liberações das prefeituras que não foram efetuadas e posteriormente as averbações na escritura pública. No *Campus* Santo Ângelo, as obras estão em fase de conclusão e recebimento definitivo, os valores consignados serão lançados até o final do ano de 2016.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Este tópico apresenta, no Quadro a seguir, todas as cessões, a fim de caracterizar de forma clara e individualizada os principais pontos sugeridos. Como o conceito de Cessão, no senso comum, gera interpretações distintas, optou-se por apresentar também as informações referentes às concessões.

Quadro 47 - Cessão de espaços físicos imóveis - Instituto Federal Farroupilha

Campus		São Vicente do Sul	São Vicente do Sul	São Borja	São Borja
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	86750095500-4	86750095500-4	886300059.500-7	886300059.500-7
	Endereço	Rua Vinte de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul -RS	Rua Vinte de Setembro, 2616 - São Vicente do Sul -RS	Rua Otaviano Castilho Mendes, 355 – São Borja – RS	Rua Otaviano Castilho Mendes, 355 – São Borja – RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04	12.051.381/0001-17	05.095.847/0001-10	19.798.205/0001-92
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	MARISTELA CAMARGO	NARANEI DE ROSSO NEVES	CLENI OCAMPOS FELDBERG
	Atividade ou Ramo de Atuação	Terminal Eletrônico Bancário de Autoatendimento a Clientes.	LANCHERIA	Reprografia e comércio de materiais escolares.	Cantina
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONVITE	CONVITE	TOMADA DE PREÇO	TOMADA DE PREÇO
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de Uso de Espaço Físico, Linhas Telefônica e Lógica e Energia Elétrica, visando à instalação de Terminal Eletrônico Bancário de Autoatendimento a Clientes.	Cessão de espaço físico para exploração de serviços de lancheria e reprografia	Cessão de uso de espaço físico destinado a serviços de reprografia e comércio de materiais escolares.	Cessão de uso de espaço físico destinado a instalação e ao funcionamento de uma lancheria/restaurante, para possibilitar o fornecimento de alimentos diversos.
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 23/09/2015 até 23/09/2016.	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 20/03/2016 até 20/03/2017.	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual: 28/03/2016 à 28/03/2017.	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual: 05/05/2016 à 05/05/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 1,00 m2, uma linha telefônica e lógica e disponibilidade de um ponto de fornecimento de energia elétrica, localizados no Prédio Administrativo Central – Hall de acesso ao Prédio Administrativo – Fundos, pavimento térreo.	ESPAÇO FÍSICO DE 167,58m ² , destinado à exploração de serviços de lancheria/restaurante/reprografia (Xerox)	Cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 17,64 m ² (dezesete vírgula sessenta e quatro metros quadrados), situada nas dependências do prédio de salas de aula do Instituto Federal Farroupilha <i>Campus</i> São Borja.	Cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 56,10 m ² (cinquenta e seis vírgula dez metros quadrados), situada nas dependências do prédio de salas de aula do Instituto Federal Farroupilha <i>Campus</i> São Borja.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 67,76 mensal com reajuste anual pelo IGPM.	R\$ 983,71 MENSAL COM REAJUSTE ANUAL PELO IGPM	O valor mensal é de R\$ 240,00 (Duzentos e quarenta reais), Com reajuste anual pelo IGPM.)	R\$ 923,99 mensal com reajuste anual pelo INPC.

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há formas de rateio	Não há formas de rateio	Proporcional a área de utilização. Reprografia 0,20% e Lancheria 0,65% dos gastos com água e energia elétrica.	Proporcional a área de utilização Lancheria 0,65% dos gastos com água e energia elétrica.
Campus		Alegrete	Santo Ângelo	Santa Rosa	Santa Rosa
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	850700037.500-7	885300061.500-0	884700105.500-4	884700105.500-4
	Endereço	RS 377 km 27, 2º Distrito Passo Novo Alegrete/RS	RS 218, KM 05 - CEP 98806-700	Rua Uruguai, 1675 - Bairro Central - Santa Rosa/RS	Rua Uruguai, 1675 - Bairro Central - Santa Rosa/RS
Identificação do Cessionário	CNPJ	17.338.366/0001-78	15.805.124/0001-11	02.938.599/0001-34	05.576.827/0001-61
	Nome ou Razão Social	Berton da Rosa Machado - ME	Moura e Mondadori Ltda -Me	JAMIR LUIZ ANDREOLA	PAULO CÉSAR SALING
	Atividade ou Ramo de Atuação	Concessão de uso de espaço destinado a lancheria/restaurante,	Concessão de Uso de espaço físico a para exploração de serviços de cantina.	Atividade principal: Lanchonete	Atividade principal: Fotocócias
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Carta Convite	TOMADA DE PREÇOS	Tomada de Preço	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de uso de espaço destinado a instalação e ao funcionamento de exploração de serviços de lancheria/restaurante,	Concessão de Uso de espaço físico a título remunerado para exploração de serviços de cantina	Cessão de Uso de Espaço Físico destinada a instalação e funcionamento de lancheria.	Cessão de Uso de Espaço Físico destinado à instalação e funcionamento de serviços de reprografia e comércio de

		para fornecimento de alimentação e similares			materiais escolares.
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Atual vigência de 12/09/2016 até 12/09/2017.	12 meses, prorrogáveis por 60 meses, vigência atual - 29/07/16 até 29/07/17	20 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual de 04/01/2016 a 04/09/2017	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual de 27/05/2016 a 27/05/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 168,73 m2, destinado a instalação e ao funcionamento de exploração de serviços de lancheria/restaurante, localizados no Instituto Federal Farroupilha - Campus Alegrete.	Espaço físico cedido 35 m2, localizado no <i>hall</i> de entrada, no térreo, no prédio de Salas de Aulas	Espaço físico de 58,8m² situado nas dependências do primeiro pavimento do Prédio Pedagógico I	Espaço físico de 33,93m² situado nas dependências do primeiro pavimento do Prédio Pedagógico II
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 1.226,57 mensal com reajuste anual pelo IGPM.	17085,38	R\$ 973,73 mensal com reajuste anual pelo IGP-M	R\$ 618,51 mensal com reajuste anual pelo IGP-M
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-	Há cobranças de taxas de ocupação como água, luz, e vigilância	Não há formas de rateio	O Cessionário faz o ressarcimento dos gastos com energia elétrica mensalmente
Campus		Santo Augusto	Panambi	Júlio de Castilhos	Júlio de Castilhos
Caracterização	RIP	885900004.500-9	8781.00001.500-2	872500003.500-2	872500003.500-2

do imóvel Objeto de Cessão	Endereço	Rua Fábio João Andolhe, 1.100, Bairro Floresta, Santo Augusto-RS	RUA ERECHIM, 860, BAIRRO PLANALTO, PANAMBI – RS, CEP 98280-000	RS 527, Distrito São João do Barro Preto, Interior Júlio de Castilhos	RS 527, Distrito São João do Barro Preto, Interior Júlio de Castilhos
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.323.654/0001-03	94.878.758/000170	25.406.501/0001-01	21.446.579/0001-90
	Nome ou Razão Social	Jocélia D. Dallabrida - ME	NINA ALIMENTOS LTDA	DEISE CILEIA RUSCH	ALLAN SILVEIRA AYRES
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de lancheria, para fornecimento de alimentação e similares.	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	Cantina, Restaurante, elaboração e comércio e alimentos	Reprografia, encadernação, impressão
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Convite	Concorrência	Tomada de Preço	Tomada de Preço
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de Uso para Pessoa Jurídica, de espaço físico destinado à exploração de Serviços de Lancheria/Restaurante, para fornecimento de alimentação e similares.	Permissão de uso para comercialização de lanches	Cessão de Uso espaço físico para exploração de serviços de cantina	Cessão de Uso espaço físico para exploração de serviços de reprografia
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual 18/06/16 a 18/06/17.	12 meses prorrogável por até 60 meses, já está na ultima prorrogação(23/08/2012 A 23/08/2017),	20 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual 27/11/2016 a 27/08/2018	20 meses prorrogáveis até 60 meses. Vigência atual 03/03/2017 a 03/11/2018
	Caracterização do espaço cedido	Centro de Convivência com área interna de 60 (sessenta) m2, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência do Edital Convite 01/2013.	área física situada no Instituto Farroupilha Campus Panambi, para exploração comercial do serviço de Lancheria – categoria I, com área de 7,00 m2.	Espaço medindo 63,94m2, localizados no Prédio de Coordenação de Produção de Grãos	Espaço medindo 17,64m2, localizados no Prédio junto ao Setor de Estágios
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor atual R\$3.354,49, corrigido anualmente pelo IGPM.	R\$ 510,80 com reajuste anual pelo IGPM.	R\$ 1.025,50 mensal com reajuste a cada 20 meses pelo IGPM.	R\$ 244,63 mensal com reajuste a cada 20 meses pelo IGPM.

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.	Os valores são recolhidos para a conta única da União por meio de GRU sob o código de recolhimento 28802-0 com reflexo contábil da conta 724210100 - Arrecadação Líquida por Cód de Recolhimento de conta de receita 433110100 Valor bruto exploração bens direitos e serviços.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	demandas de custeio	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250	Os recursos são utilizados no funcionamento e manutenção das atividades fins do Campus por meio da Fonte de Recursos da Receita Própria 0250
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não há formas de rateio	Estimado R\$ 10,00 de água e R\$ 25,00 de energia elétrica, já incluídos no valor do aluguel.	Rateio da energia elétrica, valor da fatura dividido pela área construída total do campus, multiplicado pela área de concessão.	Rateio da energia elétrica, valor da fatura dividido pela área construída total do campus, multiplicado pela área de concessão.

Fonte: Pró-Reitoria de Administração.

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Quadro 48, a seguir, apresenta a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2015 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 48 - Quantidade de imóveis locados de terceiros por município e despesas realizadas no exercício de 2016

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Nº de imóveis locados	Despesas com Locação	Despesas com Manutenção	
BRASIL	Rio Grande do Sul			
	Santa Maria	3	658.471,73	10.511,00
	Alegrete	1	8.576,66	0,00
Total	4	667.048,39	10.511,00	

Fonte: Setor de Patrimônio

São quatro as locações realizadas pelo Instituto Federal Farroupilha no ano de 2016. A locada na cidade de Alegrete, refere-se à fração de terra utilizada para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção no *Campus*. Salienta-se que o *Campus* executa de forma expressiva atividades vinculadas à produção animal e vegetal com o objetivo das atividades práticas para os estudantes.

Os imóveis locados em Santa Maria destinam-se às atividades administrativas da Reitoria. A locação foi decisão administrativa, uma vez que se optou primeiramente em investir na estruturação dos *campi* do Instituto.

Destaca-se que a despesa referente à manutenção do imóvel é por conta do locatário, enquanto as alterações que se referem ao controle de incêndio e a mudanças no imóvel está a cargo do locador. No exercício de 2016, as despesas com manutenção dos prédios locados para sede da reitoria foram pequenas, basicamente em pequenos reparos.

5.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

A seguir, apresenta-se a relação de todas as obras realizadas na instituição, bem como nos seus *campi*. Destaca-se que as obras da instituição estão diretamente relacionadas às atividades fins institucionais, mesmo as de infraestrutura administrativa.

É mister apresentar que as obras de infraestrutura que estão finalizadas ou em andamento são ainda insuficientes para atender plenamente as necessidades, principalmente, nos *campi* em expansão, caso de Santo Ângelo, Jaguari e do *Campus* Avançado Uruguaiana.

Nos quadros, a seguir, serão demonstrados a situação atual das obras do Instituto Federal Farroupilha.

Quadro 49 - Obras e serviços de engenharia executados e concluídos no Instituto Federal Farroupilha até 31/12/2016

CÂMPUS	OBRA/REFORMA	METRAGEM (m ²)	VALOR (R\$)
JÚLIO DE CASTILHOS	Obra de Segurança e Urbanização UNED	4.180,00	205.078,03
	Prédio Salas de Aula e Laboratórios	2.598,26	3.190.442,24
	Sanitários Coletivos	193,40	209.943,56
	Reforma dos Prédios UNED I	1.998,79	301.560,00
	Reforma dos Prédios UNED II	806,88	85.844,00
	Construção de Ginásio de Esportes UNED	1.200,00	326.500,00
	Construção do Prédio para Agroindústria UNED	288,00	131.899,77

	Construção do Prédio Salas de Aula	1.177,60	636.814,00
	Construção Rede Elétrica e rede lógica (serviços terceirizados)	m/linear	342.550,00
	Reforma Banheiros Prédio Central	116,40	35.797,55
	Reforma da Lancheria (serviços terceirizados)	72,07	16.905,98
	Reforma da coordenação do eixo Gestão e negócios (serviços terceirizados)	156,00	63.821,84
	Cercamento das áreas decorrentes do temporal (serviços terceirizados)	350,00	42.338,00
	Adaptação da Rede elétrica de alta e média tensão (serviços terceirizados)	m/linear	109.944,00
	Reforma da antiga biblioteca (serviços terceirizados)	175,68	115.691,39
	Prédio da Biblioteca	1.435,57	2.615.982,33
	Construção de Guarita/Pórtico	107,25	100.863,69
	Calçamento (serviços terceirizados)	1.000,00	350.917,16
SÃO VICENTE DO SUL	Reestruturação rede elétrica	m/linear	111.500,00
	Prédio para quarentenário de suínos	63,36	47.321,28
	Passarelas de acesso aos prédios do Campus SVS	424,57	186.963,55
	Passarelas de interligação entre os prédios pedagógicos	823,00	655.980,13
	Ampliação de prédio para área de convivência dos alunos	1.742,80	389.360,50
	Cabine de medição de energia em MT	13,40	28.591,86
	Reforma prédio almoxarifado	248,20	54.618,93
	Galpão de máquinas Fazenda-Escola	489,00	203.993,97
	Instalações para suinocultura	1.282,77	878.992,61
	Ampliação Biblioteca	1.487,21	927.134,06
	Conclusão da ampliação do prédio Biblioteca	1.487,21	391.942,79
	Ampliação Prédio Garagem e Patrimônio	1.051,21	418.051,56
	Conclusão prédio Garagem	1.051,21	196.996,18
	Reforma e Ampliação prédio para caldeira geradora de vapor	123,00	74.452,31
	Ampliação de prédio para laboratórios didáticos	2.693,26	1.798.128,25
	Conclusão da Ampliação de prédio para laboratórios	2.920,90	2.382.613,62
	Rede de iluminação do Campus São Vicente do Sul	m/linear	70.281,94
	Salas de aulas Zootecnia II	126,00	122.904,04
	Reestruturação quadras poliesportivas(Projeto Segundo Tempo)	13.373,86	299.149,52
	Pavimentação de vias internas ao Campus	2.290,00	111.765,50
	Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio	0,00	878.992,11
	Reforma prédio Marcenaria	280,00	125.650,00
	Conclusão da reforma do prédio da marcenaria	280,00	89.821,82
	Ampliação ginásio de esportes (academia)	123,42	179.586,32
Conclusão passarelas de acesso aos prédios Campus SVS	438,00	221.457,53	
Bloco salas de aulas e Laboratórios Específicos	2.757,00	2.803.851,21	
PANAMBI	PPCI da Quadra Poliesportiva	1.124,24	29.207,50
	Ginásio Poliesportivo	1.200,24	1.026.260,38
	Prédio Administrativo 1ª etapa	1.604,63	870.006,34
	Salas de Aula 2ª etapa	1.818,50	674.400,00
	Execução de Rede Lógica e de Telefonia	1.604,63	63.500,13
	Reestruturação da Rede Elétrica do Campus Panambi	3.423,13	74.916,54
	Construção de guarita/pórtico	130,90	304.271,97
	Prédio de Salas de Aula e Passarela	1.900,74	2.465.746,83
	Construção Rede Elétrica UNED	m/linear	244.086,89
	Prédio Administrativo 2ª etapa	1.724,63	772.033,84
	Salas de Aula 1ª etapa	1.818,50	891.090,48
	Bloco de Laboratórios de Móveis e Edificações	931,01	458.704,43
	Const. e Inst. do Sist. de Abast. de Água e Prev. Incêndio	1,00	466.484,28
	Urbanização UNED	4.427,64	276.500,00

	Refeitório	1.010,83	2.104.962,01
	Cercamento da área do campus	2.400,00	242.600,00
	Ampliação da subestação da rede elétrica de alta tensão	m/linear	580.008,18
	Ampliação da rede elétrica do Prédio B	1.818,50	130.742,73
JAGUARI	Passarela de interligação de prédios	68,00	37.713,00
	Pórticos/guarita de vigilância	37,00	67.703,41
	Bloco Salas de Aulas	1.190,06	835.158,04
	Reforma prédio Administração	93,00	33.962,21
	Reforma de prédio para almoxarifado	268,80	93.960,41
	Agroindústria	161,55	127.494,70
	Abriço Caldeira	51,80	29.666,01
	Rede de dados	m/linear	17.291,52
	Alojamento para alunos (ampliação)	280,00	150.500,46
	Subestação de energia	10,88	14.394,72
	Alojamento	321,26	848.687,70
	Execução de rede de energia elétrica	910,00	99.245,40
	Pavimentação de vias	4.103,00	235.339,55
	Execução de pavimentação de vias e passarelas	2.448,10	328.191,69
	Reforma Laboratório de Ciências da Natureza	60,5	51895,85
SÃO BORJA	Construção de alojamentos	1.264,00	1.425.040,36
	Estação de tratamento de Esgoto	240,00	350.073,12
	Construção do 3º e 4º Piso - P. Salas de Aulas e Laboratórios	2.204,50	772.937,28
	Construção Laboratório de Gastronomia	1.007,47	833.657,29
	Construção das Cabines de Medição e R.T de Energia Elétrica	26.195,43	364.000,00
	Prédio de Salas de Aulas e Laboratórios - SB 2	4.464,74	2.738.892,75
	Execução de cercamento complementar	1045 m/linear	468.710,00
	Execução de pavimentação, iluminação e paisagismo	3.266,45	469.416,13
	Ginásio Poliesportivo	1.000,67	807.347,11
	Construção de prédio administrativo e pedagógico	1.590,33	1.224.149,42
	Refeitório	1.010,83	1.482.677,81
	Garagem e área de recebimento pred. Gastronomia	296,00	50.075,88
	Construção de prédio para almoxarifado	418,39	385.002,31
	Construção do Pórtico de Entrada e Passarela	140,95	272.997,06
	Constr. da Pavimentação, Rede de Drenagem Pluvial e Lógica	26.195,43	745.048,62
	Construção da Rede de Esgoto Cloacal e Rede de Água	1000 m/linear	46.964,96
	Reforma do piso e exaustão do ginásio	800	141.074,77
	Reforma da cobertura do prédio da gastronomia	1.007,47	90.431,43
SANTO AUGUSTO	Centro de Saúde	162,86	212.443,17
	Refeitório	910,93	1.301.577,04
	Garagem	195,70	95.653,19
	Reforma e Ampliação rede elétrica	590,00	425.761,53
	Almoxarifado	350,00	338.330,19
	Prédio Salas de Aulas	1.074,46	1.289.973,44
	Laboratório de Solos	105,00	194.776,48
	Ginásio Poliesportivo	1.884,99	2.218.597,28
	Salas de Aulas 100G	157,80	140.186,82
	Ampliação 100E	61,80	54.902,06
	Ampliação 100F	61,80	54.902,06
	Ampliação prédio mecanização	385,00	225.133,85
	Prédios existentes anteriores a 2010	3.397,82	3.012.625,35
	SANTA ROSA	Construção do Prédio eletromecânica	1.486,04
Cabine de medição de energia elétrica		6,25	11.449,65
Prédio da Biblioteca		1.445,57	2.623.164,42

	UNED - Salas de Aula 1ª etapa	1.818,50	666.526,97
	Urbanização UNED	4.819,40	323.000,00
	Ginásio Poliesportivo	1.451,72	1.827.181,04
	Prédio Administrativo 1ª etapa	1.604,63	870.006,34
	Prédio Administrativo 2ª etapa	1.724,63	774.940,72
	Construção da rede elétrica	931,01	472.800,00
	Bloco Laboratórios de Móveis e Edificações	931,01	472.800,00
	UNED - Salas de Aula 2ª etapa	1.818,50	534.182,41
	Guarita	139,39	268.371,02
	Refeitório	1.010,83	1.721.013,44
	Prédio de Salas de Aula e Passarela	1.914,56	2.623.222,86
	Sistema de Abastecimento de Água e Prevenção Incêndio	952,03	493.920,00
ALEGRETE	Construção de Laboratórios	1.633,27	2.590.333,47
	Sistema de Unidade de Beneficiamento de Sementes	426,90	984.353,26
	Construção de Centro de Atendimento à Comunidade Externa	253,00	342.910,18
	Construção do Laboratório de Apicultura	138,65	200.000,00
	Rede Elétrica	-	199.924,00
	Depósito de Agrotóxicos e Embalagens Vazias	49,35	133.062,45
	Prédio Administrativo, Anexo ao Auditório e Fachada	1.428,50	1.102.934,49
	Ampliação e Modernização do Centro de Informática	936,96	1.491.066,98
SANTO ÂNGELO	Rede elétrica interna	10.778,00	308.187,88
	Prédios Administrativo e Salas de Aula/Laboratórios	4.459,80	7.464.138,92
<u>TOTAL INVESTIDO EM OBRAS</u>			90.284.488,80

Fonte: Simec obras/Coordenação de Engenharia

Quadro 50 - Obras e serviços de engenharia em execução no Instituto Federal Farroupilha até 31/12/2016

Obras em execução							
CÂMPUS	OBRA/REFORMA	SITUAÇÃO	VIGÊNCIA	METRAGEM (m²)	VALOR (R\$)	EMPENHADO	FORNECEDOR
JÚLIO DE CASTILHOS	Prédio Administrativo	44,17% concluída	18/05/2018	1.914,83	2.693.400,05	1.244.000,00	PP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
PANAMBI	Prédio Pós-Colheita	88,58% concluída	17/01/2017	1.116,80	2.166.632,52	2.166.632,52	CONSTRUTORA SENGER LTDA
SANTO ÂNGELO	Almoxarifado	Iniciada em 01/17	29/07/2017	350,00	606.342,67	606.342,67	DORR & GRABIN LTDA - EPP
SANTO AUGUSTO	Prédio de laboratórios	93,58% concluída	23/03/2017	2.028,68	3.986.698,05	3.986.698,05	PAVITER - COMERCIO PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGEM LTDA
SANTO AUGUSTO	Urbanização	Iniciada em 01/17	13/09/2017	101.700,00	2.032.213,83	2.032.213,83	ALFALOG ENGENHARIA E LOGISTICA LTDA
SANTO AUGUSTO	Prédio Biblioteca	Iniciada em 01/17	10/07/2018	1.435,57	2.412.762,69	2.412.762,69	BRAGAGNOLO & LOSS CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP
ALEGRETE	Prédio Salas de Aula	77% concluída	10/03/2017	3.695,43	5.576.395,04	5.576.395,04	CONSTRUTORA SOTRIN LTDA
ALEGRETE	Prédio da Biblioteca	43 % concluída	14/03/2017	1.435,57	2.398.307,92	1.571.031,17	CONSTRUTORA SOTRIN LTDA
<u>TOTAL</u>					21.872.752,77	19.596.075,97	
Obras Paralisadas							
JÚLIO DE CASTILHOS	Refeitório	Paralisada com 86% concluída	23/08/2016	1.622,52	3.011.160,17	3.011.160,17	BRILE CONSTRUCOES LTDA. - ME
SÃO VICENTE DO SUL	Salas de Aulas Engenharias	Paralisada com 25,45% concluído	20/07/2016	624,00	820.631,78	820.631,78	CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA
SÃO VICENTE DO SUL	Reforma moradia estudantil	Paralisada com 4,10% concluído	02/10/2016	2.284,20	879.044,29	45.000,00	CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA
SÃO VICENTE DO SUL	Reforma prédio administrativo e auditório	Paralisada com 12% concluído	13/06/2016	747,00	400.050,29	45.000,00	CARAPE SERVICOS DE DESIGN LTDA
<u>TOTAL</u>					5.110.886,53	3.921.791,95	

Fonte: Simec obras/Coordenação de Engenharia

Quadro 51 - Obras planejadas para os próximos exercícios Instituto Federal Farroupilha

Ações de Capital Prioritárias Instituto	Valor Ação (R\$)
JAGUARI - Sala de Convivência	708.638
JÚLIO DE CASTILHOS - Prédio de Coordenação de Cursos Superiores	988.623
JÚLIO DE CASTILHOS - Salas de Aula	2.600.000
JULIO DE CASTILHOS – Urbanização	380.000
PANAMBI - Almoxarifado de química	250.000
PANAMBI - Área de convivência	823.518
SANTA ROSA - Prédio de laboratórios	4.381.308
SANTO ÂNGELO - Centro de convivência	800.000
SANTO ÂNGELO - Centro de Saúde	1.000.000
SANTO ÂNGELO - Salas de Aula	2.500.000
SANTO AUGUSTO - Salas de Aula	2.600.000
SÃO BORJA - Prédio de laboratórios	3.398.000
SÃO VICENTE DO SUL - Reestruturação refeitório	600.000
URUGUAIANA - Centro convivência	500.000
FREDERICO WESTPHALEN - Hospital Veterinário	3.500.000
Total	25.030.086

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha possui como alicerce as orientações da Instrução Normativa nº 4 de 12 de novembro de 2010 do Tribunal de Contas da União, que visa nortear a criação do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no âmbito Federal.

Dessa forma, a elaboração do PETI possui o intuito de orientar o planejamento institucional no que diz respeito a questões de Tecnologia da Informação (TI). O caráter estratégico fica evidenciado em seus objetivos e metas, os quais reforçam a importância da TI e garantem alinhamento às áreas de negócio da instituição.

Os objetivos estratégicos de TI têm por base dar suporte às áreas de negócio da instituição no cumprimento das metas do PPA 2012-2015. Também visa o atendimento de objetivos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) acordados na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) 2013-2015.

Estes objetivos foram estabelecidos em reuniões e Comissões Específicas. Para melhor visualização, são expostos na sequência:

1. Padronizar o uso de Sistemas Integrados de Gestão;
2. Adequar de forma qualitativa e quantitativa do quadro de pessoal de TI;
3. Ampliar, atualizar, padronizar e manter a Infraestrutura física e lógica de TI;
4. Melhorar e ampliar os Serviços de TI;
5. Alinhar ações da área de TI com os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
6. Promover o uso de políticas e estratégias de Segurança da Informação;
7. Aumentar a maturidade dos processos de governança de TI.

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação do Instituto Federal Farroupilha, concebido para o período de cinco anos, contribuirá para o aperfeiçoamento do princípio de planejamento no âmbito da Tecnologia da Informação, uma vez que auxiliará o processo decisório e as ações administrativas e gerenciais, procurando alcançar patamares cada vez mais elevados de desempenho das atividades da área de TI e da Instituição.

5.3.1 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CTI)

O CTI é constituído pelo Coordenador Geral de Tecnologia da Informação, a quem caberá à presidência do Comitê; por um Secretário Executivo escolhido pelos membros do comitê; por um representante de cada uma das Pró-Reitorias indicado pelos Pró-Reitores e pelos Coordenadores de TI de cada um dos Campi do Instituto Federal Farroupilha.

São atribuições do CTI/ Instituto Federal Farroupilha:

I. Propor a Política de Tecnologia da Informação, considerando o Planejamento Estratégico do Instituto Federal Farroupilha e melhoria contínua da gestão alinhada à missão, às estratégias e às metas institucionais;

II. Implementar e avaliar a gestão da Política de Tecnologia da Informação e da Comunicação;

III. Propor políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI;

IV. Definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação para o Instituto Federal Farroupilha;

V. Estabelecer e propor o Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação e da Comunicação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;

VI. Monitorar os valores definidos no orçamento para o conjunto das diretorias e demais unidades do IF-Farroupilha, relacionados à Tecnologia da Informação e da Comunicação, de tal forma que o seu uso se dê sempre de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;

VII. Avaliar os sistemas de informação do Instituto Federal Farroupilha e propor suas atualizações, revisões e desativações;

VIII. Recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso da Internet e da Intranet;

IX. Estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços Internet/Intranet, bem como dos novos sistemas e tecnologias existentes no mercado;

X. Aprovar projetos de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação e da Comunicação, em especial para os servidores lotados nessa área;

XI. Recomendar adoção de metodologias de desenvolvimento de sistemas e inventário dos principais sistemas e base de dados;

XII. Acompanhar a formulação, implementação e monitoramento do processo de gestão de contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC;

XIII. Acompanhar o gerenciamento do processo de contratações de bens e serviços de TI com seus respectivos parâmetros de acordos de nível de serviço, aderindo-o à Instrução Normativa nº 04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI;

XIV. Estabelecer política de minimização dos riscos e de aumento no nível de segurança das informações dos órgãos/entidades;

XV. Elaborar o seu regimento interno e submetê-lo ao Gabinete da Reitoria;

XVI. Criar grupos de trabalho e câmaras técnicas para propor soluções diante de exigências suscitadas pelo Colegiado de Dirigentes ou pelo Conselho Superior do Instituto Federal Farroupilha;

XVII. Participar de foro de debates com instituições que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, bem como ser órgão difusor dessas participações junto ao Instituto Federal Farroupilha;

XVIII. Divulgar um cronograma de atividades do Comitê para o exercício, sempre na primeira sessão ordinária do CTI.

No ano de 2016, devido aos cortes orçamentários, foram realizadas duas reuniões presenciais e duas por vídeo conferência.

Dentre as principais decisões tomadas, foram:

a) SIG – Nova metodologia de implantação, criação de GTs para desenvolvimento e conhecimento da regra de negócio.

b) Portal Institucional - Aprimoramentos das páginas dos Campi

c) Serviços de TI – Reunir os serviços em um único domínio para todos os Campi;

d) Criação do novo PDTI – Metodologia e plano de trabalho.

Em de 2016, as capacitações foram realizadas especificamente pela Escola Superior de Redes, onde possuímos o contrato do PAC e mais 6 vagas do contrato de gestão. Devido ao contingenciamento de gastos e a dificuldade de repasse de verba para a RNP, os curso via PAC (sem custo) não foram ofertados, sendo realizado apenas 4 cursos, conforme disponibilidade de recurso de cada Campus/Reitoria.

Neste eixo foram capacitados 4 servidores nos determinados cursos: Segurança de Redes e Sistemas (SEG2); Planejamento e Contratação de Serviços de TI (GTI11): 3 Inscrições; Gerência de Redes de Computadores (ADR5)

Referente ao quantitativo de pessoal, o Instituto possui atualmente 54 TIs, sendo destes, 21 analistas e 33 Técnicos de TI, distribuídos nos 11 Campi e Reitoria.

O Instituto Federal Farroupilha não possui atualmente um processo de gerenciamento de serviços de TI específico.

Os principais projetos executados no período foram:

- Implantação do VOIP no Farroupilha, com o objetivo de diminuir custos com ligações na Instituição. Este projeto demorou em torno de 8 meses para a conclusão e não precisou de nenhum grande recurso financeiro, pois já tínhamos contrato com a empresa especializada para tal;
- Implantação dos projetos Wireless Institucional. Este projeto foi planejado e adquirido para melhorar a infraestrutura de internet Wireless nos 11 Campi que o Farroupilha possui e a Reitoria, expandindo com APS e controladoras. Lembramos que o Instituto Federal Farroupilha adquiriu o sistema Integrado de Gestão e por isto há a necessidade de expansão do sinal *wi-fi* para que os alunos e servidores possam acessar na maior parte possível dos *Campi*;
- O custo inicial foi de aproximadamente R\$ 600.000,00 para a compra dos APs e POE. A conclusão do projeto foi em setembro de 2016;
- Aquisição de um kit CCNA para laboratório de Redes do *Campus* São Vicente do Sul no valor de R\$ 54.000,00;
- Ampliação da capacidade de processamentos do Data Center da Reitoria e aumento da redundância, evitando possíveis falhas. Valor: 500.000,00;
- Cabeamento da rede lógica no Campus Alegrete. Valor: R\$ 47.000,00;
- Estas ações visam atender a meta 3 do PDTI do Farroupilha (Ampliar, atualizar, padronizar e manter a Infraestrutura física e lógica de TI).(N02/N04/N06);
- Início do planejamento do novo PDTI, com conclusão em 2017;
- Início do planejamento do catálogo de serviços do Instituto Federal Farroupilha, com conclusão em 2017;
- Implantação do Sistema Integrado de Gestão – no ano de 2016 foram implantados 9 módulos.

5.3.2 Principais sistemas de informações

Quadro 52 - Sistemas computacionais utilizados em 2016

Sistemas utilizados	Detalhamento
<i>GLPI – Gestion Libre de Parc Informatique –</i>	<i>Software open-source</i> utilizado para gerenciamento de chamados no setor de suporte técnico de TI. Trabalhando integrado com o OCS temos uma solução completa de cada recurso de <i>hardware</i> dos computadores da Reitoria, bem como um sistema de atendimentos utilizado

Instituto Federal Farroupilha	diariamente na instituição sempre que algum servidor necessita de auxílio técnico, instalação de algum <i>software</i> , ou solicitação de periférico para <i>upgrade</i> .
Redmine – Instituto Federal Farroupilha	<i>Software open-source</i> utilizado para gerenciamento de projetos. Possui uma solução completa que acompanha diversas etapas desde a criação, percentual concluído, etapas e conclusão. Também é utilizado pela DTI do IF-Farroupilha como um local de fácil visualização de férias, viagens e ausências justificadas. Possui uma <i>wiki</i> que é utilizada como diretório de documentos <i>How to</i> .
Moodle – Instituto Federal Farroupilha	O ambiente <i>moodle</i> é utilizado no Instituto Federal Farroupilha para disponibilização de documentos institucionais e de interesse geral. O E-tec do Instituto Federal Farroupilha (Ensino a distância) também utiliza o <i>moodle</i> como ambiente virtual de aprendizagem nos cursos EaD.
LimeSurvey	<i>Software open-source</i> para elaboração dos mais variados questionários do Instituto Federal Farroupilha. Pesquisa de satisfação dos cursos, sugestões para melhorias na infraestrutura, atendimento dos servidores, etc.
Wordpress	Aplicativo para criação e edição de conteúdo <i>web</i> . Utilizado no Instituto Federal Farroupilha sempre que há necessidade de elaboração de páginas temporárias (por ex. concursos, processo seletivo) e que necessitam ser desenvolvidas com agilidade.
Joomla	Assim como o <i>Wordpress</i> , o <i>Joomla</i> é utilizado no Instituto Federal Farroupilha para desenvolvimento e/ou edição de páginas. A escolha do software fica a critério da equipe de desenvolvimento considerando as vantagens e desvantagens de cada uma.
SIGA	O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica começou a ser utilizado no Instituto Federal Farroupilha assim como em diversas universidades e institutos federais do país. O SIGA divide-se em SIGA EDU (módulo educacional) e SIGA-ADM (módulo administrativo). O primeiro compreende a parte relacionada a matrículas, cursos, disciplinas e tudo aquilo onde o foco seja especificamente o aluno. Já o SIGA-ADM é voltado a parte administrativa da instituição tal como controle de patrimônio, protocolo, diárias, cadastro de servidores, etc. Ambos sistemas estão atualmente em migração para o SIG.
CEUA	Sistema <i>online</i> para registro e controle de protocolos de projetos envolvendo o uso de animais.
SIG	O Sistema Integrado de Gestão foi recentemente licitado pelo Instituto Federal Farroupilha com o objetivo de atender e aprimorar muitas necessidades do Instituto. O suporte técnico é fornecido pela empresa AVMB. O <i>software</i> possui diversos módulos para atender as diversas áreas do Farroupilha e atualmente encontra-se em implantação gradativa dos módulos conforme cronograma.

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

O Quadro 53, a seguir, denominado Gestão Ambiental e sustentabilidade, está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro 53 - Gestão ambiental e sustentabilidade

Aspectos gerais relacionados ao plano de logística sustentável		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X

7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		
<p><i>A comissão foi instituída e está em fase de formalização do Plano de logística Sustentável. Deve-se destacar, que apesar de o plano não estar em evidência o Instituto vem desenvolvendo várias ações que vão de encontro com IN bem como as demais legislações que tratam da Sustentabilidade. Podemos destacar:</i></p> <p><i>1) Os editais de material de consumo preveem mecanismos referente a ações de sustentabilidade;</i></p> <p><i>2) O Setor de licitações, juntamente com o setor de almoxarifado, faz a conferências dos materiais de acordo com o estabelecido no termo de referência proposto, verificando se o material está conforme as solicitações sustentáveis solicitadas em edital.</i></p> <p><i>3) Outras ações:</i></p> <p><i>i. O papel para impressão de origem de reflorestamento;</i></p> <p><i>ii. O setor de licitações usa papel reciclado ou de origem comprovada com impressão em frente e verso;</i></p> <p><i>iii. Nos processos de licitações é solicitado que preferencialmente os documentos enviando sejam impressos em papéis reciclados observado as exigências de caráter de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL constantes na IN 01/2010 , dentre os tais, os seguintes:</i></p> <p><i>a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;</i></p> <p><i>b) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;</i></p> <p><i>c) Que os produtos utilizados no desenvolvimento do serviço não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);</i></p> <p><i>iii. Com relação ao item 4 – Não pode exigir nos processos licitatórios que os participantes possuam certidão (ISO), pois essa certificação gera ônus a empresa, desta forma, tal exigência pode gerar restrição entre os concorrentes.</i></p>			

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

É importante frisar, que o Instituto Federal Farroupilha, juntamente com seus *campi* vem ao longo do seu funcionamento, proporcionando aos discentes e servidores os materiais e condições mínimas exigidas para que os mesmos desenvolvam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento das atividades administrativas. Ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento elevado do Instituto em diversas atividades e ações, os insumos básicos ao funcionamento tiveram um crescimento significativo quanto à quantidade consumida.

Para compensar o aumento da demanda, foram adotadas estratégias para a redução do valor despendido, como a readequação da demanda contrata de energia elétrica, construção de cisternas para coleta de água da chuva, principalmente para a prevenção de incêndios, lavagem de máquinas e equipamentos, e irrigação, e impressão frente e verso nos documentos oficiais. Também foram tomadas medidas de conscientização por parte dos gestores e servidores, tais como palestras educativas, cartazes de reeducação com o objetivo do consumo racional desses insumos.

Da mesma forma, o Instituto Federal Farroupilha, buscando atender as demandas apresentadas da IN SLTI/MPOG 10/2012, criou um grupo de trabalho responsável em desenvolver ações que visem a sustentabilidade da Instituição. A ação dessa Comissão primeiramente e desenvolver e criar plano de ação que vise ao uso eficiente de recursos no âmbito da Instituição. Reflexo disto, durante o exercício de 2016 e 2017 a instituição está elaborando plano de licenciamento ambiental, a partir do qual estão sendo realizados estudos em todos os *campi* para viabilização das atividades institucionais. Conseqüentemente, serão tratados temas relevantes como descarte de resíduos, reutilização de água, entre outros.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A Instituição, através dos seus editais, busca definir critérios de sustentabilidade ambiental tanto para aquisição de bens, como na contratação de serviços ou obras.

No que se refere a obras, principalmente no que tange aos resíduos sólidos e químicos, existe a obrigatoriedade da empresa contratada de fazer o descarte atendendo a legislação vigente. Neste viés, o IFFar está implantando o estudo para analisar a viabilidade de comprovação de forma e local apropriada de descarte de resíduos de obra, durante o processo licitatório, juntamente com a documentação técnica necessária de comprovação.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar os canais de relacionamento da Instituição com a sociedade.

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

O Instituto Federal Farroupilha trabalhou no atendimento ao cidadão por meio da disponibilização de vários canais de comunicação entre o órgão e a sociedade, tais como o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), Ouvidoria através do Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), Portal Institucional e o Portal da Transparência Pública do Governo Federal.

O Instituto Federal Farroupilha promove o relacionamento com a sociedade por meio de canais que estão sob a responsabilidade de dois setores: a) Ouvidoria; e b) Serviço de Informação ao Cidadão, ambos vinculados diretamente ao Gabinete do Reitor. Esses canais foram criados para a comunidade interna e externa realizar manifestações acerca da Instituição.

Cumprindo com o disposto na Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, o Instituto Federal Farroupilha disponibiliza em seu sítio institucional www.iffarroupilha.edu.br, na seção “Acesso à Informação”, informações institucionais, ações e programas, relatórios da auditoria, convênios, despesas, licitações e contratos, servidores, perguntas frequentes e Serviço de Informação ao Cidadão, para melhor contribuir para a transparência ativa e facilitar o acesso aos cidadãos.

Por meio do SIC do Instituto Federal Farroupilha, a instituição atende e orienta os cidadãos quanto ao acesso à informação disponível no Instituto, informa sobre a tramitação de documentos nas unidades, e recebe e registra pedidos de acesso à informação no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SCI).

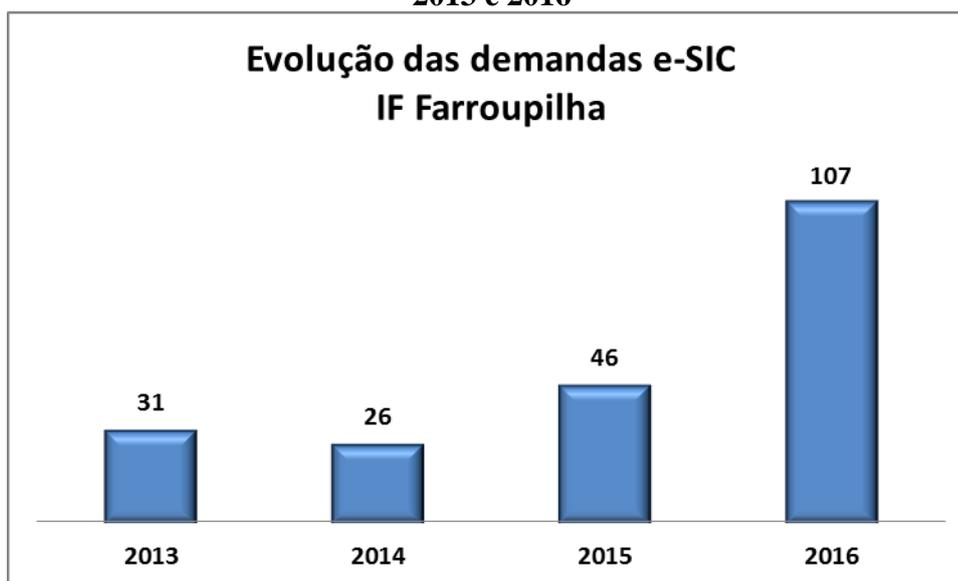
Neste mesmo sítio, encontra-se ainda a aba da ouvidoria. Esse link traz um pequeno relato das atividades desenvolvidas e a forma como o cidadão pode acessar a ouvidoria. Por intermédio da Ouvidoria, o Instituto Federal Farroupilha recebe manifestações dos cidadãos, por meio do Sistema e-OUV, por e-mail, telefone ou presencial, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, referentes às políticas implantadas e aos serviços prestados pela Instituição.

6.1.1 Serviço de informação ao cidadão (SIC)

O Serviço de Informação ao Cidadão dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o e-SIC. O sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União consiste basicamente do acesso por parte dos cidadãos ao Portal do Acesso a Informação <http://www.acessoainformacao.gov.br> e registrar o pedido de informação à Instituição. A utilização desse sistema permite o amplo acompanhamento das demandas, permitindo a emissão de relatórios a qualquer momento, bem como a verificação da satisfação do cidadão ao que se refere ao atendimento do serviço prestado.

Conforme o Gráfico 10, no ano de 2016, o SIC recebeu um total de 107 pedidos, o que corresponde aproximadamente 133% de aumento em relação à quantidade de pedidos de 2015, em que foram registrados 46 pedidos, quatro vezes mais do registrado em 2014 (26).

Gráfico 10 - Evolução das solicitações de informações no Instituto Federal Farroupilha entre 2013 e 2016

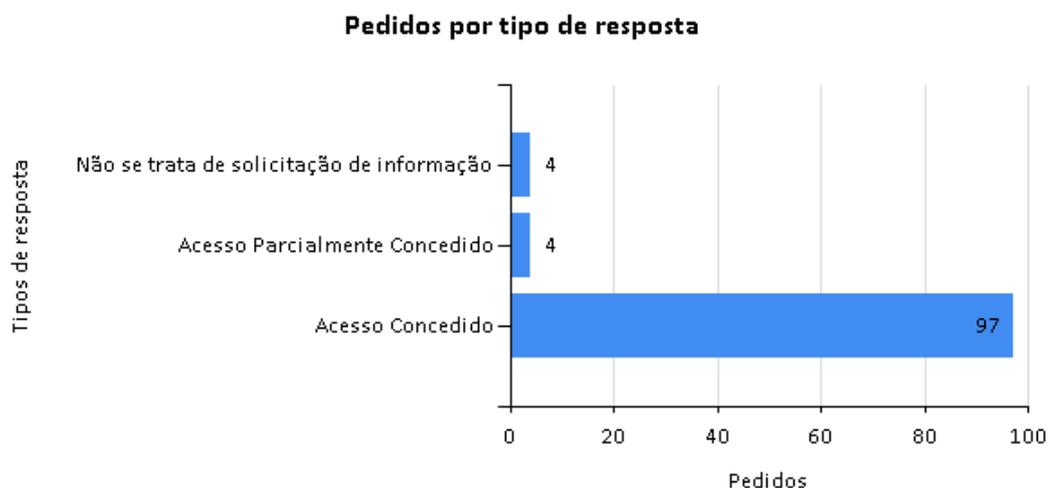


Fonte: Sistema e-SIC.

De acordo com relatório fornecido pela Controladoria Geral da União (CGU), o tempo médio de respostas para as solicitações feitas ao Instituto Federal Farroupilha, em 2016, foi de 16,38 dias, inferior ao prazo previsto pela Lei de Acesso à Informação, que é de 20 dias corridos prorrogáveis por mais dez.

Do total de solicitações, 04 obtiveram acesso parcialmente respondido, e 97 solicitações com acesso concedido.

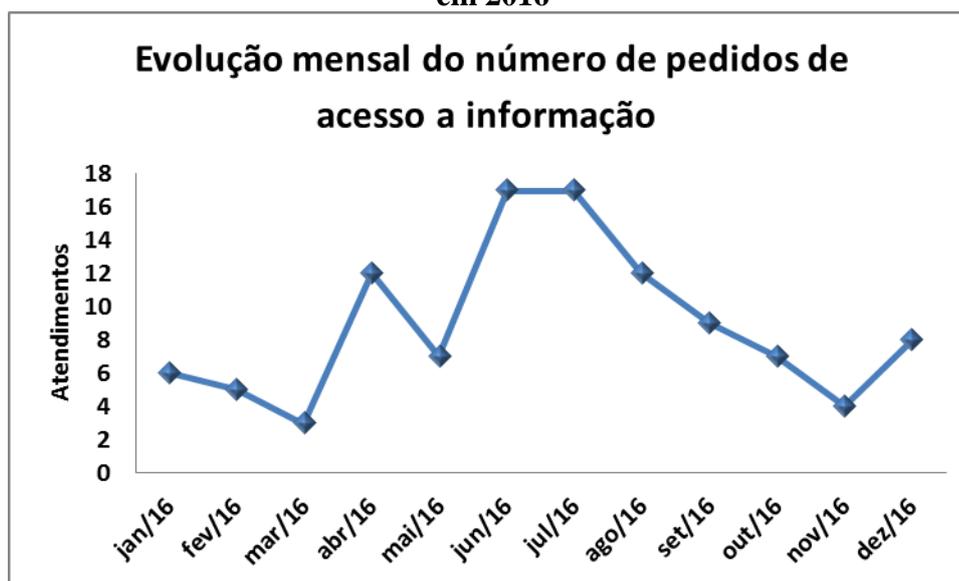
Gráfico 11 - Pedidos atendidos pelo Instituto Federal Farroupilha através do sistema e-SIC em 2016



Fonte: Sistema e-SIC

A seguir, o Gráfico 12 apresenta o quantitativo de demandas encaminhadas ao Instituto Federal Farroupilha através do sistema e-SIC em 2016 e a forma de distribuição mensal dos registros.

Gráfico 12 - Distribuição mensal das demandas do SIC para o Instituto Federal Farroupilha em 2016

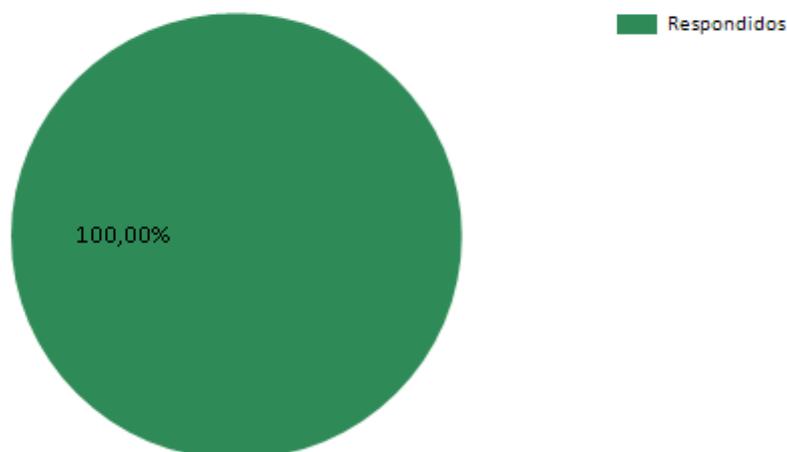


Fonte: Sistema e-SIC

Salienta-se, ainda, que no exercício de 2016 todas as demandas foram respondidas de forma satisfatória, conforme o Gráfico 13 a seguir:

Gráfico 13 - Situação dos pedidos do Instituto Federal Farroupilha em 2016

Situação dos pedidos de acesso à informação



Fonte: Sistema e-SIC (extração em 01/02/2017)

Apresenta-se, também, os principais temas abordados no exercício de 2016, através dos pedidos registrados no e-SIC. O Quadro 54 sistematiza a classificação temática dos pedidos de acesso à informação em 2016.

Quadro 54 - Classificação temática dos pedidos de acesso à informação no Instituto Federal Farroupilha em 2016

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Educação - Profissionais da educação.	47	43,93%
Educação - Educação profissional e tecnológica.	38	35,51%

Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso.	5	4,67%
Educação - Gestão escolar	4	3,74%
Educação - Legislação educacional	3	2,80%
Ciência, Informação e Comunicação – Comunicação.	2	1,87%
Saúde – Medicamentos	1	0,93%
Pessoa, família e sociedade - Assistência e desenvolvimento social.	1	0,93%
Educação - Financiamento da educação.	1	0,93%
Educação - Educação superior.	1	0,93%
Categoria e assunto.	Quantidade	% de Pedidos

Fonte: Sistema e-SIC

Das solicitações a respeito de profissionais de educação (43,93%), há uma recorrência de interesse em informações sobre previsão de concurso público, disponibilidade de códigos de vagas para cargos específicos, além de questionamentos sobre informações funcionais de servidores atuantes na Instituição, como cópias de processos de afastamento, pedidos de redistribuição e aproveitamento de concurso.

Através dos relatórios extraídos, observou-se ainda o perfil dos solicitantes: 98,89% dos solicitantes são Pessoa Física e 1,11% Pessoa Jurídica. Com relação à profissão dos solicitantes, os maiores grupos são de servidores públicos federais, representando 42,70%, seguido de professores e estudantes, que representam igualmente 14,61%, não informado 10,11%.

Quadro 55 - Perfil dos solicitantes de informações ao Instituto Federal Farroupilha em 2016

ATIVIDADE PROFISSIONAL	
Servidor público federal	42,70%
Professor	14,61%
Estudante	14,61%
Não Informado	10,11%
Outra	4,49%
Empregado - setor privado	3,37%
Profis. Liberal/autônomo	2,25%
Servidor público municipal	2,25%
Servidor público estadual	2,25%
Membro de partido político	1,12%
Membro de ONG nacional	1,12%
Pesquisador	1,12%

Fonte: Ouvidoria Instituto Federal Farroupilha

Destarte, o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do Instituto Federal Farroupilha mostra-se como um canal efetivo de comunicação com a sociedade, apresentando um crescimento ano a ano quanto à procura por informações, promovendo assim a cultura da transparência na Instituição.

6.1.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha no ano de 2016 aderiu ao sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), desenvolvido pela Controladoria-Geral da União. Este sistema é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na Internet e funciona 24 horas.

Atualmente, os usuários que desejam utilizar os serviços de Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha podem realizar através dos seguintes meios:

- a) Encaminhar a demanda pelo e-mail ouvidoria@iffarroupilha.edu.br;
- b) Utilizar o telefone, através do número 55 3218 9804;

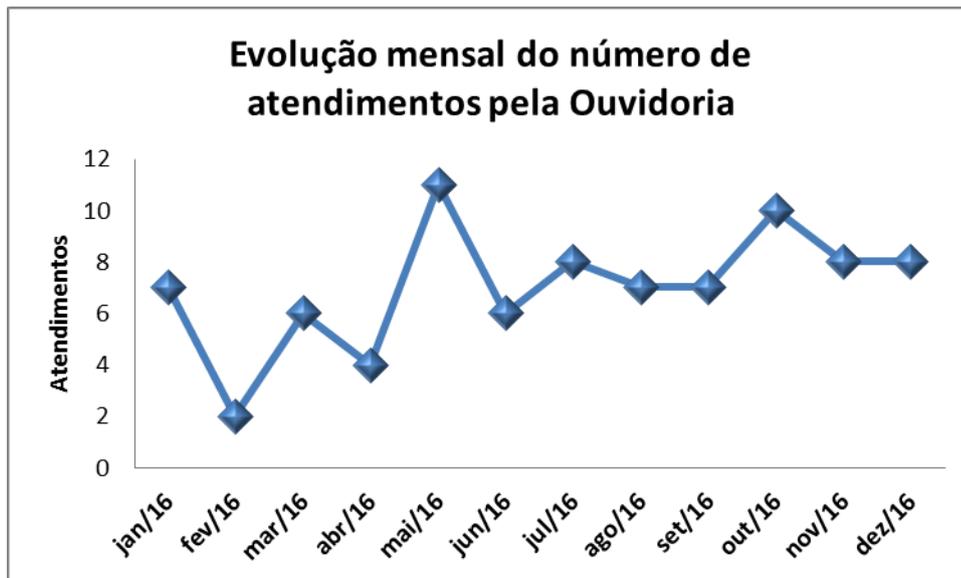
c) Utilizar o serviço de atendimento Presencial;

d) Utilizar o sistema e-OUV disponível em:

<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>

No ano de 2016, foram registradas 84 manifestações. O Gráfico 14 demonstra o registro mensal das manifestações realizadas na Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha.

Gráfico 14 - Distribuição mensal do registro na Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha em 2016

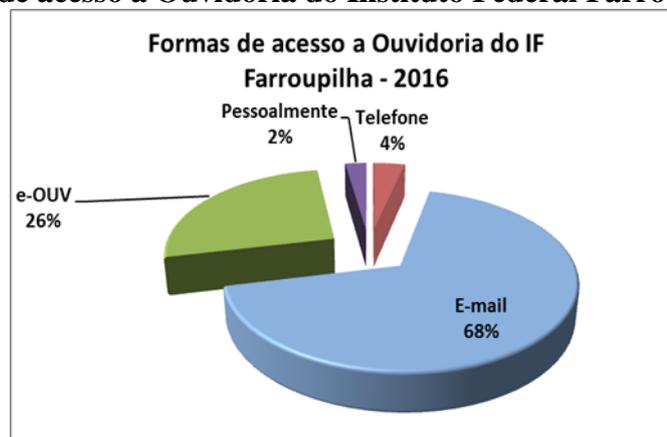


Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IF FAR

Percebe-se que a maior procura pela Ouvidoria se deu nos meses de maio (11 demandas) e outubro (10 demandas) e a menor procura ocorreu no mês de fevereiro (02). Não é possível identificar o fato que gerou maior procura pela Ouvidoria nos meses citados, as demandas do período são fatos não relacionados, entende-se então, que a procura foi maior nesses meses meramente pelo acaso.

A forma de contato mais utilizada pelos usuários da ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha no ano de 2016 foi o e-mail institucional, em seguida, o canal e-OUV.

Gráfico 15 - Canais de acesso a Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha em 2016

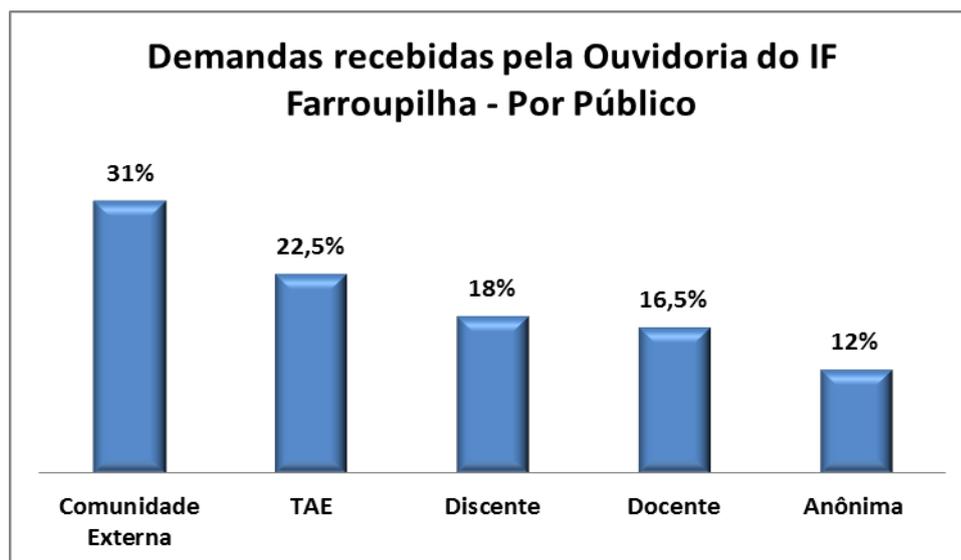


Fonte: Dados Registrados na Ouvidoria IF FAR

Conforme dados registrados, a maior demanda de atendimento à sociedade trata de dúvidas do público externo. Observa-se, ainda, que a maioria do público externo procura a Ouvidoria a fim de saber informações sobre processos seletivos, concursos, ofertas de cursos e período de matrículas.

As manifestações foram demandadas majoritariamente pelo público externo (26), técnicos administrativos em educação (19), discentes (15), docente (14), e manifestações anônimas (10), conforme o Gráfico 16 a seguir:

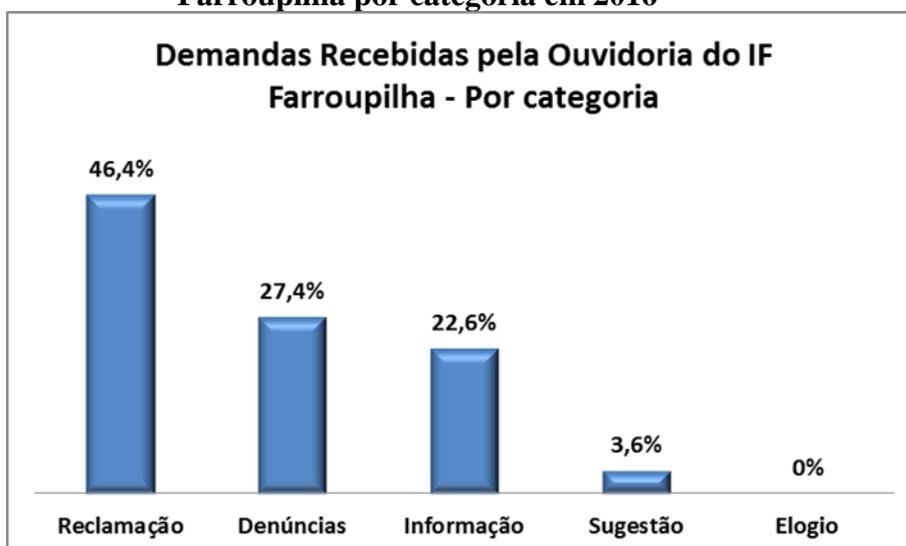
Gráfico 16 - Demandas recebidas pela Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha por público em 2016



Fonte: Ouvidoria Instituto Federal Farroupilha

Quanto à natureza das demandas registradas na Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha no ano de 2016, dividiram-se entre reclamações (39), denúncias (23), informações (19), sugestões (3), conforme o Gráfico 17 a seguir:

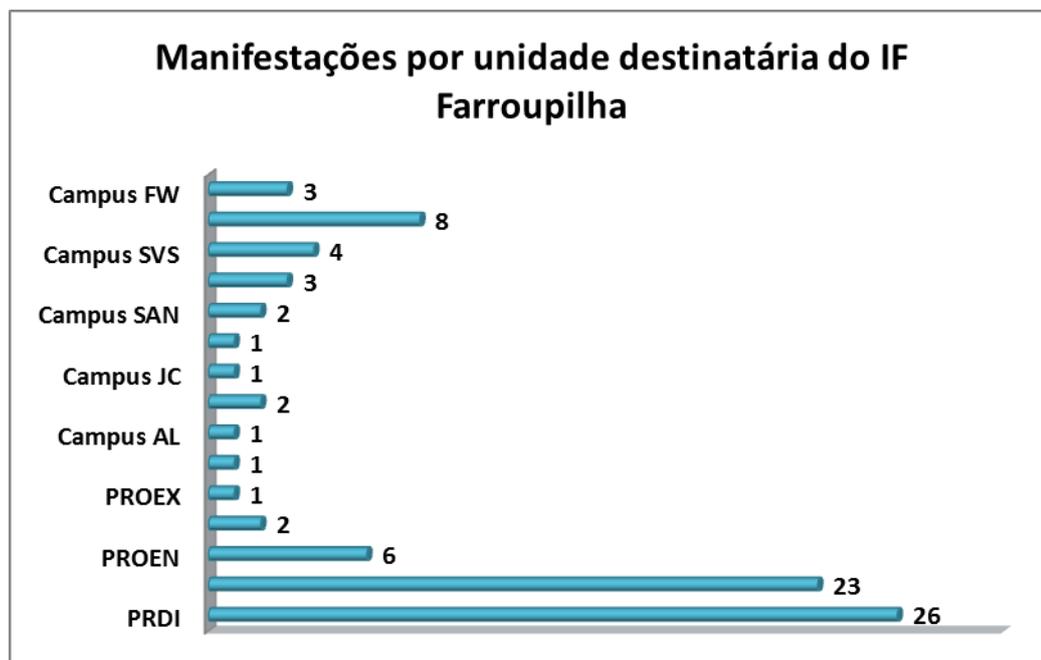
Gráfico 17 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha por categoria em 2016



Fonte: Ouvidoria Instituto Federal Farroupilha

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha registrou ainda os setores que possuem maior número de demandas no ano de 2016: Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Gabinete. A PRDI registrou 26 demandas de manifestação e o Gabinete 23. Tais números são esperados pela instituição uma vez que a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas-PRDI atende a todas as demandas relativas ao quadro de pessoal e o Gabinete responde por todas as Unidades e Reitoria.

Gráfico 18 - Distribuição das manifestações junto à Ouvidoria por unidade do Instituto Federal Farroupilha em 2016



Fonte: Ouvidoria Instituto Federal Farroupilha

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão foi instituída pelo Decreto Federal nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. No Instituto Federal Farroupilha, a referida carta foi produzida em novembro/dezembro de 2015 e pode ser acessada no site institucional, por meio do link: <http://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>.

O documento é baseado no modelo da Carta do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto às formas de acesso aos serviços prestados.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha não possui sistema próprio para o controle das demandas, dessa forma, a Ouvidoria não realiza controle de satisfação dos serviços prestados a comunidade. A única forma de registro de satisfação é através de e-mail enviado do usuário para a Ouvidoria. No exercício de 2016, não houve registros nesse sentido.

Já o e-SIC possui Sistema Eletrônico próprio que disponibiliza a ferramenta de relatório extraído do Sistema, no decorrer do exercício 2016, porém não foram registradas reclamações.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

- Portal do Instituto Federal Farroupilha: <http://www.iffarroupilha.edu.br/>
- Regimento Geral: <http://www.iffarroupilha.edu.br/regimento-geral>
- Conselho Superior (CONSUP): <http://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>
- Plano de desenvolvimento Institucional: <http://www.iffarroupilha.edu.br/2014-11-24-21-09-36>
- Relatórios de gestão anteriores: <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Editais publicados: <http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>
- Boletins de serviço: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=62>
- Ouvidoria: <http://www.iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC): <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>
- Contato: <http://www.iffarroupilha.edu.br/form-contato>

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O IFFAR busca garantir o acesso fácil aos seus serviços, produtos e instalações por pessoas que apresentam alguma deficiência, por meio de ações capitaneadas pela Coordenação de Ações Inclusivas (CAI). Essa coordenação é regulamentada pela Resolução CONSUP Nº 015/2013, sendo que há uma CAI em cada *campi* da Instituição e uma na Reitoria. Tem por objetivo principal, em consonância direta com os objetivos da Gestão Institucional prevista no PDI, colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da Política de Diversidade e Inclusão do IFFAR, com vistas a garantir o acesso, a permanência e a formação qualificada de todos os sujeitos.

Especialmente em atendimento à Lei 10.098/2000, ao Decreto 5.296/2004 e às normas técnicas da ABNT aplicáveis, ao longo do ano de 2016, o IFFAR trabalhou nas seguintes ações: conclusão do levantamento de acessibilidade arquitetônica em todos os campi e Reitoria; orientações à Comissão de Infraestrutura em relação aos projetos de prédios a serem construídos, considerando a acessibilidade arquitetônica e orientação às adaptações dos prédios antigos da instituição; conclusão do termo de licitação coletiva para aquisição de materiais adaptados e de acessibilidade aos campi; conclusão dos Vídeos das Ações Inclusivas sobre etiqueta para convivência sobre Deficiência Auditiva, Visual, Físico/Motora e Deficiência Intelectual; elaboração, produção e gravação de vídeos institucionais dos Hinos Nacional e do Rio Grande do Sul em Língua Brasileira de Sinais - Libras; aprovação do Regulamento sobre Terminalidade Específica (Resolução CONSUP Nº 060/2016) e , aprovação da inclusão do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - NUGEDIS (Resolução CONSUP Nº 023/2016) na composição das CAIs; auxílio na Organização do Livro sobre as ações inclusivas no IFFAR, com o título “Inclusão e Diversidade: repensando saberes e fazeres na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica” (Paco Editorial); aquisição de Máquina Fusora para uso do Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/Pedagógicos - NEAMA; Palestras e Formações com temáticas de inclusão, diversidade e gênero nos campi do IFFAR e na Reitoria.

Todos os *campi* já possuem ou encontra-se em andamento: Instalações de piso tátil, sinalização visual, vagas nos estacionamentos, servidores intérpretes de Libras, docente de Libras, docente educador especial, sala de recursos multifuncionais, mapa tátil, banheiros adaptados para PcD.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

Ao longo do exercício de 2016, vários fatores influenciaram as ações institucionais, mas a que trouxeram maior impacto foram os de contexto orçamentário e financeiro. Dessa forma, fica difícil apresentar de forma clara uma compatibilidade mínima entre as obrigações assumidas no contexto do dispêndio, com os repasses financeiros para quitar dos compromissos assumidos, pois todos os meses do exercício em questão, o montante de recursos financeiros disponibilizado foi inferior aos valores a serem pagos. Em alguns meses, os valores liberados foram inferiores a 60% do liquidado, principalmente na fonte 112000000. Os recursos oriundos do FNDE, foram os que tiveram maior atraso no repasse. Os repasses da fonte 10000000, sempre tiveram as liberações na sua totalidade. Destaco aqui, que a abordagem exclui o financeiro referente as ações da folha de pagamento. Os repasses oriundos dos termos de execução descentralizada tiveram atraso significativo, em média 45 dias desde a liquidação e a liberação de recursos para pagamento. Este lapso temporal acabou gerando problemas de execução.

Quadro 56 - Despesas pagas e a pagar, exercício 2016 em reais, saldo em 31.12.2016.

ANO / DESPESA	EXERCÍCIO			RESTOS A PAGAR		DESPESAS A PAGAR
	DESPESAS PAGAS	DESPESAS PAGAS - EXCETO FOLHA	DESPESAS A PAGAR	DESPESAS PAGAS	DESPESAS A PAGAR	
2015	197.255.533,46	37.944.050,39	7.897.062,23	21.261.541,44	1.057.961,12	8.955.023,35
2016	234.694.502,17	44.611.310,20	1.174.047,26	24.896.842,23	269.477,33	1.443.524,59

Fonte: Tesouro Gerencial

O Quadro 56 demonstra o déficit acumulado ao longo de 2015. Aproximadamente 15% de todas as despesas pagas no exercício. Como consequência, evidenciou-se o atraso no pagamento dos fornecedores, gerando diversas paralizações de serviços terceirizados e negativas de entrega de mercadorias e serviços, por incerteza quanto ao recebimento sobre os produtos. É notório também atraso e paralisação nas obras em andamento na instituição em virtude do repasse de financeiro insuficiente para cobrir as demandas.

Um dado importante que precisa ser observado é a média de liquidação das despesas do instituto, extraído a folha de pagamento, ao longo dos meses de 2015. A mesma atingiu aproximadamente R\$ 5,6 milhões de reais. Dessa forma, pode-se concluir que o déficit correspondeu em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente uma vez e meio a média das liquidações.

No exercício de 2016, o déficit financeiro no encerramento do exercício foi de R\$1,44 milhões, cerca de 2% do total liquidado no exercício. Observou-se redução significativa do déficit se comparado com 2015.

As principais fontes com déficit foram as oriundas dos termos de descentralização vinculados principalmente ao FNDE, das ações bolsa formação (20RW) e e-tec (0509), e a SETEC, das ações da Expansão e Restruturação da Rede (20RG) e Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (6380). Essas ações correspondem a 79% do déficit financeiro do exercício.

É importante enfatizar, que apesar do déficit percentualmente baixo, em termos nominais os valores são expressivos. Esses atrasos impossibilitou o pagamento em dia de serviços como limpeza, segurança, motoristas, telefonistas entre outros.

Destaca-se também que o montante de déficit na casa de R\$1,44 milhões, é retrato do final de exercício, pois ao longo do ano os déficits foram significativamente maiores, principalmente nos dois primeiros trimestres.

7.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Instituto Federal Farroupilha adota desde o exercício de 2010 as recomendações e regras da NBCT 16.9, sendo que mensalmente é feito ajuste e atualização do valor acumulado da conta contábil de depreciação e as contas correntes que correspondem aos bens móveis no SIAFI. Quanto a esses procedimentos, podemos garantir que não existem fatos relevantes de disparidades e ajustes que sejam necessários ser apontados, pois durante o exercício de 2014 a Coordenação de Contabilidade realizou um trabalho de ajuste nos saldos que teve êxito mas que exigiu muito tempo e dedicação. Porém sempre existem os novos fatos, contudo a CCONT está em monitoramento constante e sempre dando suporte para que as Unidades Gestoras subordinadas resolvam seus problemas de nível Contábil-Patrimonial.

Quanto a aplicação da NBCT 16.10, é possível afirmar que os itens 4 a 35 são aplicados praticamente em sua totalidade sendo que alguns desses ditames não encontram aplicabilidade na conjuntura contábil do Instituto Federal Farroupilha. Está sendo providenciada comissão para a realização de Reavaliação dos bens móveis, sendo que no exercício 2016 já foi feita a Reavaliação dos bens imóveis, e a instituição está em processo de lançamento desses valores no SPIUNET.

O método de cálculo da Depreciação, Amortização, Exaustão utilizado pela UJ segue o adotado pela Reitoria do Instituto Federal Farroupilha, que é o Método das quotas lineares (constantes), tendo como bases para o cálculo o valor contábil do bem e sua expectativa de vida útil. Exemplificando, podemos dizer que se um bem tem 10 anos de vida útil estimada, ele terá que ser depreciado em 10% ao final de cada exercício, o que no mês significa 0,83333333% de depreciação mensal.

A estimativa da vida útil dos bens da Instituição está sendo feita com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, pois devido às peculiaridades de cada item (maior ou menor período de utilização), buscou-se preservar as características essenciais de cada um, haja vista sua vida definida ou indefinida como elemento patrimonial, levando-se como referência o que reza a Macrofunção 020330 e a tabela que a mesma apresenta.

Conforme determinação da Secretaria do Tesouro Nacional, através da Macrofunção 020330, as taxas utilizadas para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização nos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas serão realizadas pelo sistema de controle patrimonial de cada órgão. Entretanto, com o intuito de padronizar critérios de mensuração e viabilizar a divulgação das informações contidas no Balanço Geral da União, foi editada, na referida Macrofunção, uma tabela de vida útil para cada conta contábil e seu respectivo valor residual, que é o parâmetro usado pelo Instituto Federal Farroupilha para o registro da Depreciação dos seus bens permanentes, conforme expresso em tabela abaixo.

Quadro 57 - Vida útil das contas contábeis no Instituto Federal Farroupilha

CONTAS	ITEM	VIDA ÚTIL	VALOR RESIDUAL
142121400	ARMAMENTOS	20 ANOS	15%
142121600	BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
142121800	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10 ANOS	0%
142121900	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5 ANOS	10%
142122000	EMBARCAÇÕES	-	-
142122200	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20 ANOS	10%
142122400	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO E SOCORRO	10 ANOS	10%
142122600	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	20 ANOS	10%
142122800	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20 ANOS	10%
142123000	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10 ANOS	10%
142120400	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 ANOS	10%

142120600	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 ANOS	20%
142120800	APARELHOS E EQUIPAMENTOS E UTENS. MED., ODONT., LABORAT. E HOSP.	15 ANOS	20%
142121000	APARELHOS E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	10 ANOS	10%
142121200	APARELHOS E UTENS. DOMEST.	10 ANOS	10%
142121300	ARMAZÉNS ESTRUTURAISC-COBERTURAS DE LONA	10 ANOS	10%
142123200	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 ANOS	10%
142123300	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 ANOS	10%
142123400	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10 ANOS	10%
142123500	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5 ANOS	10%
142123600	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES EUTENS. DE ESCRITÓRIO	10 ANOS	10%
142123800	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10 ANOS	10%
142123900	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10 ANOS	10%
142124000	MÁQUINAS UTENSÍLIOS AGRIC./AGROP. E RODOVIÁRIOS	10 ANOS	10%
142124200	MOBILIÁRIO EM GERAL	10 ANOS	10%
142124600	SEMOVENTES E EQUIP. MONTARIA	10 ANOS	10%
142124800	VEÍCULOS DIVERSOS	15 ANOS	10%
142124900	EQUIPAMENTOS E MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10 ANOS	10%
142125000	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30 ANOS	10%
142125100	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 ANOS	10%
142125200	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15 ANOS	10%
142125300	CARROS DE COMBATE	30 ANOS	10%
142125400	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30 ANOS	10%
142125600	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACES. DE PROTEÇÃO AO VOO	30 ANOS	10%
142125700	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5 ANOS	10%
142125800	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15 ANOS	10%
142126000	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15 ANOS	10%
142128300	EQUIPAMENTOS E SISTEMA VIG. AMBIENTAL	10 ANOS	10%

Fonte: Coordenação de Contabilidade.

A avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, estoques, investimentos, do intangível e do diferido são feitas com base nos relatórios do SIAFI OPERACIONAL e do TESOURO GERENCIAL e tudo é controlado com o auxílio de sistemas auxiliares e paralelos de controle patrimonial e de almoxarifado que mantêm registros atualizados de entrada e saída de materiais e que também fornecem relatórios para os ajustes no SIAFI OPERACIONAL.

7.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Quanto a apuração dos custos, a Coordenação de Contabilidade junto à Pró-Reitoria de Administração já implantou ações no sentido de mensurar por departamento e por atividade os reais custos que incidem nas dependências e nas diversas atividades do Instituto Federal Farroupilha, tanto nos setores de suporte, atividade meio, Administrativa, quanto nos setores da atividade fim, ensino, extensão, pesquisa etc, adotando uma sistemática de setorização dos Plano Internos de trabalho que permite, com mais facilidade, visualizar quanto foi gasto por cada setor e em que atividade os recursos foram aplicados. Outra ação é a criação de UGR que também setoriza e segmenta as Unidades Gestoras e também permite ver como e onde os recursos estão sendo usados e quanto cada setor e suas atividades estão custando para a Instituição. Somente no exercício de 2016, a Coordenação de Contabilidade deste órgão obteve a informação sobre onde acessar o Sistema de Custos da Administração Federal (Tesouro Gerencial) ao participar de evento a respeito do assunto em Brasília na ESAF. Assim sendo, a instituição está em processo inicial de levantamento de custos diretos, indiretos, unitários, setorizados e totais através deste instrumento pois desde 2013 se buscava uma orientação precisa e não se tinha sucesso neste objetivo junto aos órgãos superiores. Os setores responsáveis pela contabilidade na instituição sugerem que o Instituto Federal Farroupilha adquira programa (software) paralelo para gerenciamento e apuração dos seus

custos, isso irá assegurar uma maior aproximação da realidade, de se poder estimar, por exemplo, quanto custa um servidor ou um aluno para a Instituição.

7.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Em anexo.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No decorrer do ano de 2016, a instituição recebeu 18 (dezoito) recomendações expedidas pela Controladoria Geral da União CGU/RS, as quais foram respondidas e se encontram em análise/monitoramento pelo órgão de controle através do Sistema Monitor CGU.

No Arquivo, em anexo, encontra-se o *Relatório de Acompanhamento Recomendações*.

8.2 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIOO

Quadro 58 - Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2016

Casos de dano Objeto de medidas administrativas internas	Tomada de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito <R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamentos			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não comprovação	Débito <R\$ 75.000			
03								

Fonte: Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos

O lançamento feito no item “Débito < R\$ 75.000” é relativo a informações sobre o desaparecimento de patrimônio da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha, acidente com veículo oficial e utilização indevida do auxílio transporte, ainda em processo de instauração de sindicâncias investigativas.

8.3 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Este item tem por finalidade demonstrar informações relativas às disposições do art. 5º da Lei 8.666/93, quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

A regra instituída pelo artigo quinto da Lei de licitações, a qual indica a necessidade de atender de forma estrita ordem cronológica dos pagamentos é respeitada dentro das possibilidades de suficiências de saldo nas dotações orçamentárias empenhadas. Observou-se alguns fatores que dificultaram a observação do cronograma de forma contundente, são eles;

a) O montante financeiro disponibilizado para pagamento ao longo dos últimos três exercícios foi sempre inferior ao total liquidado a pagar;

b) As liberações ,na maioria das vezes, ocorreram uma vez por mês, geralmente, com data base para coleta de informações dias anteriores ao final do mês corrente;

c) As liberações recursos provenientes do FNDE, através de fonte específica, demora mais que as demais fontes relativas ao orçamento consignado na LOA;

d) Não há uma sincronia entre a liberação de recursos das fontes de recursos descentralizados com os consignados na LOA. Dessa forma, não há como seguir de forma rígida o cronograma de pagamento, mas sim um cronograma por fonte de vinculação.

e) Não há segurança quanto ao montante financeiro liberado, isso faz com que o gestor defina o que vai ser pago em função da continuidade dos serviços que envolvem terceirizados, em

detrimento dos demais pagamentos. Isso ocorre para que os serviços não sejam paralisados nem haja prejuízos principalmente nas atividades de ensino;

f) Definição por parte da SPO/SETEC/MEC, de prioridades de pagamentos na seguinte ordem: 1) Despesas com assistência aos estudantes; 2) Despesas com energia elétrica, água e esgoto; 3) Demais despesas.

g) Os recursos de investimento sempre chegam em menor proporção do que os de custeio; e quando se refere a TED, as dificuldades de liberação são ainda maiores.

Quanto ao controle, o mesmo é realizado através das ferramentas de próprio sistema de operacionalização dos pagamentos (SIAFI), dos relatórios do Tesouro Gerencial e da constante orientação aos atores envolvidos no processo de execução orçamentária e financeira. Entende-se que a capacitação e orientação dos envolvidos possibilita o entendimento do processo e, conseqüentemente, a redução dos riscos.

Destaca-se que a instituição possui regulamento que institui procedimentos e regras no que se refere a compras, licitações e contratos, porém a base legal para esse ponto recai sobre o art. 5º da Lei 8.666/93.

8.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Este item tem por finalidade fornecer informações sobre as revisões realizadas pela UPC em contratos firmados com empresas de segmentos que se beneficiaram da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Cabe destacar que foi realizada análise prévia dos contratos vigentes e encerrados no âmbito institucional. A partir disso, surgiram dúvidas sobre a interpretação dos contratos relativos a obras e a empresas relacionadas a TI, o que permitiu evidenciar a necessidade de análise mais profunda e qualificada. Dessa forma, a instituição deverá desenvolver o estudo referente a revisão dos contratos.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Neste tópico, apresenta-se informações relevantes sobre as despesas com ações de publicidade e propaganda, contemplando a classificação correspondente à despesa, bem como à apresentação dos principais resultados.

Quadro 59 - Despesas com publicidade e propaganda do Instituto Federal Farroupilha, exercício de 2016 em mil reais.

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2080.20RL.26420.0043	9.247,10	311,70
Legal*	2080.20RL.26420.0043	513.399,70	590.492,41
Mercadológica			
Utilidade pública	2080.20RL.26420.0043	15.809,20	13.490,18

*Obs.: Valores pagos RP em 2016 = R\$ 172.533,02

Fonte: SIAFI/TESOURO GERENCIAL

Destaca-se que os valores gastos referentes às ações de publicidade e propaganda foram desenvolvidas por intermédio da EDC, através de contrato firmado com a mesma. É mister indicar que as despesas são executadas de forma descentralizada nas unidades executoras.

8.6 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Quadro 60 - Oferta de Língua Brasileira de Sinais – Libras conforme o art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1128930	Alegrete/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Alegrete.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1191349	Júlio de Castilhos/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Juliodecastilhos%20(2).pdf
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1314994	Panambi/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Panambi.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1309618	Santa Rosa/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_Santa%20Rosa.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1342455	Santo Augusto/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_SantoAugusto.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas	1103186	São Vicente do Sul/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicCienciasBiologicas_SaoVicentedoSul.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Computação	121464	Santo Augusto/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/58b971f4661ec_LicComputacao_SantoAugusto.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Computação	1379294	Santo Ângelo/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicComputacao_SantoAngelo.pdf

Curso Superior de Licenciatura em Física	1168335	São Borja/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/57bd96239b34f_LicFisica_SaoBorja.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1128936	Alegrete/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicMatemática_Alegrete%20(1).pdf
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1103185	Júlio de Castilhos/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicMatemática_Juliodecastilhos%20(2).pdf
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1128938	Santa Rosa/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicMatemática_SantaRosa.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Matemática	1168573	São Borja/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicMatemática_SaoBorja%20(3).pdf
Curso Superior de Licenciatura em Química	1103163	Alegrete/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicQuímica_Alegrete%20(3).pdf
Curso Superior de Licenciatura em Química	1128937	Panambi/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicQuímica_Panambi.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Química	1128939	São Vicente do Sul/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/LicQuímica_SaoVicentedoSul.pdf
Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias	1269249	Jaguari/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/57ff7ad9a094d_LicEducacaoCampo_Jaguari%20(1).pdf
Curso Superior de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza	1269210	Jaguari/RS	Sim	Sim. Site: file:///D:/Downloads/57ff7ad9a094d_LicEducacaoCampo_Jaguari%20(1).pdf

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório de Gestão consiste no conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, relativos à gestão organizacional. Sua elaboração visa a possibilitar uma visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão, bem como facilita e auxilia na transparência da gestão, por meio da disponibilização de informações à sociedade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha tem como missão promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Em 2016, a instituição atuou para dar continuidade e cumprimento ao planejamento estratégico definido no PDI 2014-2018. Assim, foram realizadas ações que possibilitaram ampliar o atendimento aos discentes, tornar as rotinas de trabalho administrativo mais eficientes, aumentar a oferta de cursos e vagas oferecidos pelo Instituto e realizar investimentos em infraestrutura e equipamentos.

É importante registrar que, durante o referido exercício, o Instituto Federal Farroupilha enfrentou algumas dificuldades como a redução dos recursos orçamentário e o déficit no quantitativo de servidores. Mas, ainda assim, a instituição conseguiu superá-las e já iniciou o ano de 2017 realizando ações de readequação do planejamento orçamentário, incluindo novas estratégias para redução de custos, ações para nomeação de diversos novos servidores, por meio de concurso público iniciado no final de 2016, bem como ações que visem a aumentar a procura pelos cursos ofertados. Também trabalhou em ações para diminuir os índices de evasão e de retenção escolar e ações que proporcionem a articulação entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo o diferencial de qualidade do ensino proposto pela instituição.

O presente Relatório de Gestão, por ser um documento de Autoavaliação do Instituto Federal Farroupilha, além de prestar contas aos órgãos de controle, também serve como uma importante ferramenta de gestão, pois muitas decisões da Instituição são tomadas a partir dos resultados apresentados no relatório.

Assim, com a apresentação do Relatório de Gestão, o Instituto Federal Farroupilha realiza sua prestação de contas, referente ao exercício de 2016 e atende a sua obrigação junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme previsto no art. 70 da Constituição Federal e considerando as demais normativas e orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União.



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	13.613.169,12	15.513.589,44
INGRESSOS	311.641.439,18	267.036.471,02
Receitas Derivadas e Originárias	1.437.929,07	983.004,63
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	163.647,55	199.543,87
Receita Agropecuária	214.361,84	168.060,41
Receita Industrial	101.701,81	47.184,87
Receita de Serviços	741.472,51	306.963,52
Remuneração das Disponibilidades	166.766,22	195.433,61
Outras Receitas Derivadas e Originárias	49.979,14	65.818,35
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	310.203.510,11	266.053.466,39
Ingressos Extraorçamentários	225.332,68	474.745,19
Transferências Financeiras Recebidas	309.978.177,43	265.572.222,01
Demais Recebimentos	-	6.499,19
DESEMBOLSOS	-298.028.270,06	-251.522.881,58
Pessoal e Demais Despesas	-217.894.374,10	-179.513.419,39
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-8.514.812,95	-6.325.656,94
Trabalho	-	-
Educação	-209.379.561,15	-173.187.762,45
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-27.563.495,28	-23.731.834,44
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-27.528.104,24	-23.675.229,24
Outras Transferências Concedidas	-35.391,04	-56.605,20
Outros Desembolsos das Operações	-52.570.400,68	-48.277.627,75
Dispêndios Extraorçamentários	-205.873,81	-474.745,19
Transferências Financeiras Concedidas	-52.338.884,71	-47.802.882,56
Demais Pagamentos	-25.642,16	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.133.475,02	-15.271.821,07
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-14.133.475,02	-15.271.821,07
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.806.967,34	-15.247.386,07
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-326.507,68	-24.435,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-520.305,90	241.768,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.447.035,92	3.205.267,55
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.926.730,02	3.447.035,92



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	421.015.670,06	309.655.252,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.233.879,32	723.720,14
Venda de Mercadorias	214.361,84	168.060,41
Vendas de Produtos	110.794,35	47.190,19
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	908.723,13	508.469,54
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	166.812,13	195.477,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	45,91	43,86
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	166.766,22	195.433,61
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	319.507.946,07	269.451.322,51
Transferências Intragovernamentais	309.978.177,43	265.572.222,01
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	9.529.768,64	3.879.100,50
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	100.056.923,78	39.218.957,93
Reavaliação de Ativos	26.386.316,78	4.431.228,13
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	67.828.221,74	29.143.366,02
Ganhos com Desincorporação de Passivos	5.842.385,26	5.644.363,78
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	50.108,76	65.774,49
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	50.108,76	65.774,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	370.859.045,19	306.496.786,54
Pessoal e Encargos	183.006.027,93	153.943.812,42
Remuneração a Pessoal	142.942.903,06	121.774.761,03
Encargos Patronais	27.031.133,66	22.819.218,03
Benefícios a Pessoal	13.006.333,11	9.293.702,26
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	25.658,10	56.131,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8.524.079,44	5.666.612,96
Aposentadorias e Reformas	7.385.623,44	4.606.817,88
Pensões	1.138.456,00	1.059.795,08
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	48.084.428,10	43.376.873,45
Uso de Material de Consumo	4.471.631,52	4.077.438,69
Serviços	37.440.307,80	33.743.142,88
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.172.488,78	5.556.291,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	15.859,97	16.216,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	10.348,03	14.249,27
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	5.511,94	1.967,47
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	61.249.604,13	50.986.367,77
Transferências Intragovernamentais	52.338.884,71	47.802.882,56
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.910.719,42	3.183.485,21
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	63.666.681,06	45.557.033,16
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.263.833,82	1.057.052,07
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	67.618,84	52.289,24
Incorporação de Passivos	-	6.732.745,66
Desincorporação de Ativos	59.335.228,40	37.714.946,19



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	177.979,57	111.285,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	27.315,69	39.804,41
Contribuições	150.663,88	71.480,85
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.134.384,99	6.838.584,78
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.843.447,60	6.541.512,33
Subvenções Econômicas	35.391,04	56.605,20
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	255.546,35	240.467,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	50.156.624,87	3.158.466,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.437.929,07	983.004,63	Despesas Orçamentárias	259.802.047,40	224.216.531,44
Ordinárias	34.233,40	25.163,70	Ordinárias	80.159.257,96	35.291.988,75
Vinculadas	1.417.438,34	962.321,56	Vinculadas	179.642.789,44	188.924.542,69
Educação		177,00	Educação	172.095.390,10	145.307.556,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.417.438,34	962.144,56	Seguridade Social (Exceto RGPS)	6.408.168,45	378.740,52
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-13.742,67	-4.480,63	Operação de Crédito	250.000,00	42.325.675,34
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	889.230,89	672.570,43
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		240.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	309.978.177,43	265.572.222,01	Transferências Financeiras Concedidas	52.338.884,71	47.802.882,56
Resultantes da Execução Orçamentária	269.064.627,49	230.742.170,61	Resultantes da Execução Orçamentária	34.851.570,56	31.497.884,78
Repasse Recebido	234.262.195,13	199.244.285,83	Repasse Concedido	49.138,20	
Sub-repasse Recebido	34.802.432,36	31.497.884,78	Sub-repasse Concedido	34.802.432,36	31.497.884,78
Independentes da Execução Orçamentária	40.913.549,94	34.830.051,40	Independentes da Execução Orçamentária	17.487.314,15	16.304.997,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	39.714.604,56	33.246.178,81	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.453.080,75	16.279.657,08
Demais Transferências Recebidas	461,52		Movimento de Saldos Patrimoniais	34.233,40	25.340,70
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.198.483,86	1.583.872,59	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	25.332.877,91	27.442.242,36	Despesas Extraorçamentárias	25.128.358,20	21.736.286,63
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.174.047,26	7.897.062,23	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.272.865,46	4.949.891,08
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	23.933.497,97	19.063.935,75	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	16.623.976,77	16.311.650,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	225.332,68	474.745,19	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	205.873,81	474.745,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	6.499,19	Outros Pagamentos Extraorçamentários	25.642,16	-
Demais Recebimentos		6.499,19	Demais Pagamentos	25.642,16	
Saldo do Exercício Anterior	3.447.035,92	3.205.267,55	Saldo para o Exercício Seguinte	2.926.730,02	3.447.035,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.447.035,92	3.205.267,55	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.926.730,02	3.447.035,92
TOTAL	340.196.020,33	297.202.736,55	TOTAL	340.196.020,33	297.202.736,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	199.968.419,93	162.970.715,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.968.419,93	162.970.715,04

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	3.289.484,28	3.810.412,51	PASSIVO FINANCEIRO	28.342.509,73	35.594.110,03
ATIVO PERMANENTE	196.678.935,65	159.160.302,53	PASSIVO PERMANENTE	419.637,44	-
			SALDO PATRIMONIAL	171.206.272,76	127.376.605,01

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	22.409.554,92	13.949.639,87	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.856.223,68	5.514.054,17
Execução dos Atos Potenciais Ativos	22.409.554,92	13.949.639,87	Execução dos Atos Potenciais Passivos	6.856.223,68	5.514.054,17
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	117.946,00	117.946,00	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	22.274.351,05	13.814.436,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	10.606,34	10.606,34
Direitos Contratuais a Executar	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais a Executar	6.845.617,34	5.503.447,83
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	22.409.554,92	13.949.639,87	TOTAL	6.856.223,68	5.514.054,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.032.107,83
Recursos Vinculados	-19.020.917,62
Educação	-20.569.775,63
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-184.598,55
Operação de Crédito	4.556,99
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.739.635,33
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-10.735,76
TOTAL	-25.053.025,45



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	952.622,00	952.622,00	1.437.929,07	485.307,07
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	426.874,00	426.874,00	330.413,77	-96.460,23
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	199.484,00	199.484,00	163.647,55	-35.836,45
Valores Mobiliários	227.390,00	227.390,00	166.766,22	-60.623,78
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	119.027,00	119.027,00	214.361,84	95.334,84
Receita Industrial	73.463,00	73.463,00	101.701,81	28.238,81
Receitas de Serviços	301.985,00	301.985,00	741.472,51	439.487,51
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	301.985,00	301.985,00	741.472,51	439.487,51
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	31.273,00	31.273,00	49.979,14	18.706,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	19.609,00	19.609,00	262,17	-19.346,83
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.664,00	11.664,00	48.896,97	37.232,97
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	820,00	820,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	952.622,00	952.622,00	1.437.929,07	485.307,07
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	952.622,00	952.622,00	1.437.929,07	485.307,07
DÉFICIT			258.364.118,33	258.364.118,33
TOTAL	952.622,00	952.622,00	259.802.047,40	258.849.425,40
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	193.943.467,00	239.898.365,00	241.626.257,11	231.298.451,04	230.151.340,62	-1.727.892,11
Pessoal e Encargos Sociais	138.052.192,00	180.749.572,00	178.417.879,26	178.417.879,26	178.417.879,26	2.331.692,74
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.891.275,00	59.148.793,00	63.208.377,85	52.880.571,78	51.733.461,36	-4.059.584,85
DESPESAS DE CAPITAL	13.930.692,00	13.869.239,00	18.175.790,29	4.570.098,39	4.543.161,55	-4.306.551,29
Investimentos	13.930.692,00	13.869.239,00	18.175.790,29	4.570.098,39	4.543.161,55	-4.306.551,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	207.874.159,00	253.767.604,00	259.802.047,40	235.868.549,43	234.694.502,17	-6.034.443,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	207.874.159,00	253.767.604,00	259.802.047,40	235.868.549,43	234.694.502,17	-6.034.443,40
TOTAL	207.874.159,00	253.767.604,00	259.802.047,40	235.868.549,43	234.694.502,17	-6.034.443,40

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	461.827,40	10.607.953,40	9.397.555,26	9.378.240,77	680.675,77	1.010.864,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	461.827,40	10.607.953,40	9.397.555,26	9.378.240,77	680.675,77	1.010.864,26
DESPESAS DE CAPITAL	1.288.688,28	8.455.982,35	7.283.854,90	7.245.736,00	514.947,43	1.983.987,20
Investimentos	1.288.688,28	8.455.982,35	7.283.854,90	7.245.736,00	514.947,43	1.983.987,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.750.515,68	19.063.935,75	16.681.410,16	16.623.976,77	1.195.623,20	2.994.851,46

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	268.661,08	6.022.991,34	5.928.287,99	215.295,96	148.068,47
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	268.661,08	6.022.991,34	5.928.287,99	215.295,96	148.068,47
DESPESAS DE CAPITAL	266.221,07	2.397.149,86	2.344.577,47	254.817,99	63.975,47
Investimentos	266.221,07	2.397.149,86	2.344.577,47	254.817,99	63.975,47
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	534.882,15	8.420.141,20	8.272.865,46	470.113,95	212.043,94

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO RECOMENDAÇÕES

Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 18

Documento	Identificação	Recomendação
OS: Constatação: 35	20120336155281 (25/09/2016)	Recomendamos ao gestor que implemente controle mensal dos valores a serem reembolsados pelo cessionário quando da cessão de servidores com ônus para o cessionário.
OS: Constatação: 48	20120336155360 (25/09/2016)	Promova a reavaliação dos imóveis que se encontram com a data da reavaliação vencida.
OS: Constatação: 48	20120336155362 (25/09/2016)	Promova o registro no SPIUnet de todos os imóveis do Instituto.
OS: Constatação: 1	20130881464497 (25/09/2016)	Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.
OS: Constatação: 1	20130881464498 (25/09/2016)	Apurar, no período em que os servidores referidos figuraram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto nº 94.664/87, artigo 15, e na Lei nº 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2º.
OS: Constatação: 1	20130881464499 (26/10/2016)	Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.
OS: Constatação: 2	20130881464500 (26/10/2016)	Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes.

OS: Constatação: 21	244006114055 (25/09/2016)	Recomendamos a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), de modo a verificar a existência de registros/pagamentos indevidos realizados por meio do SIAPE, providenciando, ainda, a correção imediata nos casos em que se identifique situações análogas à descrita.
OS: Constatacao: 1	201318225129120 (26/10/2016)	Apurar e providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente, nos períodos em que os referidos docentes com dedicação exclusiva exerceram atividade remunerada de administração de empresa privada, contrariando o art. 20, parágrafo 2º, da Lei nº 12.772/2012.
OS: Constatacao: 9	201601447162712 (02/10/2016)	Aprimorar a metodologia de cálculo dos valores a serem pagos aos professores-bolsistas do Pronatec, de forma a confirmar a efetiva realização das aulas relacionadas nas listas de chamadas das disciplinas.
OS: Constatacao: 9	201601447162713 (02/10/2016)	Para as ocorrências citadas neste apontamento, adotar providências para a reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.
OS: Constatacao: 20	201601447162714 (02/10/2016)	Nas próximas contas, elaborar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna observando as exigências e orientações estabelecidas nos normativos do TCU e no sistema e-contas.
OS: Constatacao: 23	201601447162715 (02/10/2016)	Adotar procedimentos de modo que as apropriações dos valores a receber e recebidos por ocasião de cessão de pessoal sem ônus para o IF Farroupilha sejam efetuadas fidedignamente e tempestivamente nos sistemas contábeis pertinentes.
OS: Constatacao: 23	201601447162716 (02/10/2016)	Adotar providências para a realização do ressarcimento dos valores relativos à cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 1169410.
OS: Constatacao: 3	201601447162717 (02/10/2016)	Elaborar e implementar ações de acompanhamento pedagógico que contemplem os objetivos descritos no Manual de Gestão do Pronatec.

OS: 201601447162718
Constatacao: 3 (02/10/2016)

Criar instrumento (normativo) de acompanhamento e avaliação periódica das ações pedagógicas implementadas nos cursos do Pronatec, levando-se em consideração se estão de acordo com as orientações do Manual de Gestão do Pronatec.

OS: 201601447162719
Constatacao: 6 (01/11/2016)

Inserir, no normativo interno do IF Farroupilha que regulamenta a assistência estudantil aos alunos do Pronatec, a forma de entrega do benefício, o valor pago, o mecanismo de pagamento e a frequência com que esse pagamento é realizado.

OS: 201601447162720
Constatacao: 9 (01/11/2016)

Efetuar levantamento dos pagamentos efetuados para demais bolsistas a fim de verificar se ocorreram situações semelhantes à relatada nesta constatação, apurar os valores e obter reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.

Total de Recomendações: 18

Posição do Sistema Monitor em 02/03/2017 às 11:09h.

DETALHAMENTO

1. INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA

1.1. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
244006	244006	Santa Maria/RS
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		

Constatação 21:

Percepção de provento integral em condições que caberia o pagamento correspondente de provento proporcional.

Recomendação 114055:

Recomendamos a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), de modo a verificar a existência de registros/pagamentos indevidos realizados por meio do SIAPE, providenciando, ainda, a correção imediata nos casos em que se identifique situações análogas à descrita.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 25/09/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

Em atenção a solicitação para a Unidade disponibilizar a memória de cálculo das revisões efetuadas nos proventos/pensões, segue anexo Fichas Financeiras dos servidores constantes na Tabela dos exercícios 2012 e 2013, onde em MAIO 2012 os proventos dos referidos servidores tiveram ajuste salarial, sem alterar a Retribuição por Titulação, ocorrendo a atualização em OUTUBRO 2012 com o devido pagamento dos retroativos. Em MARÇO 2013 houve a atualização dos proventos de acordo com a Lei 12.772/2012, sendo atualizado dentro do mesmo mês a Retribuição por Titulação. Informo ainda, que as atualizações referente a Retribuição de Titulação não ocorrem de forma automática, isto é, necessita-se de lançamento manual sempre que por força de Lei ocorram mudanças nos proventos/pensões. Conforme memorando 1410/2016 PRDI e fichas financeiras em anexo:

Posicionamento da CGU em 27/07/2016: Reiteração

O gestor em sua manifestação disponibilizou uma tabela contendo os valores remuneratórios atualizados após a alteração do Plano de Carreira de alguns servidores. Entretanto, não disponibilizou documentação suficiente quanto à memória do cálculo realizado para alcançar os valores remuneratórios apresentados na tabela, não comprovando, com isso que a Unidade averiguou para todos os servidores a revisão dos pagamentos de aposentadoria. Para darmos baixa na recomendação, é necessário que o gestor disponibilize para todos os servidores arrolados na relação de servidores inativos da Unidade, a memória de cálculo contendo as revisões dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), bem como a documentação comprobatória em meio digital.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Em atenção a solicitação para a Unidade disponibilizar a memória de cálculo das revisões efetuadas nos proventos/pensões, concluiu-se ser referente a Retribuição por Titulação, segue anexo memória de cálculo.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou documentos relativos à revisão de proventos de Arlete de Fátima Bordin e Vanderlei Camargo Bailardi. No entanto, não se manifestou acerca dos demais servidores já abrangidos em manifestação e respectiva disponibilização de documentos enviados por meio do Ofício nº 0107/2014/IFFARROUPILHA/REITORIA-GR, de 28/02/2014, já tratadas pelo Controle Interno e consideradas insuficientes, conforme comunicado via Ofício nº 6412/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR, de 20/03/2015. Afirmou apenas tratar-se tão somente de revisão referente à rubrica Retribuição por Titulação, sem disponibilizar memória de cálculo que possibilitou à Unidade chegar a tal conclusão. Portanto, enviar memória de cálculo das revisões efetuadas nos proventos/pensões de Aida Mair Prado Flores, Alcides Macagnan, Alda Fiorin Martini, Antonio Nunes Araujo, Ariovaldo Flores, Elizodete Rodrigues Lemes, Eloir Angelo Detoni, Eloisa Goelzer Hercolani, Gaspar Paines Guterres, Ivone Rocha Monteiro, João Divany Bittencourt Fernandes, Danilo Menchik, Benvindo Getulio Moutinho, Luiz Carlos Felix de Oliveira, Marcos Valdemar Ruffo Goulart, Maria Beatriz Cecconi Deon, Marne Jose Borges, Miriam Terezinha Pereira Gomes, Paulo Roberto Deon, Rosa Maria Duarte Galvão, Rubem Aniceto de Almeida Correa, Valcir dos Santos Quevedo e Jose Romeu Oviedo, as quais comprovam que as alterações efetuadas limitam-se à rubrica Retribuição por Titulação. Da mesma forma, disponibilizar memória de cálculo das revisões efetuadas e comunicadas por meio do Ofício nº 0314/2015, de 29/07/2015, a saber de Brulino Rodrigues Alves, Carlos Ayrton Josende Prates, Eloir Ângelo Detoni, Irion Pujo Adolpho e Maria do Socorro Madureira da Costa, mesmo que a análise efetuada pela Unidade não tenha gerado alterações.

Manifestação do Gestor em 05/08/2015: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0314/2015-GABINETE/Reitoria/IF FARROUPILHA, de 29/07/2015, o Gestor assim se manifestou: “(...) 1.1.2.0 – Recomendação 114055 – Revisão de Pagamento de Aposentadorias: Aposentadorias geradas após 2008 - Foram analisadas e constatamos a necessidade de ajuste somente na aposentadoria de Arlete de Fatima Bordin (cópia em anexo); as demais alterações se referiam à Retribuição por Titulação. Juntamente, foram analisados todos os processos de pensões consideradas como atendidas. Aposentadorias posteriores a 2008 já revisadas: - Arlete de Fatima Bordin – Aposentada em 01.02.2013: Foi retirada a opção da Função paga na rubrica 00903 a partir da Folha de Pagamento de agosto/14; - Brulino Rodrigues Alves – Aposentado em 07.10.2011 – Sem alterações; - Carlos Ayrton Josende Prates – Aposentado em 01.02.2015 – Sem alterações; - Eloir Ângelo Detoni – Aposentado em 01.03.2011 – Sem alterações; - Irion Pujo Adolpho – Aposentado em 25.01.2013 – Sem alterações; - Leontina Maria Witt Cidade – Aposentada em 01.11.2011 – Foi alterado. Recomendação atendida; - Maria do Socorro Madureira da Costa - Aposentada a partir de 01.12.2014. Sem alteração; - VANDERLEI CAMARGO BAILARDI – Foi alterado para o Fundamento Legal 041041 pela média das últimas

contribuições ao PSS e não mais pela última remuneração, documento em anexo.”

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou cópia dos seguintes processos: 23243.00679/2012-21 e 23243.000680/2012-56 – relativos à revisão de aposentadoria da servidora Zaira Vieira Pes; 23000.051578/2002-08 – relativo à aposentadoria do servidor Jose Romeu Oviedo; 23000.051426/2001-16 – relativo à aposentadoria do servidor Luizmar Ruffo Goulart; 23243.000560/2012-59 – relativo à revisão de aposentadoria da servidora Leontina Maria Witt Cidade; 23243.000054/2011-89 – relativo à avaliação pericial do servidor Severino Antunes Acosta; 23243.000559/2012-24 – relativo à revisão de aposentadoria do servidor Ramão Nunes dos Santos; 23242.000010/2012-40 – relativo à aposentadoria da servidora Celia Maria Lange; Processo s/n relativo à alteração de valores de aposentadoria do servidor Vanderlei Camargo Baialard; e Processo s/n relativo à revisão do valor de Retribuição por Titulação, haja vista a edição da Lei nº 12.702/2012, de 07/08/2012, servidores inativos Ainda Mair Prado Flores, Alcides Macagnan, Alda Fiorin Martini, Antonio Nunes Araujo, Ariovaldo Flores, Danilo Menchik, Elizodete Rodrigues Lemes, Eloir Angelo Detoni, Eloisa Goelzer Hercolani, Gaspar Paines Guterres, Benvindo Getulio Moutinho, Ivone Rocha Monteiro, João Divany Bittencourt Fernandes, Jose Romeu Oviedo, Leontina Maria Witt Cidade, Danilo Menchik, Benvindo Getulio Moutinho, Luiz Carlos Felix de Oliveira (sem memória de cálculo de alterações), Marcos Valdemar Ruffo Goulart, Maria Beatriz Cecconi Deon, Marne Jose Borges, Miriam Terezinha Pereira Gomes, Paulo Roberto Deon, Rosa Maria Duarte Galvão, Rubem Aniceto de Almeida Correa, Severino Antunes Acosta, Valcir dos Santos Quevedo e Zaira Vieira Pes. Com relação às informações e documentos disponibilizados, tem-se a considerar o que segue: No processo nº 23000.051578/2002-08, relativo à aposentadoria do servidor Jose Romeu Oviedo, e no processo s/n, relativo à alteração de valores de aposentadoria do servidor Vanderlei Camargo Baialard, não foi localizada memória de cálculo relativa à revisão das aposentadorias; Foi demonstrada revisão da aposentadoria dos servidores Zaira Vieira Pes, Luizmar Ruffo Goulart, Leontina Maria Witt Cidade, Severino Antunes Acosta, Ramão Nunes dos Santos e Celia Maria Lange, conforme registros constantes dos respectivos processos; e O processo relativo à revisão do valor da rubrica Retribuição por Titulação não abrange revisão de outros aspectos da inatividade, e nem faz menção às alterações havidas no Plano de Carreira em 2008 e suas implicações nas aposentadorias, motivação da presente recomendação; Portanto, haja vista que a recomendação consiste em revisar os pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), de modo a verificar a existência de registros/pagamentos indevidos, solicita-se ao Gestor disponibilizar para todos os servidores arrolados em sua manifestação, com exceção dos servidores Zaira Vieira Pes, Luizmar Ruffo Goulart, Leontina Maria Witt Cidade, Severino Antunes Acosta, Ramão Nunes dos Santos e Celia Maria Lange, a memória de cálculo contendo as revisões dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), bem como a documentação comprobatória em meio digital.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Manifestação do Gestor: Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor efetuou a seguinte manifestação: “Acatamos e adotamos a recomendação de revisão das aposentadorias e pensões geradas após a alteração do Plano de Carreira em julho/2008. Para a comprovação efetiva que a Instituição averiguou todos os pagamentos de aposentadoria, conforme recomendação desta Controladoria. Abaixo, apresentamos os servidores inativos desta Unidade, com a identificação de todos os pagamentos alterados. (...)” O Gestor disponibilizou tabela na qual constam informações como nome do servidor, fundamento da aposentadoria e se houve ou não alteração após procedida a revisão. Na sequência seguem as informações constantes na planilha: Servidor Aida Mair Prado Flores – 03.03.2006 – fundamento aposentadoria “05/258 voluntária – direito adquirido art. 6 EC 41/03 – houve alteração; Servidor Alcides Macagnan – 14nov1997 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Alda Fiorin Martini – 29abr1997 – fundamento aposentadoria invalidez com proventos integrais (art. 186 I) – houve alteração; Servidor Antonio Nunes Araujo – 10set1999 – fundamento aposentadoria L. 8112, art. 186, inc. I §1º c/c art. 2 L. 8911 (inv. Integ) – houve alteração; Servidor Ariovaldo Flores – 07mar1995 – fundamento aposentadoria voluntaria c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidora Arlete de Fatima Bordin – 01fev2013 – fundamento aposentadoria 47/002 EC 47 3º L 8112 193 – não houve alteração; Servidor Benvindo Getulio Moutinho – 01fev1995 – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Int. (item b, inc. III, art. 186) – houve alteração; Servidor Brulino Rodrigues Alves – 07out2011 – fundamento aposentadoria 47/001 EC 47 3º - não houve alteração; Servidor Carlos Ayrton Josende Prates – 01fev2013 – fundamento aposentadoria 41/051 EC 41 6º § 5º - não houve alteração; Servidor Celia Maria Lange – fundamento aposentadoria EC nº 41/2003 – houve alteração; Servidor Danilo Menchik – 05ago2010 – fundamento aposentadoria 41/051 EC 41 6º § 5º - houve alteração; Servidor Elizodete Rodrigues Lemes – 01jan1998 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Eloir Angelo Detoni – 01mar2011 – fundamento aposentadoria 41/051 EC 41 6º § 5º - houve alteração; Servidor Eloisa Goelzer Hercolani – 25mar1997 – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Integ. Item a, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Euripedes Tavares Bayalard – 01fev1995 – fundamento aposentadoria voluntária c/ vant. Art. 192, inc. I, Lei 8112/90 – não

houve alteração; Servidor Holi da Silva – 24set1997 – fundamento aposentadoria invalidez com proventos integrais (art. 186 I) – não houve alteração; Servidor Irion Pujol Adolpho – 25jan2013 – fundamento aposentadoria EC41 40 I 6 – A EC 70 int – não houve alteração; Servidor João Divany Bittencourt Fernandes – 10set1999 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor João Jorge de Vargas Fernandes – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Integ. (item a, inc. III art. 186) – não houve alteração; Servidor João Raimundo Flores Minetti – 09ago2003 – fundamento aposentadoria invalidez com proventos integrais (art. 186 I) – não houve alteração; Servidor Jorge Alberto Sa Brito Severo – 30abr1997 – fundamento aposentadoria invalidez com proventos integrais (art. 186 I) – não houve alteração; Servidor Jose Eloi da Silva Pacheco – 01mai2005 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – não houve alteração; Servidor Jose Romeu Oviedo – 10jul2002 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, Inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Jean Carlos Soares da Silva – fundamento aposentadoria EC nº 41/2003 – houve alteração; Servidor Leontina Maria Witt Cidade – 01nov2011 – fundamento aposentadoria 41/123 EC 41 40 I 6-A EC 70 int – houve alteração; Servidor Luiz Carlos Felix de Oliveira – 01fev1995 – fundamento aposentadoria voluntária com proventos integrais – houve alteração; Servidor Luizmar Ruffo Goulart – 06jun2011 – fundamento aposentadoria art. 186 I prov. Int. comb. Art. 193 8112/90 – houve alteração; Servidor Marcos Valdemar Ruffo Goulart – 30abr1997 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Maria Beatriz Cecconi Deon – 09mai1996 – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Int. (item B, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Maria Santa Soares Machado – 13nov1997 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item C, inc. III art. 186) – não houve alteração; Servidor Marne Jose Borges – 01fev1995 – fundamento aposentadoria voluntária c/ vant. Art. 192, inc. I, Lei 8112/90 – houve alteração; Servidor Miriam Terezinha Pereira Gomes – 15ago2002 – fundamento aposentadoria invalidez com proventos propor. 9art. 186 I) – houve alteração; Servidor Paulo Betim Brum – 01fev1995 – fundamento aposentadoria voluntária c/ vant. Art. 192, inc. I, Lei 8112/90 – não houve alteração; Servidor Paulo Roberto Deon – 30mar2001 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item C, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Plácido Antonio Matana – 16jun2002 – fundamento aposentadoria invalidez com proventos propor. (art. 186 I) – não houve alteração; Servidor Ramão Nunes da Silva – fundamento aposentadoria EC 41 40 I 6-A EC 70 int – houve alteração; Servidor Rosa Maria Duarte Galvão – 12abr1995 – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Int. (item B, inc. III, art. 186) – houve alteração; Servidor Rubem Aniceto de Almeida Correa – 25abr1997 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item C, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Severino Antunes Acosta – 09jun1995 – fundamento aposentadoria voluntária c/ prov. Prop. (item c, inc. III art. 186) – houve alteração; Servidor Solange Regina Jerzewski Noro – 03out2013 – fundamento aposentadoria 47/001 EC 47 3º - não houve alteração; Servidor Therezinha Dellavechia Pinheiro – 08out1998 – fundamento aposentadoria volunt. c/ prov. Prop. (item d, inc. III, art. 186) – não houve alteração; Servidor Valcenir Daniel Furlan – 01nov2013 – fundamento aposentadoria 47/001 EC 47 3º - não há informação quanto alteração de aposentadoria; Servidor Valcir dos Santos Quevedo – fundamento aposentadoria EC 41 40 I prop – houve alteração; Servidor Vanderlei Camargo Baialard – fundamento aposentadoria EC nº 41/2003 – houve alteração; Servidor Vera Lucia dos Santos Pibernat – 30jul2003 – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Integ. (item inc. III art. 186) – não houve alteração; Servidor Zaira Vieira Pes – 01fev1995 – fundamento aposentadoria voluntária com prov. Int. (item B, inc. III, art. 186) – houve alteração. Ainda, o Gestor acrescentou informações: “* Arlete de Fatima Bordim: Estamos na fase de implantação da revisão na aposentadoria da servidora, devido à opção de Função Aposentado. ** Severino Antunes da Costa: Conforme Processo, anexo, alterou o Fundamento legal da Aposentadoria, passando pela integralidade dos proventos.” Para os servidores Alcides Macagnan, Ariovaldo Flores, Elizodete Rodrigues Lemes, João Divany Fernandes, Jose Eloi da Silva Pacheco, Jose Romeu Oviedo, Marcos Valdemar Ruffo Goulart, Maria Santa Soares Machado, Miriam Terezinha Pereira Gomes, Paulo Roberto Deon, Rubem Aniceto de Almeida Correa, Severino Antunes Acosta e Therezinha Dellavechia Pinheiro apresentou tabela contendo valores da aposentadoria proporcional, e informou que a memória de cálculo contendo as revisões dos pagamentos de aposentadoria e pensões gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008) segue em anexo, juntamente com a documentação comprobatória das medidas adotadas para revisão e regularização dos pagamentos.

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor em sua manifestação disponibilizou uma relação com os servidores inativos do IFFARROUPILHA, bem como, uma tabela contendo cálculos remuneratórios atualizados após a alteração do Plano de Carreira, de alguns servidores. Entretanto, não há documentação suficiente que comprove que a Unidade averiguou para todos os servidores a revisão dos pagamentos de aposentadoria. Podemos citar, por exemplo, que não há documentação informando as providências adotadas pela administração para identificar pagamentos incorretos para todos os servidores informados na relação, já que esta tinha um total de 42 servidores, ao passo que a planilha de cálculo disponibilizada continha apenas 25 servidores. Para darmos baixa na recomendação, é necessário que o gestor disponibilize para todos os servidores arrolados na relação de servidores inativos da Unidade, a memória de cálculo contendo as revisões dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), bem como a documentação comprobatória em meio

digital.

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

Para a definitiva regularização, conforme recomendação desta Controladoria, a Instituição adotou medidas para regularizar a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho de 2008) e mantém atualizado o acompanhamento, conforme documentação em anexo.

Posicionamento da CGU em 27/12/2013: Reiteração

O gestor informou que iniciou a revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), mas que o referido trabalho foi interrompido em razão de aposentadoria do servidor responsável pelo andamento do trabalho. Mencionou na sua justificativa haver “cópia do processo em anexo” referente ao levantamento de todos os servidores inativos, no entanto tal documentação não foi disponibilizada. Portanto, para considerar a recomendação atendida, após a retomada e conclusão do trabalho de revisão dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008), o gestor deve disponibilizar o processo referente ao levantamento de todos os servidores inativos, bem como dos processos individuais em que tenha sido detectada a existência de registros/pagamentos indevidos realizados por meio do SIAPE, com suas respectivas retificações.

Manifestação do Gestor em 27/12/2013: Outros

Foi dado início com a formalização e levantamento de todos os servidores inativos, conforme cópia do processo em anexo, para fins de revisão da retribuição de acordo com a titulação de cada um dos inativos; Foi possível, ainda, efetuar a revisão das seguintes aposentadorias: - Servidor SIAPE nº 1183576; - Servidor SIAPE nº 0049915; - Servidor SIAPE nº 0049937; - Servidor SIAPE nº 0049927; - Servidor SIAPE nº 0049911. Informamos, ainda, que as demais aposentadorias ainda não foram conclusas as revisões(sic), uma vez que a servidora responsável foi aposentada e não temos até o momento servidor específico para dar continuidade ao trabalho. Acrescentamos que o concurso público a ser realizado ainda este ano permitirá adequar o quadro de servidores.

Posicionamento da CGU em 15/07/2013: Reiteração

O Gestor apresentou Memorando nº 96/CGP, de 25.03.2013, no qual são descritas providências com relação ao ressarcimento do valor pago a maior para a beneficiária nº 04533411, do instituidor nº 0049955, todavia não informa providências adotadas pela administração para identificar outros casos de pagamento incorretos, análogos à situação descrita no apontamento. Solicita-se ao Gestor que apresente relato sobre o andamento das revisões dos pagamentos de aposentadoria e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira (julho/2008) e documentação comprobatória, nos termos dispostos no apontamento, sob o risco de ser imputada ao Gestor a conduta de desobediência ao disposto no artigo 26 da Lei nº 10.180/2002. Considera-se a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 15/07/2013: Outros

“Informamos que o conteúdo referente à resposta do Ofício (...) segue em meio digital (CD), contendo as medidas tomadas para atender as solicitações referidas, bem como justificando as recomendações que ainda se encontram em fase de atendimento.”

Posicionamento da CGU em 25/01/2013: Reiteração

O anexo apresentado pelo Gestor consiste em cópia da Resolução nº 29/2010, de 22.12.2010, que estabelece a regulamentação da concessão do Auxílio Transporte aos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Não há relação entre o pagamento de auxílio transporte e a recomendação da CGU, que solicita revisão dos pagamentos de aposentadorias e pensões após a alteração do plano de carreira. Considera-se a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 25/01/2013: Outros

"Providências adotadas, conforme Anexo II."

Posicionamento da CGU em 08/12/2010: Reiteração

Reitera-se a recomendação em razão da não apresentação de documentação probatória acerca da providência implementada.

Manifestação do Gestor em 08/12/2010: Outros

"Acatamos e concordamos com a recomendação de revisão das aposentadorias e pensão gerados após a alteração do Plano de Carreira julho/2008). ... Providências a serem Implementadas: Revisão geral e, posteriormente, periódica, das aposentadorias e pensões geradas após a alteração do Plano de Carreira julho/2008). ... Prazo de Atendimento: 31.12.2010 "

Documento de Origem		
Relatório 201203361	Ordem de Serviço 201203361	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		

Constatação 35:

Deficiência nos controles da cessão de servidores. Cessão de servidor, sem ônus para o IF Farroupilha, sem o correspondente reembolso mensal das remunerações. Servidor cedido sem informação do valor da remuneração extra-SIAPE.

Recomendação 55281:

Recomendamos ao gestor que implemente controle mensal dos valores a serem reembolsados pelo cessionário quando da cessão de servidores com ônus para o cessionário.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 25/09/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

Recomendação referente ao ressarcimento da remuneração da cessão do servidor SIAPE 1169410 pela Prefeitura Municipal de Alegrete, informamos que recebemos apenas o MEMORANDO/PGM/187/2016, assinado pela Procuradora Adjunta Maira da Silveira, através do OFÍCIO 084/2016, que informa o entendimento final, do Processo Administrativo Disciplinar aberto pela Prefeitura de Alegrete, não havendo acordo entre os órgãos, este Instituto encaminhou o Processo 23215.000139/2013-66 para a Procuradoria Seccional Federal de Santa Maria para realização de cobrança judicial dos valores respeitando PARECER/PF/IFFARROUPILHA Nº 189/2014, segue em anexo o memorando 187/2016 e ofício 084/2016. Quanto a rotinas mensais de cobrança, informamos que no exercício 2016 o IFFar possui um servidor cedido, e que atualmente a formalização ocorre via email, conforme Manual de Redação da Presidência da República, entretanto o IFFar vem trabalhando no aperfeiçoamento dos fluxos de seus procedimentos. Conforme anexos:

Posicionamento da CGU em 27/07/2016: Reiteração

Em sua manifestação o gestor anexou cópia do Ofício nº 084/2016, de 15 de março de 2016, informando a instauração de processo administrativo disciplinar visando a restituição dos valores pagos irregularmente pelo município de Alegrete ao servidor Otacílio Silva da Mota. Não identificamos, entretanto, junto à documentação anexada, a comprovação da implementação de rotinas mensais de cobrança de valores a serem reembolsados, bem como a emissão de documentos formais de cobrança do Instituto Federal Farroupilha endereçados aos órgãos cessionários. Para darmos baixa na

recomendação, é necessário que o gestor encaminhe o parecer final do Processo Administrativo Disciplinar instaurado, comprovando a devolução dos valores pagos irregularmente, assim, como, disponibilizar documentação que comprove a implementação de rotinas mensais de cobrança de valores a serem reembolsados, bem como a emissão de documentos formais de cobrança do Instituto Federal Farroupilha endereçados aos órgãos cessionários.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Recomendação referente ao ressarcimento da remuneração da cessão do servidor SIAPE 1169410 pela Prefeitura Municipal de Alegrete, informamos que a prefeitura foi notificada e emitida uma GRU atualizada com vencimento em Abri/2016 e a manifestação formal deu-se através do Ofício 084/2016 e Memorando/PGM/187/2016 anexo.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

Relativamente ao ressarcimento da remuneração do servidor SIAPE nº 1169410, permanecem as divergências havidas entre o IF Farroupilha e a Prefeitura Municipal de Alegrete com relação aos valores devidos, posto que as GRU emitidas pela Unidade não foram até o momento quitadas. Portanto, está mantida a recomendação até que haja o deslinde da questão e o ressarcimento dos valores devidos relativos à cessão do servidor. Relativamente ao servidor SIAPE nº 1788637, cedido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, foram disponibilizados documentos que comprovam o ressarcimento da remuneração relativa aos meses de abril, maio e junho de 2014, sendo considerada atendida a recomendação neste caso.

Manifestação do Gestor em 05/08/2015: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0314/2015-GABINETE/Reitoria/IF FARROUPILHA, de 29/07/2015, o Gestor assim se manifestou: “(...) 1.1.2. - Recomendação 55281 - O IF Farroupilha encaminhou GRU em 25/11/2014. Como não foi feita a quitação encaminhamos nova GRU no valor de R\$ 74.646,96 (conforme anexo). Informamos que a pendência de ressarcimento relativo aos meses de abril, maio e junho de 2014, referente ao SIAPE nº 1788637, foram efetuadas conforme documento contábil SIAFI em anexo.”

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

Relativamente ao item a), consoante cópia do processo supracitado, até o momento não houve o ressarcimento da remuneração do servidor SIAPE nº 1169410 devido a divergências havidas entre o IF Farroupilha e a Prefeitura Municipal de Alegrete relativas aos valores devidos. Portanto, está mantida a recomendação até que haja o deslinde da questão e o ressarcimento dos valores devidos relativos à cessão do servidor. Relativamente ao item b), a rotina mensal de cobrança de valores a serem reembolsados por ocasião de cessão de servidores consiste no envio periódico de expedientes com a respectiva GRU aos órgãos cessionários. O Gestor apresentou os controles relativos à cessão de dois servidores, SIAPE nº 1609963, cedido à Prefeitura Municipal de Santo Augusto, e SIAPE nº 1788637, cedido ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os controles relativos à cessão do servidor SIAPE nº 1609963 demonstram, com relação ao período de janeiro a junho de 2014, que os ressarcimentos estão sendo realizados. No entanto, os controles relativos à cessão do servidor SIAPE nº 1788637, com relação ao período de janeiro a junho de 2014, demonstram ausência de ressarcimento meses de abril, maio e junho de 2014, pois não foram disponibilizados os documentos de arrecadação SIAFI relativos a estes períodos. Portanto, está mantida a recomendação até que os ressarcimentos relativos à cessão do servidor SIAPE nº 1788637 sejam regularizados.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor efetuou a seguinte manifestação: “a) A solicitação referente ao ressarcimento do Servidor SIAPE nº 1169410, informamos que o processo nº 23215.000139/2013-66 (cópia anexa) está tramitando na Procuradoria Federal desta Instituição para análise e manifestação, considerando o documento expedido pela Prefeitura Municipal de Alegrete (fls. Nº 60). b) Para a implementação de rotina mensal de cobrança dos valores a serem reembolsados, mensalmente encaminhamos ofício com a GRU, bem como a Ficha Financeira do Servidor aos órgãos cessionários. Documentação comprobatória da adoção de rotina segue em anexo.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

Em análise a documentação anexada no Ofício nº 0107, de 28/12/2014, verificamos que o gestor apresentou comprovante de ressarcimento da remuneração dos servidores SIAPE nº 1788637 e 1609963, porém, não o fez em relação ao servidor SIAPE nº 1169410. Conforme informações disponibilizadas por intermédio do Memorando nº 120/PRDI, de 28/02/2014, há divergência entre o Instituto Federal Farroupilha e a Prefeitura Municipal de Alegrete, entidade para qual o servidor de matrícula SIAPE nº 1169410 foi cedido, quanto ao valor a ser ressarcido. O assunto está sendo discutido entre os interessados. Ainda, em relação ao item “b” da “Análise do Controle Interno” anterior, não identificamos junto à documentação anexada à comprovação da implementação de rotinas mensais de cobrança de valores a serem reembolsados, bem como a emissão de documentos formais de cobrança do Instituto Federal Farroupilha endereçados aos órgãos cessionários. Portanto, acatamos parcialmente a manifestação do gestor, e para considerarmos a recomendação atendida o gestor deve: a) apresentar comprovante de ressarcimento da remuneração do servidor SIAPE nº 1169410 (cedido em jun/2013 e retorno em dez/2013), desde o início da cedência até dez/2013, com a memória de cálculo detalhada contendo a identificação do servidor, os meses de ressarcimento e os valores das remunerações. b) implementar rotina mensal de cobrança dos valores a serem reembolsados, que inclua a emissão de documentos formais de cobrança do Instituto Federal Farroupilha endereçados aos órgãos cessionários. Apresentar a descrição da rotina implementada e cópias da documentação de cobrança enviada aos órgãos cessionários (em meio digital).

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

Documentação em anexo.

Posicionamento da CGU em 27/12/2013: Reiteração

O gestor apresentou cópia de comprovante de reposição por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 108.676,03, realizada em 13/05/2013. No entanto, não há documento mencionando a identificação do servidor cedido e os meses de remuneração que estão incluídos na reposição. O gestor enviou, ainda, cópias de memorandos internos nº 290, 291 e 293/2013/PRDI/CGGP, datados de 21/08/2013, endereçado ao Chefe de Gabinete da Reitoria, cujo assunto é o ressarcimento da remuneração dos servidores cedidos SIAPE nº 1169410, 1609963 e 1788637. Também apresentou cópias de e-mails internos e de e-mails trocados com a Secretaria de Agricultura do RS, cujo assunto é a cedência do servidor SIAPE nº 1788637. Diferente do mencionado na manifestação do gestor, não foram apresentadas cópias de “ofícios enviados”. Em consulta ao SIAPE realizada no dia 26/12/2013, verificamos que dos três servidores cedidos referidos na análise anterior desta CGU-Regional/RS, ainda há dois servidores na situação “cedido”. O servidor matrícula SIAPE nº 1169410 que estava cedido desde jun/2013, retornou em dez/2013. Os servidores SIAPE nº 1609963 (cedido em jun/2013) e SIAPE nº 1788637 (cedido em abr/2011) permanecem cedidos. Para considerarmos a recomendação atendida o gestor deve: a) apresentar comprovante de ressarcimento da remuneração dos servidores SIAPE nº 1169410 (cedido em jun/2013 e retorno em dez/2013), SIAPE nº 1609963 (cedido em jun/2013) e SIAPE nº 1788637 (cedido em abr/2011) desde o início da cedência até dez/2013, com a memória de cálculo detalhada contendo a identificação dos servidores, os meses de ressarcimento e os valores das remunerações. b) implementar rotina mensal de cobrança dos valores a serem reembolsados, que inclua a emissão de documentos formais de cobrança do Instituto Federal Farroupilha endereçados aos órgãos cessionários. Apresentar a descrição da rotina implementada e cópias da documentação de cobrança enviada aos órgãos cessionários.

Manifestação do Gestor em 27/12/2013: Outros

Informamos que no mês de maio de 2013 houve a reposição por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul de R\$ 108.676,03 (cento e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e três centavos) conforme cópia em anexo. Informamos, também, que solicitamos mensalmente o ressarcimento referente aos valores de remuneração destes(sic), seguem anexas cópias de ofícios enviados, e-mails, e muitas vezes este contato acontece via telefone.

Posicionamento da CGU em 15/07/2013: Reiteração

O Gestor apresentou cópia de e-mails enviados à Secretaria Estadual de Agricultura do RS, emitidos em fevereiro, março, julho, agosto e setembro de 2012, assim como março/2013, cobrando o reembolso da remuneração do servidor Cláudio Fioreze. Como não há evidências de que a cobrança ocorreu nos meses de abril, maio e junho de 2012, assim como nos meses entre outubro/2012 e fevereiro/2013, considera-se a recomendação não atendida. Solicitamos documentação comprobatória da cobrança mensal do(s) cessionário(s) e dos respectivos ressarcimentos para todos os servidores cedidos (mediante consulta ao SIAPE – transação GRCOSITCAR – verificou-se que em junho de 2013 havia três servidores cedidos

pelo IFFarroupilha). Tais controles devem abarcar os meses faltantes para o servidor de matrícula 17886376 e o período de março até julho de 2013 para o referido servidor e os demais cedidos sem ônus para a administração.

Manifestação do Gestor em 15/07/2013: Outros

“Informamos que o conteúdo referente à resposta do Ofício (...) segue em meio digital (CD), contendo as medidas tomadas para atender as solicitações referidas, bem como justificando as recomendações que ainda se encontram em fase de atendimento.”

Posicionamento da CGU em 25/01/2013: Reiteração

A Unidade não encaminhou documentação que demonstre a existência de controle mensal dos valores a serem reembolsados pelos cessionários quando da cessão de servidores da Instituição. Considera-se, dessa forma, a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 25/01/2013: Outros

"Concordamos e acatamos a recomendação. Já estabelecido o controle para a verificação e providências para o ressarcimento dos valores mensais, enquanto a vigência da cessão do servidor."

Constatação 48:

Fragilidade nos controles relativos às informações contidas no SPIUnet sobre Bens de Uso Especial da União sob a responsabilidade do Instituto, tais como imóveis com avaliação vencida e imóveis pendentes de regularização.

Recomendação 55360:

Promova a reavaliação dos imóveis que se encontram com a data da reavaliação vencida.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 25/09/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

Os processos ainda não foram finalizados tendo em vista a implantação do SIG, o qual possui um cronograma pré estabelecido, e está em andamento considerando aos princípios da eficiência, economicidade e da racionalização do processo administrativo, conforme se deduz dos seguintes esclarecimentos sobre o procedimento de reavaliação no SPIUnet. As reavaliações estão sendo efetuadas em etapas, e em paralelo a implantação do SIG (Sistema Integrado de Gestão), o qual teve seu cronograma redefinido em razão às contingências orçamentárias. Em anexo cópia portaria comissão reavaliação:

Posicionamento da CGU em 27/07/2016: Reiteração

O gestor informou que as atividades para reavaliação dos imóveis e atualização das informações no SPIUnet e no SIG, sistema de gestão, ainda estão sendo realizadas, com data de previsão de conclusão dos trabalhos para julho de 2016. Portanto, para considerarmos a recomendação atendida, o gestor deve encaminhar cópias de extratos do sistema SPIUnet com a atualização das avaliações para cada um dos imóveis do Instituto, cópias das telas do SIAFI para comprovar a retificação na inscrição da Conta Corrente do SIAFI, bem como cópias das telas do SIG, que é o sistema de gestão, comprovando a implementação de rotinas que possibilitem que as ações implementadas sejam permanentes.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

As ações indicadas anteriormente pela gestão ainda estão em curso. Em virtude da implantação do SIG, sistema de gestão, definiu-se a criação neste exercício (2016) de nova comissão de avaliação e reavaliação de imóveis, o qual será criada após reunião para definição das estratégias de avaliação dos bens imóveis, que irá ocorrer na primeira quinzena de abril do corrente ano. Optou-se por essa estratégia em função da necessidade de conhecimento do sistema de gestão, bem como dos procedimentos adequados para os devidos lançamentos reavaliações no sistema. A instituição vem trabalhando com a hipótese de até final de Julho a implementação do módulo referente a bens imóveis estará finalizado, bem como a reavaliação dos imóveis e os respectivos lançamentos nos sistemas SIG e Spiunet. Entendemos a necessidade iminente de regularização, porém entendemos que não se trata simplesmente de regularização de uma situação posta, mas sim a implementação de rotinas que possibilitem que as ações implementadas sejam permanentes. Anexos arquivos.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

O anexo a que se refere o Gestor é o Memorando/PROAD/CCONT/IFF-REITORIA/Nº 024/2015, de 17/07/2015, destinado ao Pró-Reitor de Administração, o qual relata o status das averbações e dos registros em cartório e no SPIUNET dos imóveis do instituto. Consoante teor da manifestação do Gestor e do memorando já citado, tais atividades ainda não foram concluídas, permanecendo pendente de atendimento a recomendação.

Manifestação do Gestor em 05/08/2015: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0281/2015-GABINETE/Reitoria/IF FARROUPILHA, de 17/07/2015, o Gestor assim se manifestou: “Indicamos que instituição não finalizou as atividades relacionadas a avaliação e lançamentos dos bens imóveis. Dessa forma encaminhamos em anexo as observações da Coordenação de Contabilidade e Patrimônio sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para atualizar os valores e registros no âmbito dos Campi. (anexo IX).”

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

Os documentos mencionados pelo Gestor se referem a Memorando/PROAD/CCONT/IFF-REITORIA/Nº 0020/2014, de 28/07/2014, por meio do qual são relatadas as ações realizadas pela CCONT para regularização dos saldos e registros do SIAFI e SPIUNET na conta imóveis; expediente dirigido à SPU/RS solicitando senhas de acesso ao SPIUNET; cópias de Notas de Lançamento no SIAFI registrando atualizações de valor de imóveis no SIAFI; e razões conta contábil SIAFI 1.4.2.1.1.01.00, 1.4.2.1.1.03.00 e 1.4.2.1.1.06.00, para cada uma das UGs do Instituto, demonstrando ausência de saldo na conta corrente genérica “999”. Haja vista que o processo de avaliação dos imóveis do Instituto ainda não foi concluído, conforme dispõe o Gestor, e a insuficiência e incompletude das informações contidas nos documentos enviados por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, supracitados, e na cópia digitalizada do processo nº 23243.000999/2013-62, referente à reavaliação do imóveis, enviada por meio do Ofício nº 0107/2014/IFFARROUPILHA/REITORIA-GR, de 28/02/2014, considera-se a recomendação não atendida. Portanto, solicita-se ao Gestor, na finalização dos trabalhos, a fim de avaliar o atendimento da recomendação, o envio de planilha contendo: identificação RIP SPIUNET do imóvel (eis) avaliados; descrição sucinta do imóvel relacionado àquele RIP; valor anterior à reavaliação; valor posterior à reavaliação; identificação da Nota de Lançamento do ajuste efetuado no SIAFI e identificação das folhas do processo nº 23243.000999/2013-62 em que se encontra o laudo de avaliação correspondente. Disponibilizar, também, cópia digitalizada das telas do SPIUNET atualizadas dos imóveis do Instituto e relatório de conclusão dos trabalhos efetuados pelo grupo de trabalho designado pela Portaria nº 860, de 18/07/2012.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor efetuou a seguinte manifestação: “Quanto à recomendação 01, reiteramos que o Instituto Federal Farroupilha vem trabalhando para sanar as dificuldades operacionais e atualização das informações tanto no SPIUnet, quanto no SIAFI. Segue, em anexo, os documentos indicando as ações e atividades que vem sendo realizadas para as informações representarem integralmente a realidade dos bens imóveis do Instituto.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor disponibilizou em anexo a sua manifestação, a avaliação dos imóveis atualizada, porém, informa que por dificuldades operacionais não foi possível inserir os novos dados no SPIUnet e SIAFI. Para considerarmos a recomendação

atendida, o gestor previamente deverá sanar estas dificuldades operacionais junto aos órgãos responsáveis pelos sistemas, e, posteriormente, encaminhar cópias digitalizadas de extratos do sistema SPIUnet com a atualização das avaliações para cada um dos imóveis do Instituto, bem como cópias digitalizadas das telas do SIAFI para comprovar a retificação na inscrição da Conta Corrente do SIAFI.

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

O processo de avaliação de imóveis foi concluído e encaminhado para atualização das informações no SPIUnet e SIAFI. Porém, devido a dificuldades operacionais de acesso e de pessoal os trabalhos ainda não foram concluídos. O processo de Avaliação está em anexo.

Posicionamento da CGU em 27/12/2013: Reiteração

O gestor informou que as atividades para reavaliação dos imóveis e atualização das informações no SPIUnet estava sendo realizada por comissão constituída, com data de previsão de conclusão dos trabalhos para o final de outubro de 2013. Portanto, para considerarmos a recomendação atendida, o gestor deve encaminhar cópias de extratos do sistema SPIUnet com a atualização das avaliações para cada um dos imóveis do Instituto, bem como cópias das telas do SIAFI para comprovar a retificação na inscrição da Conta Corrente do SIAFI.

Manifestação do Gestor em 27/12/2013: Outros

A instituição entende como pertinente a demanda apresentada pela Secretaria Federal de Controle. Ao mesmo tempo indica que a instituição está trabalhando no sentido de discutir e construir mecanismos de controles adequados para suas ações de compras e execução orçamentária. Em observância ao que foi solicitado indicamos que está sendo discutido no CAAD, Comitê de Administração, mecanismos de controle, como procedimentos e regulamentos que venham definir regras claras quanto ao controle patrimonial no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Indicamos que está sendo feita a reavaliação de imóveis no âmbito do Instituto Federal Farroupilha por comissão constituída. A mesma tem até o final de outubro para a realização das atividades. Foi elaborada metodologia para avaliação de todos os imóveis do Instituto bem como cronograma para execução da avaliação. Está sendo executado dentro das possibilidades institucionais. A documentação sobre o trabalho desenvolvido está sendo encaminhada em anexo.

Posicionamento da CGU em 15/07/2013: Reiteração

Não foi disponibilizada documentação apresentando o resultado dos trabalhos da comissão ou evidenciando a resolução da impropriedade. Como a Unidade deixou de se manifestar sobre o atendimento da recomendação, reiteramos a mesma.

Manifestação do Gestor em 15/07/2013: Outros

A Unidade não se manifestou sobre o atendimento da recomendação.

Posicionamento da CGU em 25/01/2013: Reiteração

A Unidade anexou cópia da Portaria nº 860/2012, de 18.07.2012, compondo Grupo de Trabalho de Avaliação e Reavaliação de Bens Imóveis com sete servidores de diversos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, com prazo para conclusão dos trabalhos de trinta dias. Não foi disponibilizada documentação apresentando o resultado dos trabalhos da comissão ou evidenciando a resolução da impropriedade, razão pela qual se considera a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 25/01/2013: Outros

"Concordamos e acatamos a recomendação. Nomeada comissão pela Portaria nº 860/2012 com o objetivo de criar mecanismos para a realização das reavaliações dos bens imóveis pendentes de regularização."

Recomendação 55362:

Promova o registro no SPIUnet de todos os imóveis do Instituto.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 25/09/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

No decorrer de 2016, estão sendo efetuados os acertos necessários junto ao Sistema SIAFI/SPIU em consonância à legislação. Os valores enviados ao SIAFI para contabilização são de acordo com notas de aquisição. Todavia, é sabido que o SPIUnet cujos regimes são os mais variados, portanto, um mesmo imóvel pode apresentar Utilizações que contabilizam no SIAFI. Neste sentido estão sendo efetuadas as adequações entre os dois sistemas. Seguem arquivos com telas em anexo:

Posicionamento da CGU em 27/07/2016: Reiteração

O gestor informou que as atividades para reavaliação dos imóveis e atualização das informações no SPIUnet ainda estão sendo realizadas, com data de previsão de conclusão dos trabalhos para julho de 2016. Portanto, para considerarmos a recomendação atendida, o gestor deverá encaminhar cópias digitalizadas de extratos do sistema SPIUnet com a atualização das avaliações para cada um dos imóveis do Instituto, bem como cópias digitalizadas das telas do SIAFI para comprovar a retificação na inscrição da Conta Corrente do SIAFI.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

As ações indicadas anteriormente pela gestão ainda estão em curso. Em virtude da implantação do SIG, sistema de gestão, definiu-se a criação neste exercício (2016) de nova comissão de avaliação e reavaliação de imóveis, o qual será criada após reunião para definição das estratégias de avaliação dos bens imóveis, que irá ocorrer na primeira quinzena de abril do corrente ano. Optou-se por essa estratégia em função da necessidade de conhecimento do sistema de gestão, bem como dos procedimentos adequados para os devidos lançamentos reavaliações no sistema. A instituição vem trabalhando com a hipótese de até final de Julho a implementação do módulo referente a bens imóveis estará finalizado, bem como a reavaliação dos imóveis e os respectivos lançamentos nos sistemas SIG e Spiunet. Entendemos a necessidade iminente de regularização, porém entendemos que não se trata simplesmente de regularização de uma situação posta, mas sim a implementação de rotinas que possibilitem que as ações implementadas sejam permanentes. Observa-se que temos pendências ainda quanto aos lançamentos dos imóveis em Santo Ângelo, pois ainda não houve recebimento definitivo da obra, pois ainda há ajustes a serem feitos. Em Santa Rosa e São Borja estamos em processo de regularização. Nos campi de Alegrete, São Borja, Santa Rosa, Júlio de Castilhos, Panambi, Santo Augusto e Jaguari, estão com obras em andamento onde parte das mesmas serão finalizadas ainda esse ano. O Campus de Santo Augusto conforme documento em anexo, está em fase de regularização as obras de Praça de Alimentação, Centro de Saúde, Almojarifado e Garagem. Já o Campus Panambi, todas as obras estão lançadas, exceto o refeitório que está em fase de finalização da mesma. Anexos arquivos.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

O anexo a que se refere o Gestor é o Memorando/PROAD/CCONT/IFF-REITORIA/Nº 024/2015, de 17/07/2015, destinado ao Pró-Reitor de Administração, o qual relata o status das averbações e dos registros em cartório e no SPIUNET dos imóveis do instituto. Consoante teor da manifestação do Gestor e do memorando já citado, tais atividades ainda não foram concluídas, permanecendo pendente de atendimento a recomendação.

Manifestação do Gestor em 05/08/2015: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0281/2015-GABINETE/Reitoria/IF FARROUPILHA, de 17/07/2015, o Gestor assim se manifestou: “Indicamos que instituição não finalizou as atividades relacionadas a avaliação e lançamentos dos bens imóveis. Dessa forma encaminhamos em anexo as observações da Coordenação de Contabilidade e Patrimônio sobre as ações que estão sendo desenvolvidas para atualizar os valores e registros no âmbito dos Campi. (anexo IX).”

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

Os documentos mencionados pelo Gestor se referem a Memorando/PROAD/CCONT/IFF-REITORIA/Nº 0020/2014, de 28/07/2014, por meio do qual são relatadas as ações realizadas pela CCONT para regularização dos saldos e registros do SIAFI e SPIUNET na conta imóveis; expediente dirigido à SPU/RS solicitando senhas de acesso ao SPIUNET; cópias de Notas de Lançamento no SIAFI registrando atualizações de valor de imóveis no SIAFI; e razões conta contábil SIAFI 1.4.2.1.1.01.00, 1.4.2.1.1.03.00 e 1.4.2.1.1.06.00, para cada uma das UGs do Instituto, demonstrando ausência de saldo na conta corrente genérica “999”. Haja vista que o processo de avaliação dos imóveis do Instituto ainda não foi concluído, conforme dispõe o Gestor, e a insuficiência e incompletude das informações contidas nos documentos enviados por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, supracitados, e na cópia digitalizada do processo nº 23243.000999/2013-62, referente à reavaliação do imóveis, enviada por meio do Ofício nº 0107/2014/IFFARROUPILHA/REITORIA-GR, de 28/02/2014, considera-se a recomendação não atendida. Portanto, solicita-se ao Gestor, na finalização dos trabalhos, a fim de avaliar o atendimento da recomendação, o envio de planilha contendo: identificação RIP SPIUNET do imóvel (eis) avaliados; descrição sucinta do imóvel relacionado àquele RIP; valor anterior à reavaliação; valor posterior à reavaliação; identificação da Nota de Lançamento do ajuste efetuado no SIAFI e identificação das folhas do processo nº 23243.000999/2013-62 em que se encontra o laudo de avaliação correspondente. Disponibilizar, também, cópia digitalizada das telas do SPIUNET atualizadas dos imóveis do Instituto e relatório de conclusão dos trabalhos efetuados pelo grupo de trabalho designado pela Portaria nº 860, de 18/07/2012.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor efetuou a seguinte manifestação: “Quanto à recomendação 02, reiteramos que o Instituto Federal Farroupilha vem trabalhando para sanar as dificuldades operacionais e atualização das informações tanto no SPIUNet, quanto no SIAFI. Segue, em anexo, os documentos indicando as ações e atividades que vem sendo realizadas para as informações representarem integralmente a realidade dos bens imóveis do Instituto.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor em anexo a sua manifestação, disponibilizou a avaliação dos imóveis atualizada, porém, informa que por dificuldades operacionais não foi possível inserir os novos dados no SPIUNet e SIAFI. Para considerarmos a recomendação atendida, o gestor previamente deverá sanar estas dificuldades operacionais junto aos órgãos responsáveis pelos sistemas, e, posteriormente, encaminhar cópias de extratos do sistema SPIUNet com a atualização das avaliações para cada um dos imóveis do Instituto, bem como cópias das telas do SIAFI para comprovar a retificação na inscrição da Conta Corrente do SIAFI.

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

O processo de avaliação de imóveis foi concluído e encaminhado para atualização das informações no SPIUNet e SIAFI. Porém, devido a dificuldades operacionais de acesso e de pessoal os trabalhos ainda não foram concluídos. O processo de Avaliação está em anexo.

Posicionamento da CGU em 27/12/2013: Reiteração

O gestor informou que as atividades para reavaliação dos imóveis e atualização das informações no SPIUNet estava sendo realizada por comissão constituída, com data de previsão de conclusão dos trabalhos para o final de outubro de 2013. O gestor não se manifestou em relação ao imóvel no município de São Borja, de RIP 8863.00059.500-7, associado à UG 158503. Também não justificou os saldos contábeis descritos na tabela “imóveis sem registro no SPIUNet” e não se manifestou sobre a viabilidade de inserir os referidos imóveis no SPIUNet. Portanto, mantemos o posicionamento anterior no sentido de que a Unidade regularize o registro no SPIUNET referente a imóvel no município de São Borja, de RIP 8863.00059.500-7, associado à UG 158503, e justifique os saldos contábeis descritos na tabela supra e se manifeste sobre a viabilidade de inserir os referidos imóveis no SPIUNet.

Manifestação do Gestor em 27/12/2013: Outros

A instituição entende como pertinente a demanda apresentada pela Secretaria Federal de Controle. Ao mesmo tempo indica que a instituição está trabalhando no sentido de discutir e construir mecanismos de controles adequados para suas ações de compras e execução orçamentária. Em observância ao que foi solicitado indicamos que está sendo discutido no CAAD, Comitê de Administração, mecanismos de controle, como procedimentos e regulamentos que venham definir regras claras

quanto ao controle patrimonial no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Indicamos que está sendo feita a reavaliação de imóveis no âmbito do Instituto Federal Farroupilha por comissão constituída. A mesma tem até o final de outubro para a realização das atividades. Após a reavaliação dos imóveis do Instituto será feito trabalho de adequação das informações reais dos imóveis, com os sistemas de acompanhamento e controle físico e financeiro do patrimônio, SPIUNET e SIAFI.

Posicionamento da CGU em 15/07/2013: Reiteração

O gestor apresentou documentos que evidenciam o lançamento dos seguintes imóveis no SPIUNet e no SIAFI (que já haviam sido informados no Ofício nº 287/2012): Também foi apresentado registro no SPIUNET referente a imóvel no município de São Borja, de RIP 8863.00059.500-7, associado à UG 158503, todavia o mesmo não está registrado no SIAFI, o que justifica a opinião de que a recomendação não foi totalmente implantada. Ademais, mediante consulta ao saldo de algumas contas contábeis das UG do IFFarroupilha no mês de maio de 2013, identificou-se a existência de saldos nas referidas contas que podem se referir a imóveis não lançados no SPIUNet. A tabela a seguir detalha os achados: Solicitamos, portanto, que a Unidade regularize o registro no SPIUNET referente a imóvel no município de São Borja, de RIP 8863.00059.500-7, associado à UG 158503, e justifique os saldos contábeis descritos na tabela supra e a viabilidade de inserir os referidos imóveis no SPIUNET.

Manifestação do Gestor em 15/07/2013: Outros

“Informamos que o conteúdo referente à resposta do Ofício (...) segue em meio digital (CD), contendo as medidas tomadas para atender as solicitações referidas, bem como justificando as recomendações que ainda se encontram em fase de atendimento.”

Posicionamento da CGU em 25/01/2013: Reiteração

A Unidade apresentou Memorando PRA/Setor de Patrimônio – Nº 008, de 22.08.2012, que encaminha cópia de fichas dos imóveis lançados no SPIUNet, referentes a quinze imóveis. Considera-se a recomendação parcialmente atendida. Para se considerar a recomendação atendida, é necessário que a Unidade encaminhe comprovação de que todos os imóveis registrados no SIAFI estejam lançados no SPIUNet.

Manifestação do Gestor em 25/01/2013: Outros

"Concordamos e acatamos a recomendação. Os imóveis que reuniam condições de averbação, tiveram seus registros no SPIUNet, Os demais, em fase de execução, assim que adquirem a condição de averbação, serão incluídos no SPIUNet."

Documento de Origem		
Relatório 201308814	Ordem de Serviço 201308814	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		

Constatação 1:

Não adoção das medidas aplicáveis visando atualizar e regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e empresas privadas.

Recomendação 64497:

Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 25/09/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

Recomendação solicita que o Instituto encaminhe comprovação da baixa de empresa junta a Receita Federal, segue anexo documentação dos servidores solicitados: JOSÉ NILTON RODRIGUES DORNELES – Comprovante Receita Federal CNPJ: 05.868.909/0001-80 – Data da Baixa: 07/04/2016; WELLINGTON FURTADO SANTOS – Comprovante de entrada na Receita Federal do CNPJ: 04.717.657/0001-25 de pedido de baixa. Conforme memorando n 1410/2016 PRDI em anexo

Posicionamento da CGU em 27/07/2016: Reiteração

Em análise ao sistema CPF no sítio da Receita Federal verificamos que o servidor de matrícula SIAPE n° 1866316 possui vínculo ativo com a empresa de CNPJ n° 04.717.657/0001-25, desde 20 de setembro de 2001 e o servidor de matrícula SIAPE n° 0049930 possui vínculo com a empresa de CNPJ n° 05.868.909/0001-80, desde 28 de agosto de 2003. Para estes servidores, é necessário que o Instituto encaminhe comprovação da baixa destas empresas junto à Receita Federal. Quanto aos demais servidores, consideramos que a recomendação foi atendida.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Trata-se de acompanhar, apurar e efetivar reposição do erário caso seja necessário, segue análise de cada servidor, bem como documentação comprobatória em anexo. ANA CARLA DOS SANTOS GOMES – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 28FEV2013 – Baixa: 13/08/2013 e Declaração do IRRF 2013: não apresenta rendimentos no CNPJ; ANDRÉ HELLVIG DA SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 05MAR2012 – Baixa: 30/12/2010 DIEGO ZENI – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 22JUL2011 – Baixa: 20/08/2013 e Declaração do IRRF 2011, 2012 e 2013 apresentando rendimentos apenas em 2011 referente ao primeiro semestre. JOSÉ NILTON RODRIGUES DORNELES – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 01JUN2009 - Certidão Prefeitura Municipal de Santa Maria, Comprovante Receita Federal CNPJ: Ativo e apresentou declaração de procedimentos que estão sendo adotados para a baixa junto a Receita Federal; MARIANGELA AMARAL E SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 02SET2010 encaminhou Distrato Social – Baixa: 25/11/2014 e justificativa; RODRIGO BELMONTE DA SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 01SET2010 – Baixa: 17/06/2004; TIANA DE BARROS SANTANNA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 05JAN2009 – Baixa: 09/09/2014 e Declarações Simplificada de Pessoa Jurídica de Inatividade 2009, 2010, 2011,2012 e 2013 e Distrato Social; WELLINGTON FURTADO SANTOS – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 09MAI2011 - Comprovante Receita Federal CNPJ: Ativo , documentação de inatividade e e-mail de ciência e comprometimento de finalização do processo de baixa junto a Receita Federal.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

Não houve, até o momento, manifestação da Unidade acerca do atendimento da presente recomendação.

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou a portaria referida em sua manifestação, comprovando o início da apuração. No entanto, conforme afirmado, os trabalhos ainda estão em andamento, motivo pelo qual consideramos a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício n° 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor encaminhou o Memo. N° 02/2014 – Comissão de Apuração/Proc. N° 23243.000558/2014-41, efetuando a seguinte manifestação: “Ao cumprimentá-los, informamos que se encontra em andamento o trabalho da Comissão de Apuração constituída pelos servidores (...), conforme Portaria n° 0953/2014. Comunicamos, também, que a conclusão de apuração ainda não ocorreu devido à

insuficiência de documentos para a análise, os quais foram solicitados por esta comissão aos servidores relacionados ao processo. Assim que chegarem os documentos em questão, o trabalho será retomado.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor em sua manifestação comprovou estar acompanhando as providências adotadas pelos servidores com vistas a atualizar e a regularizar a vinculação com associações sem fins lucrativos junto aos órgãos públicos competentes. Neste sentido, o gestor, em anexo, disponibilizou documentação na qual os servidores de matrícula SIAPE n°s: 0050107, 0053829, 1607716, 1757298, 1788016, 1809558 e 3372646 comprovam que solicitaram a regularização e a atualização da vinculação com associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes, entretanto, não há, até a presente data, posição final destes órgãos competentes acerca desta atualização.

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

Para a definitiva regularização, conforme recomendação desta Controladoria, a Instituição adotou medidas para regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e empresas privadas, através do acompanhamento/solicitação da atualização dos registros das associações junto aos órgãos competentes, conforme documentos comprobatórios. Ressaltamos que as providências estão sendo tomadas visando à regularização definitiva da vinculação dos docentes a empresas ou sociedades.

Recomendação 64498:

Apurar, no período em que os servidores referidos figuraram na qualidade de sócio-administrador, a infringência do regime de Dedicção Exclusiva, ou seja, o exercício de atividade privada, de caráter regular, não permitida no Decreto n° 94.664/87, artigo 15, e na Lei n° 12.772/2012, artigo 20 parágrafo 2°.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 25/09/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

Recomendações 64497-64498 Manifestação do Gestor em 15/09/2016: Recomendação solicita que o Instituto encaminhe comprovação da baixa de empresa junta a Receita Federal, segue anexo documentação dos servidores solicitados: JOSÉ NILTON RODRIGUES DORNELES – Comprovante Receita Federal CNPJ: 05.868.909/0001-80 – Data da Baixa: 07/04/2016; WELLINGTON FURTADO SANTOS – Comprovante de entrada na Receita Federal do CNPJ: 04.717.657/0001-25 de pedido de baixa. Conforme anexos:

Posicionamento da CGU em 27/07/2016: Reiteração

Em análise ao sistema CPF no sítio da Receita Federal verificamos que o servidor de matrícula SIAPE n° 1866316 possui vínculo ativo com a empresa de CNPJ n° 04.717.657/0001-25, desde 20 de setembro de 2001 e o servidor de matrícula SIAPE n° 0049930 possui vínculo com a empresa de CNPJ n° 05.868.909/0001-80, desde 28 de agosto de 2003. Para estes servidores, é necessário que o Instituto encaminhe comprovação da baixa destas empresas junto à Receita Federal. Quanto aos demais servidores, consideramos que a recomendação foi atendida

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Trata-se de acompanhar, apurar e efetivar reposição do erário caso seja necessário, segue análise de cada servidor, bem como documentação comprobatória em anexo. ANA CARLA DOS SANTOS GOMES – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 28FEV2013 – Baixa: 13/08/2013 e Declaração do IRRF 2013: não apresenta rendimentos no CNPJ; ANDRÉ HELLVIG DA SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 05MAR2012 – Baixa: 30/12/2010 DIEGO ZENI – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 22JUL2011 – Baixa: 20/08/2013 e Declaração do IRRF 2011, 2012 e 2013 apresentando rendimentos apenas em 2011 referente ao primeiro semestre. JOSÉ NILTON RODRIGUES DORNELES – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 01JUN2009 - Certidão Prefeitura Municipal de Santa Maria, Comprovante Receita Federal CNPJ: Ativo e apresentou declaração de procedimentos que estão sendo adotados para a baixa junto a Receita Federal; MARIANGELA AMARAL E SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 02SET2010 encaminhou Distrato Social – Baixa: 25/11/2014 e justificativa;

RODRIGO BELMONTE DA SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 01SET2010 – Baixa: 17/06/2004; TIANA DE BARROS SANTANNA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 05JAN2009 – Baixa: 09/09/2014 e Declarações Simplificada de Pessoa Jurídica de Inatividade 2009, 2010, 2011,2012 e 2013 e Distrato Social; WELLINGTON FURTADO SANTOS – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 09MAI2011 - Comprovante Receita Federal CNPJ: Ativo , documentação de inatividade e e-mail de ciência e comprometimento de finalização do processo de baixa junto a Receita Federal.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

Não houve, até o momento, manifestação da Unidade acerca do atendimento da presente recomendação.

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou a portaria referida em sua manifestação, comprovando o início da apuração. No entanto, conforme afirmado, os trabalhos ainda estão em andamento, motivo pelo qual consideramos a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor encaminhou o Memo. Nº 02/2014 – Comissão de Apuração/Proc. Nº 23243.000558/2014-41, efetuando a seguinte manifestação: “Ao cumprimentá-los, informamos que se encontra em andamento o trabalho da Comissão de Apuração constituída pelos servidores (...), conforme Portaria nº 0953/2014. Comunicamos, também, que a conclusão de apuração ainda não ocorreu devido à insuficiência de documentos para a análise, os quais foram solicitados por esta comissão aos servidores relacionados ao processo. Assim que chegarem os documentos em questão, o trabalho será retomado.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor em sua manifestação comprovou estar adotando providências com vistas a atualizar e a regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes, entretanto, quanto a esta recomendação, o gestor não disponibilizou documentação comprovando a realização da apuração de responsabilidades quanto ao período de tempo em que os servidores infringiram o regime de Dedicção Exclusiva. Diante do exposto, mantemos a recomendação. .

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

Para a definitiva regularização, conforme recomendação desta Controladoria, a Instituição adotou medidas para regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e empresas privadas, através do acompanhamento/solicitação da atualização dos registros das associações junto aos órgãos competentes, conforme documentos comprobatórios. Ressaltamos que as providências estão sendo tomadas visando à regularização definitiva da vinculação dos docentes a empresas ou sociedades.

Recomendação 64499:

Configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, apurar as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 26/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 26/10/2016: Encaminhamento de providências

Memorando nº 1565/2016 – PRDI/CGGP Assunto: Respostas recomendações CGU 64499 64500 129120 (em anexo)

Manifestação do Gestor em 26/10/2016: Encaminhamento de providências

Memorando nº 1565/2016 – PRDI/CGGP Assunto: Respostas recomendações CGU 64499 64500 129120 (em anexo)

Posicionamento da CGU em 28/07/2016: Reiteração

Em análise ao CPF no sítio da Receita Federal dos servidores relacionados a seguir, verificamos o seguinte: a) ANA CARLA DOS SANTOS GOMES: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 21/01/2013, sendo que a baixa da empresa em que era sócia ocorreu no dia 13/08/2013. b) ANDRE HELLVIG DA SILVA: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 17/08/2010, sendo que a baixa da empresa em que era sócio ocorreu no dia 30/12/2010. c) DIEGO ZENI: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 22/07/2011, sendo que a baixa da empresa em que era sócio ocorreu no dia 20/08/2013. d) JOSE NILTON RODRIGUES DORNELES: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 01/01/2010, e a empresa em que é sócio ainda continua ativa desde 28/08/2003. e) MARIANGELA AMARAL E SILVA: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 24/08/2010, e a empresa em que é sócia ainda continua ativa desde 12/05/2005. f) RODRIGO BELMONTE DA SILVA: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 26/08/2010, sendo que a baixa da empresa em que era sócio ocorreu no dia 23/05/2014. g) WELLINGTON FURTADO SANTOS: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 24/08/2010, e a empresa em que é sócio continua ativa desde 20/09/2001. h) FABRICIO SILVA BARBOSA: ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP no dia 29/01/2010, e a baixa da empresa em que era sócio ocorreu no dia 09/02/2015. Portanto, considerando que restou configurado o descumprimento do regime de Dedicção Exclusiva, tendo em vista que esses servidores concomitantemente tiveram vínculo em empresa privada com cargo de dedicação exclusiva no Instituto Federal Farroupilha – IFFARROUP, conforme os períodos apurados acima, é necessário calcular as parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e efetivar a reposição ao erário, na forma do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, a qual deverá ser precedida, de acordo com o Enunciado AGU nº 63/2012, do devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Trata-se de acompanhar, apurar e efetivar reposição do erário caso seja necessário, segue análise de cada servidor, bem como documentação comprobatória em anexo. ANA CARLA DOS SANTOS GOMES – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 28FEV2013 – Baixa: 13/08/2013 e Declaração do IRRF 2013: não apresenta rendimentos no CNPJ; ANDRÉ HELLVIG DA SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 05MAR2012 – Baixa: 30/12/2010 DIEGO ZENI – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 22JUL2011 – Baixa: 20/08/2013 e Declaração do IRRF 2011, 2012 e 2013 apresentando rendimentos apenas em 2011 referente ao primeiro semestre. JOSÉ NILTON RODRIGUES DORNELES – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 01JUN2009 - Certidão Prefeitura Municipal de Santa Maria, Comprovante Receita Federal CNPJ: Ativo e apresentou declaração de procedimentos que estão sendo adotados para a baixa junto a Receita Federal; MARIANGELA AMARAL E SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 02SET2010 encaminhou Distrato Social – Baixa: 25/11/2014 e justificativa; RODRIGO BELMONTE DA SILVA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 01SET2010 – Baixa: 17/06/2004; TIANA DE BARROS SANTANNA – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 05JAN2009 – Baixa: 09/09/2014 e Declarações Simplificada de Pessoa Jurídica de Inatividade 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 e Distrato Social; WELLINGTON FURTADO SANTOS – Exercício no Cargo Professor EBTT Dedicção Exclusiva: 09MAI2011 - Comprovante Receita Federal CNPJ: Ativo , documentação de inatividade e e-mail de ciência e comprometimento de finalização do processo de baixa junto a Receita Federal.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

Não houve, até o momento, manifestação da Unidade acerca do atendimento da presente recomendação.

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou a portaria referida em sua manifestação, comprovando o início da apuração. No entanto, conforme afirmado, os trabalhos ainda estão em andamento, motivo pelo qual consideramos a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor encaminhou o Memo. Nº 02/2014 – Comissão de Apuração/Proc. Nº 23243.000558/2014-41, efetuando a seguinte manifestação: “Ao cumprimentá-los, informamos que se encontra em andamento o trabalho da Comissão de Apuração constituída pelos servidores (...), conforme Portaria nº 0953/2014. Comunicamos, também, que a conclusão de apuração ainda não ocorreu devido à insuficiência de documentos para a análise, os quais foram solicitados por esta comissão aos servidores relacionados ao processo. Assim que chegarem os documentos em questão, o trabalho será retomado.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor em sua manifestação comprovou estar adotando providências com vistas a atualizar e a regularizar a vinculação dos docentes às empresas privadas e sociedades junto aos órgãos públicos competentes, entretanto, quanto a esta recomendação, o gestor não disponibilizou documentação comprovando a realização da apuração das parcelas percebidas indevidamente a título de Dedicção Exclusiva e da efetivação da reposição ao erário referente ao período de tempo em que os servidores infringiram o regime de Dedicção Exclusiva. Diante do exposto, mantemos a recomendação.

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

Para a definitiva regularização, conforme recomendação desta Controladoria, a Instituição adotou medidas para regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e empresas privadas, através do acompanhamento/solicitação da atualização dos registros das associações junto aos órgãos competentes, conforme documentos comprobatórios. Ressaltamos que as providências estão sendo tomadas visando à regularização definitiva da vinculação dos docentes a empresas ou sociedades.

Constatação 2:

Não adoção das medidas aplicáveis visando atualizar e regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e associações sem fins lucrativos.

Recomendação 64500:

Acompanhar, junto aos servidores, a adoção das providências cabíveis e definitivas visando atualizar e regularizar a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 26/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 26/10/2016: Encaminhamento de providências

Memorando nº 1565/2016 – PRDI/CGGP Assunto: Respostas recomendações CGU 64499 64500 129120 (em anexo)

Posicionamento da CGU em 28/07/2016: Reiteração

O gestor encaminhou o Parecer Comissão de Apuração, instituída pela Portaria nº 953/2014, no qual a Comissão conclui que os documentos apresentados pelos servidores relacionados são suficientes para esclarecimento do fato. Contudo, tais documentos não foram disponibilizados para análise desta CGU-Regional/RS. Diante do exposto, reiteramos a recomendação para que sejam apresentados os documentos que comprovam o atendimento pleno da recomendação.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Recomendação relativa a vinculação dos docentes às associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes, referente a esta solicitação encaminhado anexo Parecer Comissão de Apuração – Portaria 953/2014.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

Não houve, até o momento, manifestação da Unidade acerca do atendimento da presente recomendação.

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou a portaria referida em sua manifestação, comprovando o início da apuração. No entanto, conforme afirmado, os trabalhos ainda estão em andamento, motivo pelo qual consideramos a recomendação não atendida.

Manifestação do Gestor em 04/08/2014: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0329/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 30/07/2014, o Gestor encaminhou o Memo. Nº 02/2014 – Comissão de Apuração/Proc. Nº 23243.000558/2014-41, efetuando a seguinte manifestação: “Ao cumprimentá-los, informamos que se encontra em andamento o trabalho da Comissão de Apuração constituída pelos servidores (...), conforme Portaria nº 0953/2014. Comunicamos, também, que a conclusão de apuração ainda não ocorreu devido à insuficiência de documentos para a análise, os quais foram solicitados por esta comissão aos servidores relacionados ao processo. Assim que chegarem os documentos em questão, o trabalho será retomado.”

Posicionamento da CGU em 19/05/2014: Reiteração

O gestor em sua manifestação comprovou estar acompanhando as providências adotadas pelos servidores com vistas a atualizar e a regularizar a vinculação com associações sem fins lucrativos junto aos órgãos públicos competentes. Neste sentido, o gestor, em anexo, disponibilizou documentação na qual os servidores de matrícula SIAPE n°s: 0050107, 0053829, 1607716, 1757298, 1788016, 1809558 e 3372646 comprovam que solicitaram a regularização e a atualização da vinculação com associações ou entidades sem finalidade lucrativa junto aos órgãos públicos competentes, entretanto, não há, até a presente data, posição final destes órgãos competentes acerca desta atualização

Manifestação do Gestor em 19/05/2014: Outros

Para a definitiva regularização, conforme recomendação desta Controladoria, a Instituição adotou medidas para regularizar os vínculos entre servidores do IF Farroupilha e empresas privadas, através do acompanhamento/solicitação da atualização dos registros das associações junto aos órgãos competentes, conforme documentos comprobatórios. Ressaltamos que as providências estão sendo tomadas visando à regularização definitiva da vinculação dos docentes a empresas ou sociedades.

Documento de Origem		
Relatório 201318225	Ordem de Serviço 201318225	Município/UF Santa Maria/RS
Programa: PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA EDUCACAO		

Constatação 1:

Manutenção de vínculo indevido após assunção das obrigações decorrentes do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva.

Recomendação 129120:

Apurar e providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação exclusiva pagas indevidamente, nos períodos em que os referidos docentes com dedicação exclusiva exerceram atividade remunerada de administração de empresa privada, contrariando o art. 20, parágrafo 2º, da Lei nº 12.772/2012.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 26/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 26/10/2016: Encaminhamento de providências

Memorando nº 1565/2016 – PRDI/CGGP Assunto: Respostas recomendações CGU 64499 64500 129120 (em anexo)

Posicionamento da CGU em 28/07/2016: Reiteração

Em que pese a manifestação do gestor, o servidor FABRICIO SILVA BARBOSA ingressou no Instituto Federal Farroupilha – IF FARROUP no dia 29/01/2010 e a baixa da empresa em que era sócio ocorreu apenas no dia 09/02/2015. Portanto, apesar de nos anos 2011,2012,2013 e 2014, conforme declarações do Imposto de Renda, não apresentarem rendimentos auferidos, o servidor durante o período apurado exerceu dedicação exclusiva concomitantemente com administração de empresa privada, contrariando o artigo 20, parágrafo 2º, da Lei nº 12.772/2012. Com isso, o Instituto Federal Farroupilha deve providenciar o ressarcimento ao erário das parcelas de dedicação pagas indevidamente nos períodos em que o referido professor exerceu atividade de administração de empresa privada e ao mesmo tempo possuía cargo com dedicação exclusiva.

Manifestação do Gestor em 29/03/2016: Encaminhamento de providências

Trata-se da solicitação de baixa na empresa junto a Receita Federal para o servidor FABRÍCIO SILVA BARBOSA, esta coordenação informa que a Baixa ocorreu em 07/08/2014 e que as Declarações do IRRF 2011,2012,2013 e 2014 não apresentam rendimentos referentes a empresa, não ocorrendo descumprimento do seu regime de Dedicção Exclusiva, segue anexo documentação citada.

Posicionamento da CGU em 27/10/2015: Reiteração

Considera-se atendida a recomendação quanto à servidora CPF nº ***.531.749-**, conforme análise dos documentos enviados. Com relação ao servidor CPF nº ***.670.152-**, a recomendação permanece pendente de atendimento até que a situação da empresa seja regularizada junto à Secretaria da Receita Federal e quando forem juntadas ao processo as declarações de Imposto de Renda Exercícios 2012 e 2011 do servidor, com a respectiva análise quanto ao descumprimento ou não do regime de Dedicção Exclusiva, efetuando o ressarcimento ao Erário, caso for, sendo tal processo remetido em meio digital à CGU-Regional/RS.

Manifestação do Gestor em 05/08/2015: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0314/2015-GABINETE/Reitoria/IF FARROUPILHA, de 29/07/2015, o Gestor assim se manifestou: "(...) 1.1.22 – Vínculo indevido – Dedicção Exclusiva: FERNANDA CONRAD RIGO – Comprovação de Baixa, em anexo. FABRICIO SILVA BARBOSA – O servidor informou que a empresa FS Barbosa Eventos já teve sua baixa efetivada na Junta Comercial do Estado do Amazonas, desde o ano de 2014, conforme documentos anexos. Entretanto, a baixa total da empresa ainda não foi realizada na Receita Federal devido à existência de dívidas, que anteriormente o servidor havia tentado realizar parcelamento, mas não foi possível. Conforme possibilidades ofertadas pela Receita, às dívidas da empresa serão transferidas para o CPF do servidor. Desta forma, a Receita fará a baixa imediata da empresa de seus registros. O servidor se comprometeu em resolver essa pendência e em atenção à sua solicitação, acordamos o prazo de 30 dias para tramitação e atendimento do pleito.

Posicionamento da CGU em 20/03/2015: Reiteração

O Gestor disponibilizou, por meio do Ofício nº 0636/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 29/12/2014, o processo nº 23243.000558/2014-41, por meio do qual foram apuradas as situações apresentadas no Relatório de Auditoria nº 201318225. Verificou-se, por meio da análise da documentação acostada no presente processo, que resta pendente apenas a regularização da situação dos servidores CPF nº ***.531.749-** e ***.670.152-** relativamente à baixa das empresas junto à Secretaria da Receita Federal. Ressalva-se apenas que, ao contrário do que afirma a comissão em seu relatório, não consta no processo as declarações de Imposto de Renda Exercícios 2012 e 2011 do servidor CPF nº ***.670.152-**. Tendo em vista o exposto, a recomendação poderá ser considerada atendida quando forem juntadas ao processo as declarações de Imposto de Renda Exercícios 2012 e 2011 do servidor CPF nº ***.670.152-**, com a respectiva análise quanto ao descumprimento ou não do regime de Dedicção Exclusiva, efetuando o ressarcimento ao Erário, caso for.

Manifestação do Gestor em 07/01/2015: Encaminhamento de providências

Por meio do Ofício nº 0636/2014-GABINETE/Reitoria/IF Farroupilha, de 29/12/2014, o Gestor efetuou a seguinte manifestação: “Ao cumprimenta-lo, encaminhamos o processo nº 23243.000558/2014-41, para fins de atendimento ao Ofício nº 24408/2014/GAB/CGU-Regional/RS/CGU/PR, que encaminha o Relatório de Auditoria nº 201318225. (...)”

Documento de Origem		
Relatório	Ordem de Serviço	Município/UF
201601447	201601447	Santa Maria/RS
Programa: Educação Profissional e Tecnológica		

Constatação 1.1.1.3.:

Realização de acompanhamento pedagógico oferecido pelo IF Farroupilha aos alunos do Pronatec em desacordo com orientações do manual do programa.

Recomendação 162717:

Elaborar e implementar ações de acompanhamento pedagógico que contemplem os objetivos descritos no Manual de Gestão do Pronatec.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 28/09/2016: Encaminhamento de providências

Para contemplar os objetivos descritos no Manual de Gestão do Pronatec, foram elaboradas e implementadas, conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2016/PROEX, e anexo III, as seguintes ações: 1 – Formação Geral para os coordenadores. 2 – Formações in loco para coordenadores, professores e equipes. 3 - Acompanhamento do Diário de Classe (Frequência, Rendimento Escolar, Conteúdo Programático). 4 – Relatório de acompanhamento pedagógico. 5 – Planilha para acompanhamento da Evasão Escolar (Identificação do aluno, do Curso, Ações pedagógicas realizadas - contato telefônico, termo de desligamento, atendimento ao aluno, responsável pela realização das ações). 6 - A Equipe Multidisciplinar que auxiliará na orientação para a construção de estratégias para qualificar o acompanhamento pedagógico nas formações com coordenadores e quando necessário o Coordenador Adjunto do Centro de Referência poderá solicitar apoio da equipe Multidisciplinar para realizar atendimento in loco para alunos e professores. 7 – Conforme capítulo VI, da avaliação institucional, no Art. 6º, a Avaliação Institucional é um processo de pesquisa e de comunicação que visa a proporcionar uma reflexão contínua e revisar permanentemente a atuação da Instituição, tendo em vista o alcance de seus objetivos e o aprimoramento da qualidade institucional. Dessa forma, o processo de avaliação será realizado via plataforma

on line, levando em consideração os seguintes critérios: Atendimento, Infraestrutura, Qualidade dos Cursos, Qualidade das aulas e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento das atividades e autoavaliação discente. Anexo III:

Recomendação 162718:

Criar instrumento (normativo) de acompanhamento e avaliação periódica das ações pedagógicas implementadas nos cursos do Pronatec, levando-se em consideração se estão de acordo com as orientações do Manual de Gestão do Pronatec.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 28/09/2016: Encaminhamento de providências

Para normatizar o acompanhamento e a avaliação periódica das ações pedagógicas implementadas nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, levando em consideração o Manual de Gestão do Bolsa-Formação, foi criada a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2016/PROEX, conforme anexo IV. Anexo IV:

Constatação 1.1.1.6.:

Detalhamento insuficiente de normativo que trata da concessão de assistência estudantil aos participantes dos cursos Pronatec.

Recomendação 162719:

Inserir, no normativo interno do IF Farroupilha que regulamenta a assistência estudantil aos alunos do Pronatec, a forma de entrega do benefício, o valor pago, o mecanismo de pagamento e a frequência com que esse pagamento é realizado.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 01/11/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 21/11/2016: Encaminhamento de providências

Conforme solicitado, foi inserido na Resolução nº 097/95, no art. nº 38, referente a assistência estudantil, o cálculo para definição do valor pago aos alunos do Pronatec. O documento encontra-se no ANEXO II (Resolução Ad Referendum nº 013/2016)

Constatação 1.1.1.8.:

Identificação de registros nos diários de classe com carga horária superior ao limite máximo estabelecido de quatro horas/aula por dia letivo executado.

Recomendação 162712:

Aprimorar a metodologia de cálculo dos valores a serem pagos aos professores-bolsistas do Pronatec, de forma a confirmar a efetiva realização das aulas relacionadas nas listas de chamadas das disciplinas.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 28/09/2016: Encaminhamento de providências

Quanto ao aprimoramento da metodologia de cálculo dos valores a serem pagos aos professores-bolsistas do Pronatec, a Coordenação Geral do Pronatec, através do Memorando número 134/2016, anexo I, orientou a alteração do procedimento de solicitação de pagamento. No novo procedimento além da solicitação de pagamento realizada pelos Coordenadores adjuntos, estão sendo enviados os diários de classe de cada disciplina ministrada e folha ponto. Estes documentos estão sendo utilizados para verificação/confirmação das cargas horárias cumpridas e dos valores solicitados. Este procedimento de conferência está sendo realizado mensalmente e não só no final do semestre, como estava ocorrendo anteriormente. O novo procedimento proporciona um maior acompanhamento e monitoramento da execução das atividades e consequentemente um maior controle sobre os pagamentos. Anexo I:

Recomendação 162713:

Para as ocorrências citadas neste apontamento, adotar providências para a reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 28/09/2016: Encaminhamento de providências

As horas informadas a mais, foram todas compensadas imediatamente com realização da sequência das respectivas aulas, conforme registradas nos diários de classe, anexo II. Deste modo, não havendo prejuízo ao erário, conforme evidenciado na tabela 1 que demonstra os empenhos, arquivos no anexo II - EMPENHOS CANDELÁRIA 2015 e EMPENHOS CANDELÁRIA 2016, e os respectivos valores pagos. Ressaltamos que os valores pagos correspondem à exata carga horária prevista para as disciplinas. Enfatiza-se que todos os docentes já haviam concluído suas disciplinas e devido a atraso no repasse do financeiro pelo FNDE, não haviam recebido. Desta forma, não havendo a necessidade de reposição de valores. Tabela 1 – Demonstrativo de pagamentos e empenhos. anexo Anexos:

Recomendação 162720:

Efetuar levantamento dos pagamentos efetuados para demais bolsistas a fim de verificar se ocorreram situações semelhantes à relatada nesta constatação, apurar os valores e obter reposição dos respectivos valores pagos indevidamente.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 01/11/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 21/11/2016: Encaminhamento de providências

Foi realizado o levantamento, conforme tabela I, ANEXO I, onde se demonstra os empenhos e as solicitações de pagamentos e os pagamentos efetuados, no período de março a outubro de 2016. Nos totais apresenta-se os seguintes itens: - Total Solicitação de Pagamentos: somatório das solicitações de pagamentos, sem o desconto de 11% referente ao INSS, valor bruto. - Total Solicitação de Pagamentos (-11%): somatório das solicitações de pagamentos com desconto de 11% referente ao INSS, para os bolsistas externos. Para os bolsistas internos não incidência do desconto de 11%. - Total Valor Pago (-11%): valor já creditado na conta do respectivo docente, mediante Ordens Bancárias (OB). - Saldo Valor Devido: valor pendente de repasse de financeiro pelo FNDE, para efetivar o depósito na conta corrente do bolsista. - Saldo de

Empenho (bruto): que refere-se a atividade que ainda deverão ser realizadas e posteriormente pagas. Os valores referentes a 2015 já foram informados em resposta anterior (OS: 201601447), assim, na tabela I consta apenas os empenhos realizados no ano de 2015, visando demonstrar a totalidade da carga horária empenhada para cada bolsista. No caso do docente Leonel Scortegagna, observa-se que o valor empenhado a mais foi cancelado, fato já justificado em resposta anterior (OS: 201601447). Dessa forma, através do levantamento realizado e, demonstrado na tabela I, não foram identificados valores pagos indevidamente, conseqüentemente não existem valores a serem repostos.

Constatação 2.1.1.2.:

Inexistência ou apresentação de forma superficial de informações que deveriam constar no Parecer da Unidade de Auditoria Interna.

Recomendação 162714:

Nas próximas contas, elaborar o Parecer da Unidade de Auditoria Interna observando as exigências e orientações estabelecidas nos normativos do TCU e no sistema e-contas.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 06/10/2016: Encaminhamento de providências

Nos próximos relatórios de prestação de contas a Unidade de Auditoria Interna expedirá seu parecer, de forma analítica, conforme as exigências e orientações estabelecidas nos normativos do TCU e no sistema e-contas.

Constatação 2.1.2.2.:

Impropriedades no gerenciamento da cessão de pessoal.

Recomendação 162715:

Adotar procedimentos de modo que as apropriações dos valores a receber e recebidos por ocasião de cessão de pessoal sem ônus para o IF Farroupilha sejam efetuadas fidedignamente e tempestivamente nos sistemas contábeis pertinentes.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 14/12/2016: Encaminhamento de providências

Em conformidade com o Memo/IFFAr/PROAD n° 84/2016 em anexo

Recomendação 162716:

Adotar providências para a realização do ressarcimento dos valores relativos à cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 1169410.

Situação: Monitorando

Prazo Atendimento: 02/10/2016

Histórico

Manifestação do Gestor em 23/09/2016: Encaminhamento de providências

Recomendação referente ao ressarcimento da remuneração da cessão do servidor SIAPE 1169410 pela Prefeitura Municipal de Alegrete, informamos que recebemos apenas o MEMORANDO/PGM/187/2016, assinado pela Procuradora Adjunta Maira da Silveira, através do OFÍCIO 084/2016, que informa o entendimento final, do Processo Administrativo Disciplinar aberto pela Prefeitura de Alegrete, não havendo acordo entre os órgãos, este Instituto encaminhou o Processo 23215.000139/2013-66 para a Procuradoria Seccional Federal de Santa Maria para realização de cobrança judicial dos valores respeitando PARECER/PF/IFFARROUPILHA Nº 189/2014, segue em anexo o memorando 187/2016 e ofício 084/2016. Conforme anexos:
